

REFORMAS ADMINISTRATIVAS



15 Anos de **TRANSFORMAÇÕES** no Poder Executivo

Goiânia, Goiás, 2018



15 Anos de
TRANSFORMAÇÕES
no Poder Executivo

Goiânia, Goiás, 2018





Marconi Perillo

Governador do Estado de Goiás

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Vice-Governador

Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita

Secretário de Gestão Planejamento

Rogério Santana Ferreira

Chefe de Gabinete

Paula Pinto Silva de Amorim

Superintendente Executivo de Planejamento

Vandir Pereira Gomes Junior

Superintendente de Modernização Institucional

Ovídio Alberto Rodrigues Laraich

Gerente de Modernização de Gestão

Equipe de Elaboração:

Jonathas Prado

Maria Isabel Bittencourt de Freitas

Ovídio Alberto Rodrigues Laraich

Designer Gráfico:

Avai Corrêa

Sumário

Apresentação	09
Introdução	11

1. REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍODO DE 2003 A 2008	15
1.1 Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2003 a 2007	17
1.2 Estrutura Organizacional do Poder Executivo definida pela Lei nº 14.383, de 31 dezembro de 2002	19
1.3 Principais alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo no período de janeiro de 2003 a maio de 2008	21
1.4 Relação cronológica da legislação referente à Reforma administrativa 2003 - 2008	31

2. REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍODO DE 2008 A 2010	51
2.1 Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2008 a 2010	53
2.2 Estrutura Organizacional do Poder Executivo definida pela Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008	55
2.3 Principais alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo no período de maio de 2008 a janeiro de 2011	57
2.4 Relação cronológica da legislação referente à Reforma administrativa 2008 - 2011	63

3. REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍODO DE 2011 A 2014	73
3.1 Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2011 a 2013	75
3.2 Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2014	77
3.3 Estrutura Organizacional do Poder Executivo definida pela Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011	79
3.4 Principais alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014	81
3.5 Relação cronológica da legislação referente à Reforma administrativa 2011 - 2014	91

4. REFORMAS ADMINISTRATIVAS NO PERÍODO DE 2015 A 2018	119
4.1 Principais alterações na estrutura administrativa - Vigência 2015	121
4.2 Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2015 a 2016	123
4.3 Estrutura Organizacional do Poder Executivo 2018	125
4.4 Estrutura Organizacional do Poder Executivo definida pelas Leis nº 18.687, de 03 de dezembro de 2014, nº 18.746, de 29 dezembro de 2014 e Lei nº 19.962, de 03 de janeiro de 2018	127
4.5 Principais alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo no período de janeiro de 2015 a janeiro 2018	131
4.6 Relação cronológica da legislação referente à Reforma administrativa 2015 - 2018	141

5. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS VIGENTES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL 161

5.1 ADMINISTRAÇÃO DIRETA - GOVERNADORIA	163
• Secretaria de Estado da Casa Civil	164
▪ Grupo Executivo de Comunicação	165
• Secretaria de Estado da Casa Militar	166
• Controladoria-Geral do Estado - CGE	167
• Procuradoria-Geral do Estado - PGE	168
• Secretaria de Estado do Governo - SEGOV	169
• Vice-Governadoria	170
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - DEMAIS SECRETARIAS	171
• Secretaria de Gestão e Planejamento - SEGPLAN	172
▪ Promotoria de Liquidação - PROLIQUIDAÇÃO	173
• Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED.....	174
• Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA ...	175
• Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE	176 e 177
• Secretaria da Segurança Pública - SSP	178
• Diretoria-Geral de Administração Penitenciária	179
▪ Delegacia Geral da Polícia Civil - DGPC	180
▪ Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás-PM	181
▪ Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar - CBM	182
• Secretaria de Estado da Saúde - SES	183

▪ Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas	184
• Secretaria da Fazenda - SEFAZ	185
• Secretaria da Mulher, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Trabalho - SECRETARIA CIDADÃ	186
▪ Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes	187
5.2 ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL	189
• Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN	190
• Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO	191
• Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG	192
• Agência Brasil Central - ABC	193
• Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR	194
• Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP	195
• Agência Estadual de Turismo - GOIÁSTURISMO	196
• Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA	197
• Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER	198
• Goiás Previdência - GOIASPREV	199
• Universidade Estadual de Goiás - UEG	200
• Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG	201
6. GLOSSÁRIO	203

Apresentação

Governo Inovador

Ajustar a estrutura administrativa à dinâmica das demandas da população é um dos maiores desafios dos Governos, especialmente na Era da Informação, em que as transformações sociais e econômicas ocorrem em um ritmo cada vez mais frenético. Reconhecer e alcançar as dimensões dessas mudanças sempre foram premissas básicas de nossas gestões, obstinação de nossas equipes técnicas e prioridade das políticas de governo.

O resultado desse esforço está neste monumental trabalho de compilação e análise das reformas administrativas empreendidas em nossos quatro governos, realizado pela Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), sob a liderança de Joaquim Mesquita. São de fato 15 anos de transformações não apenas na forma, mas no conceito de administrar, com o objetivo de manter a máquina em pleno funcionamento para que ela pudesse manter a plena capacidade de atendimento aos goianos.

Esta publicação retrata bem as diferentes fases das transformações administrativas, da profunda modernização implantada a partir de 1999 ao severo enxugamento da estrutura como parte das imprescindíveis e acertadas medidas de austeridade fiscal, em 2015, para contermos os efeitos nefastos da crise econômica nacional sobre as contas públicas do Estado de Goiás. E, durante todo este período, as constantes atualizações resultantes do planejamento e da visão estratégica da gestão.

Conforme se pode depreender aqui, esse histórico de mudanças atende a uma lógica administrativa que é resultado da própria modernização do Poder Executivo ao longo desse período (informatização, digitalização e adoção de soluções de inovação tecnológica); da profissionalização e fortalecimento do funcionalismo (ampliação do corpo efetivo, criação de novas funções, estruturação de planos de carreiras); e da sensível expansão e melhoria dos serviços públicos, em todas as áreas.

Graças à dedicação e ao profissionalismo de servidores, à permanente interlocução do Governo com os goianos e os demais Poderes e instituições públicas e da sociedade civil e à visão inovadora e empreendedora de nossas diferentes equipes de auxiliares ao longo desses 15 anos, estamos, sem qualquer sombra de dúvida, entregando uma administração profundamente melhor, mais racional e mais eficiente do que a que recebemos.

É a sensação de dever cumprido, ao mesmo tempo em que deixamos os aprendizados, as ferramentas e as bases para que as transformações continuem ocorrendo a tempo e à hora, com criatividade e inovação. Nossos sinceros parabéns à equipe envolvida na realização deste trabalho, que apresenta os reais sentidos e efeitos de uma equipe de fato revolucionária e inovadora.

MARCONI PERILLO
Governador do Estado de Goiás

Introdução

É com grande satisfação que estamos publicando mais um caderno técnico, desta vez intitulado “Reformas Administrativas: 15 Anos de Transformações no Poder Executivo”, no qual são relatadas as mudanças pelas quais passou a organização estrutural da Administração Pública Estadual. Este trabalho dá continuidade à primeira publicação “Reformas Administrativas: 4 Décadas de Transformações no Poder Executivo”, no qual são descritas as reformas administrativas no período que cobre desde o ano de 1961 a 2002. Esta publicação abrange o período de 2003 a 2018, contendo uma completa narrativa com os atos normativos que marcaram as mudanças estruturais desse período, envolvendo a criação, extinção, fusão, desmembramento ou transformação de órgãos e entidades ou de suas estruturas internas, compostas pelas unidades administrativas.

O desafio de encontrar a melhor arquitetura organizacional para o exercício eficiente e eficaz da atividade Estadual não é recente. Desde a primeira constituição brasileira, “a Constituição do Império do Brasil”, publicada em 1824, já se preocupava com a descrição das características da Administração Pública Brasileira, estabelecendo as prerrogativas gerais para o Poder Executivo e demais Poderes. A primeira Constituição do Estado de Goiás, de 1º de junho de 1891, no seu Art. 84 delegava ao Presidente (atualmente Governador) a organização do Estado, conforme literalmente transcrevemos: “Art. 84 - O Presidente organizará do modo mais conveniente à regularidade da administração a secretaria dos negócios do Estado.”

A Administração Estadual assume, ao longo da história, as mais variadas estruturas organizacionais, num processo de transformação constante, para que possa se conformar à dinâmica social. Nesse contexto de permanente mudança, o Estado Moderno, ao longo de sua evolução, foi levado a rever, por diversas vezes, sua forma de interagir com a sociedade. Foi na Constituição de 1934 que o Estado Brasileiro assume o seu caráter

político-social, passando a se responsabilizar pelo papel de promotor do bem-estar social, além do desenvolvimento econômico, se aproximando mais dos cidadãos, exigindo a intervenção crescente da máquina pública em diversas atividades nos campos da saúde, educação, assistência e seguridade social. Além da estruturação política do Estado, são formatadas normas com o objetivo de reconhecer a nova ordem social, voltada para a proteção dos direitos humanos como direitos fundamentais, por meio da expansão das políticas sociais. Inaugura-se o Estado de bem-estar social que marca o início de uma nova era. Um Estado que seja capaz de propiciar políticas sociais que garantam o acesso universal a um mínimo de bem-estar e segurança material.

No ano de 2000 foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, incorporando novos valores à forma de governar. Sucessivas crises fiscais colocaram em risco o alcance com eficiência das políticas sociais do Estado de bem-estar social, uma vez que as necessidades sociais se multiplicaram sem a correspondente capacidade administrativa e financeira do Poder Público para enfrentá-las. A corrente de pensamento de que o Estado precisa de parcerias para o atendimento das crescentes demandas sociais ganha cada vez mais adeptos. Assim, estamos presenciando a atuação crescente de entidades não governamentais, organizações sociais que passam a gerir diretamente atividades antes privativas do Estado e a participação social em órgãos colegiados deliberativos. Nesse novo papel, o Estado continua sendo responsável pelo desenvolvimento social e econômico porém reduz seu papel de executor, criando agências reguladoras e mecanismos de controle na Administração Direta para monitorar a ascensão do setor público não estatal.

Nesses últimos quinze anos muita coisa mudou, as exigências sociais são cada vez maiores, a globalização trouxe novas práticas de negócios apoiados por uma fantástica evolução nos meios de comunicação e tam-

bém nos meios de transporte, maior participação da sociedade, tanto na ação governamental como na fiscalização do Estado, resultando em maior transparência e maior atenção aos direitos de minorias, entre outras mudanças. É através da forma estrutural que o Estado exerce a sua governança, lhe permitindo desenvolver as suas ações de desenvolvimento social e econômico, materializando e colocando em prática as decisões de seus agentes públicos. É com o exercício de sua capacidade administrativa e financeira, proporcionado pela sua estrutura organizacional em forma de secretarias, autarquias, fundações e empresas, que o Estado exerce as suas atividades se aproximando dos cidadãos, com a missão de atender cada vez mais as suas necessidades.

A Administração Pública Estadual vem se adequando a essas mudanças. Assim, vimos o surgimento de uma Agência Reguladora Estadual para fiscalizar ações de entidades concessionárias de serviços públicos.

A intensificação de programas sociais e valorização do bem estar social abriram espaço para o fortalecimento da Organização das Voluntárias de Goiás - OVG e de órgãos voltados para viabilizar programas para a mulher, direitos humanos, igualdade racial, direitos do consumidor e afins. Nessa mesma esteira de valorização dos segmentos sociais menos favorecidos, presenciamos a criação da Defensoria Pública.

O Estado está cada vez mais próximo do cidadão, levando serviços itinerantes aos municípios, ampliando os canais de atendimento ao cidadão com a implantação de novas tecnologias no cadastro e registro mercantil, serviços de atendimento no DETRAN-GO e ampliação da rede dos Vapt-Vupt para o interior do Estado.

No campo da Educação, o Governo Estadual tem investido na valorização do magistério, fortalecimento do ensino superior e profissionalizante com programas de bolsas de estudos e da Universidade Estadual de Goiás. Na cultura, os investimentos continuam, reforçados pelo Fundo Cultural com recursos garantidos na Constituição do Estado. Na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assistimos à consolidação da Fundação de Amparo à Pesquisa, incentivando cada vez mais recursos através da concessão de bolsas para pesquisadores.

Outro avanço foi a criação da Controladoria Geral do Estado para agir na fiscalização da ação governamental dentro dos princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade, além de atender ao controle fiscal, zelando pelo equilíbrio das finanças públicas.

Presenciamos também o surgimento da Prevcom para equacionar e gerir a previdência complementar, visando garantir aposentadoria digna a seus associados sem prescindir do equilíbrio financeiro e atuarial.

Outras necessidades da sociedade são mais permanentes e vem sendo atendidas com a mesma estrutura de órgãos e entidades que permanecem a despeito de sucessivas reformas administrativas. Entretanto, essas necessidades vem sendo atendidas com novos arranjos estruturais num processo de constante e progressiva adaptação.

Assim, verificamos melhorias em diversos setores de atuação do Estado como o significativo crescimento e ampliação da malha rodoviária do Estado; a pesquisa e defesa agropecuária com alcance maior e atuação mais presente nos municípios; na gestão fazendária, com a aplicação de tecnologia da informação na escrituração fiscal e contábil digital e emissão da nota fiscal eletrônica, e no aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação com a utilização extensiva de banco de dados e inteligência artificial; na geração de emprego, com incentivos à instalação de novas empresas através de fomento e financiamento e na promoção e incremento do turismo.

Na segurança pública temos presenciado o aperfeiçoamento e valorização do quadro de pessoal bem como investimentos em equipamentos e tecnologia da informação aplicado em ações de inteligência na prevenção, investigação e ação policial.

Na saúde, foram feitos novos investimentos em ações básicas de prevenção e tratamento de doenças, estreitamento de laços com a administração municipal, permitindo uma cobertura e monitoramento dos programas de saúde e seu alcance a maiores segmentos da população. Projeto inédito no país, o Conecta SUS, está instalado na sede da Secretaria de Estado da Saúde e consolida vários indicadores da saúde nos 246 municípios do Estado, para subsidiar técnicos a coordenarem,

com maior precisão, atividades, ações e políticas da Secretaria, contribuindo para a elaboração das propostas de ações estratégicas dos gestores (Estadual e Municipais) com o objetivo de melhorar a vida das pessoas e, como consequência, os indicadores acompanhados. Também na saúde presenciamos a ampliação na concessão do gerenciamento de unidades de saúde para as Organizações Sociais, com resultados positivos na qualidade do atendimento. Na gestão da assistência à saúde do servidor, o IPASGO alcançou o equilíbrio financeiro, sendo atualmente um dos maiores planos de saúde do Estado.

Na melhoria da gestão, assistimos a criação da Escola de Governo, atuando no desenvolvimento profissional e na seleção de novos ingressantes ao serviço público. Houve avanços também com a implantação da Central para Resultados na Secretaria de Gestão e Planejamento, unidade responsável pelo desdobramento da atuação governamental em indicadores, ações e projetos, tendo como foco as entregas ao cidadão. A Central de Resultados tem por objetivo coordenar o gerenciamento intensivo de projetos prioritários de governo (Programa Goiás Mais Competitivo e Inovador), com vistas a ampliar a efetividade da ação governamental e melhorar o desempenho do Estado em indicadores selecionados como estratégicos. Outra inovação é a implantação do processo de recrutamento e seleção de servidores mediante critérios meritocráticos para preenchimento de vagas destinadas aos cargos de gerente nas unidades da estrutura complementar nos órgãos e entidades, possibilitando a escolha dos servidores mais capacitados. A descentralização das atividades da Procuradoria Geral do Estado, criando as Advocacias Setoriais nos órgãos da administração direta de maior complexidade também veio para auxiliar na melhoria da gestão.

Com esta publicação estamos disponibilizando ao público em geral, pesquisadores e interessados na organização do Estado, um detalhado e minucioso relato das transformações ocorridas ao longo desses anos. Esta publicação, assim como o primeiro caderno que cobre o período de 1961 a 2002, estão disponíveis no Sistema de Gestão Administrativa - SIGA - disponível no menu modernização de gestão no site da Secretaria de Gestão e Planejamento - www.segplan.go.gov.br. No SIGA, tanto os técnicos do setor público como os cidadãos em geral têm acesso a informações atualizadas dos órgãos e entidades da administração direta,

autárquica e fundacional referentes a dados de identificação, competências, legislação, fundos especiais, órgãos colegiados e organogramas.

A organização deste trabalho toma como referência cada uma das reformas administrativas que ocorreram nesse período, apresentando cada uma delas em ordem cronológica, com o organograma, descrição dos órgãos e entidades e a relação dos atos legais que criaram e modificaram a estrutura organizacional. A parte final contém os organogramas de todas as secretarias, autarquias e fundações vigentes na data de publicação deste.

Informações complementares podem ser obtidas na Gerência de Modernização de Gestão da Superintendência de Modernização Institucional da Secretaria de Gestão e Planejamento no telefone (62)3201-5721.



Reformas Administrativas

Período
2003 a 2008

O Governo promove esta Reforma com o propósito de se adequar ao Plano Estratégico Goiás no Século XXI, que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos goianos, mediante o combate à violência, atendimento à saúde, incremento da receita tributária, entre outros. Foram criadas Agências dotadas de capacidade de ação, como resultado da extinção de autarquias, empresas e fundações. Como destaque, na Lei n.º 14.383, de 31 de dezembro de 2002 foi criada a Agência Goiana de Esporte e Lazer e a Gerência Executiva da Escola de Governo, valorizando o desenvolvimento profissional do servidor público como elemento chave do dinamismo da administração pública.

Na busca de tornar a máquina estatal mais enxuta e dinâmica transforma Coordenadorias e Diretorias em Gerências Executivas. Eis alguns exemplos: Gerência Executiva da Renda Cidadã, da Bolsa Universitária, do Cheque Moradia, do Balcão de Emprego - SINE, do Escritório de Representação do Governo de Goiás em Brasília, entre outras.

Foi criada ainda a Secretaria-Geral da Governadoria, a Secretaria de Habitação e Saneamento, a Secretaria de assuntos Institucionais e a Agência Goiana de Esporte e Lazer.

A Secretaria-Geral da Governadoria absorve o cerimonial público, relações públicas e administração do Palácio do Governo, assistindo direta e imediatamente o Governador na sua representação funcional e social.

À Secretaria de Habitação e Saneamento ficaram afetas as atribuições de política estadual de habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano, entre outras.

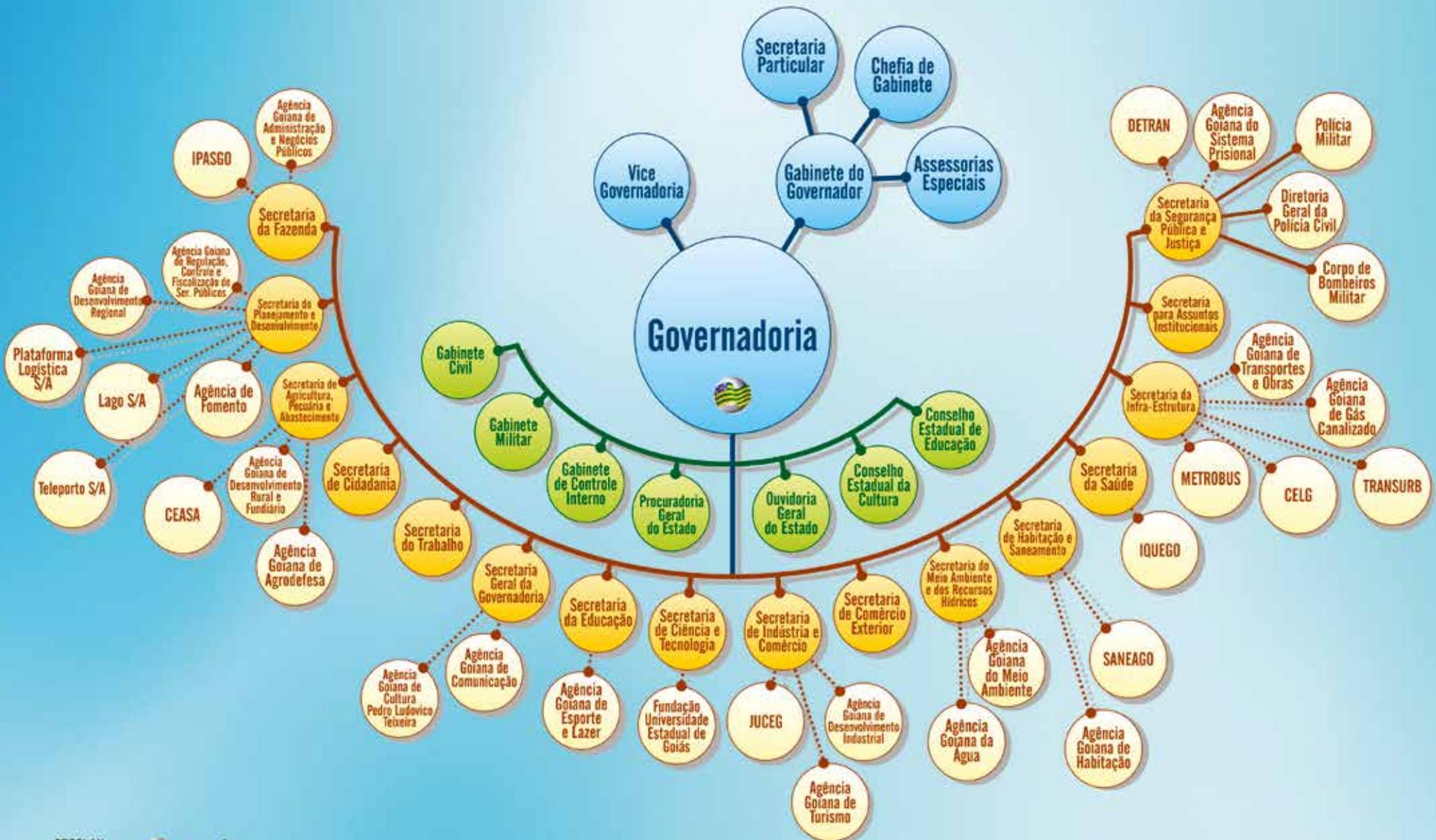
À Secretaria de Assuntos Institucionais a articulação político-administrativa do Estado com outros governos estaduais e com as administrações municipais, bem como a coordenação de relações com outros Poderes, Ministério Público e entidades representativas da sociedade civil, entre outras.

À Agência Goiana de Esporte e Lazer a promoção e fomento do desporto em suas várias modalidades. Estas atividades estavam alocadas no Conselho estadual de Desporto e Lazer e estava vinculado à Governadoria, numa demonstração da valorização deste importante segmento, erguendo-o a agência, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Nesta Reforma foi proposta ainda uma nova estrutura para a Secretaria da Segurança Pública e Justiça, pela importância de sua atuação na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO

2003 a 2007



Legenda:

CEASA - Centrais de Abastecimento de Goiás S/A

CELG - Companhia Energética de Goiás S/A

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás

IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A

JUCEG - Junta Comercial do Estado de Goiás

METROBUS - Transporte Coletivo S/A

SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

TRANSURB - Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás



Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Lei n.º 14.383,
de 31 de dezembro de 2002**

Órgãos e Entidades do Poder Executivo

■ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- I - **Governadoria:**
 - a. Conselho Estadual de Educação;
 - b. Conselho Estadual da Cultura;
 - c. Gabinete do Governador:
 - 1. Secretaria Particular;
 - 2. Chefia de Gabinete;
 - 3. Assessoria Especial.
 - d. Gabinete Civil;
 - e. Gabinete Militar;
 - f. Gabinete de Controle Interno;
 - g. Ouvidoria - Geral do Estado;
 - h. Procuradoria-Geral do Estado;
- II - **Vice Governadoria.**
- III - **Secretaria da Fazenda;**
- IV - **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento;**
- V - **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;**
- VI - **Secretaria de Cidadania;**
- VII - **Secretaria do Trabalho;**
- VIII - **Secretaria Geral da Governadoria;**
- IX - **Secretaria da Educação;**
- X - **Secretaria de Ciência e Tecnologia;**
- XI - **Secretaria de Indústria e Comércio;**
- XII - **Secretaria de Comércio Exterior;**
- XIII - **Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;**
- XIV - **Secretaria da Habitação e Saneamento;**
- XV - **Secretaria da Saúde;**
- XVI - **Secretaria da Infra-Estrutura;**
- XVII - **Secretaria para Assuntos Institucionais;**
- XVIII - **Secretaria da Segurança Pública e Justiça:**
 - Comando-Geral da Polícia Militar;
 - Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar;
 - Diretoria-Geral da Polícia Civil.

■ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- I - **Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos - AGANP**
- II - **Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR;**
- III - **Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR;**
- IV - **Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIASFOMENTO;**
- V - **Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - AGENCIARURAL;**
- VI - **Agência Goiana de Comunicação - AGECOM;**
- VII - **Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL;**
- VIII - **Agência Goiana de Esportes e Lazer - AGEL;**
- IX - **Agência Goiana de Turismo - AGETUR;**
- X - **Agência Goiana da Habitação - AGEHAB;**
- XI - **Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP;**
- XII - **Agência Goiana de Gás Canalizado;**
- XIII - **Agência Goiana do Meio Ambiente - AGENCIAAMBIENTAL;**
- XIV - **Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial - AGDI;**
- XV - **Agência Goiana do Sistema Prisional - AGESP;**
- XVI - **Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA**
- XVII - **Centrais de Abastecimento de Goiás S/A - CEASA;**
- XVIII - **Companhia Energética de Goiás- CELG;**
- XIX - **Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN-GO;**
- XX - **Empresa de Transporte Urbano do Estado de Goiás - TRANSURB;**
- XXI - **Fundação Universidade Estadual de Goiás - FUEG;**
- XXII - **Indústria Química do Estado de Goiás - IQUEGO;**
- XXIII - **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO**
- XXIV - **Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG;**
- XXV - **Lago S/A.**
- XXVI - **METROBUS - Transportes Coletivos S/A**
- XXVII - **Plataforma Logística S/A**
- XXVIII - **Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO;**
- XXIX - **Teleporto S/A**



Principais alterações na Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Período de
janeiro de 2003 a maio de 2008**

■ LEI Nº 14.383, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002.

EXTINGUIU :

- Conselho Estadual de Desporto e Lazer e o Fundo Estadual de Esportes;
- Superintendência de Gerenciamento das Unidades Hospitalares e Assistenciais da Secretaria de Saúde;
- Superintendência de Indústria da Secretaria de Indústria e Comércio;
- Superintendência da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda;
- Superintendência de Urbanismo da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento;
- Superintendência de Programas Especiais da Secretaria de Cidadania e Trabalho;
- Superintendência de Saneamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- Superintendência de Administração e Finanças, da Diretoria-Geral da Polícia Civil;
- Superintendência da Academia de Polícia Civil, da Diretoria-Geral da Polícia Civil;
- Superintendência da Corregedoria de Polícia Civil da Diretoria-Geral da Polícia Civil;
- Superintendência de Informática, Planejamento e Telecomunicações da Diretoria-Geral da Polícia Civil;
- Diretoria de Finanças do Comando-Geral da Polícia Militar;
- Diretoria de Pessoal do Comando-Geral da Polícia Militar;
- Diretoria de Finanças do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar;
- Diretoria de Mineração e Recursos Naturais da Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial e Mineral;
- Secretaria Executiva do Conselho Estadual da Mulher; Secretaria Executiva do Conselho Estadual da Juventude;
- Diretoria da Região Metropolitana de Goiânia da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

TRANSFORMOU :

- Em Superintendência de Irrigação, a Coordenadoria de Irrigação da

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento;

- Em Chefia da Assessoria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Gabinete Civil da Governadoria.

UNIFICOU :

- Na Secretaria de Segurança Pública e Justiça sob a tutela do seu titular, o Comando da Polícia Militar, o Comando do Corpo de Bombeiros Militar, e a Diretoria Geral da Polícia Civil;
- Sob a denominação de Superintendência de Ação Fiscalizadora, as Superintendências de Controle Interno da Administração Direta e Indireta do Gabinete de Controle Interno.

DENOMINOU :

- Em Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, a Secretaria do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Habitação;
- Em Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial, a Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial e Mineral;
- Em Superintendência de Planejamento, a Superintendência de Planejamento, Organização e Serviços da Secretaria da Saúde;
- Em Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde, a Superintendência de ações básicas da Secretaria da Saúde;
- Em Superintendência de Vigilância Sanitária e Ambiental, a Superintendência de ações básicas Vigilância Sanitária, da Secretaria da Saúde;
- Em Superintendência de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Estudos Climatológicos a Superintendência de Desenvolvimento Científico, Extensão e Capacitação da Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- Em Superintendência de Ensino Superior, a Superintendência de Ensino Superior e Fomento à Pesquisa da Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- Em Superintendência de Biodiversidade e Florestas, a Superintendência de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- Em Diretoria de Informática, a Diretoria de Tecnologia de Informação e Telecomunicação da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos;
- Em Chefia de Assessoria Técnica e Planejamento, a Chefia da Assessoria Técnica das Secretarias de Estado e do Gabinete Civil da Governadoria.

C R I O U :

- A Secretária- Geral da Governadoria;
- A Chefia da Assessoria Jurídica do Palácio;
- A Secretaria de Habitação e Saneamento e as superintendências abaixo:
 - Superintendência de Habitação;
 - Superintendência de Saneamento.
- Secretaria para Assuntos Institucionais e as superintendências e a chefia abaixo:
 - Superintendência de Articulação com os Municípios;
 - Superintendência da Juventude;
 - Superintendência da Mulher;
 - Chefia da Assessoria para Assuntos Parlamentares.
- Agência Goiana de Esporte e Lazer e as diretorias abaixo:
 - Diretoria Administrativa e Financeira;
 - Diretoria de Esportes;
 - Diretoria de Lazer;
 - Diretoria de Suporte Técnico.
- A Chefia de Gabinete do Governador;
- A Superintendência de Geologia e Mineração, na Secretaria de Indústria e Comércio;
- A Superintendência de Administração Tributária na Secretaria da Fazenda;
- A Superintendência de Gestão da Ação Fiscal na Secretaria da Fazenda;
- A Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública;
- A Ouvidoria-Geral de Polícia na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Corregedoria-Geral de Polícia, Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Chefia da Assessoria de Informática e Telecomunicações na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Diretoria de Apoio Logístico do Comando-Geral da Polícia Militar na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Diretoria de Saúde do Comando-Geral da Polícia Militar na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Diretoria de Apoio Administrativo e Financeiro do Comando-Geral da Polícia Militar na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Diretoria de Apoio Logístico e de Saúde, do Corpo de Bombeiros Militar

na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;

- A Diretoria Técnica e de Apoio Administrativo e Financeiro do Corpo de Bombeiros Militar na Secretaria de Segurança Pública e Justiça;
- A Superintendência de Gestão na Secretaria de Saúde;
- A Superintendência de Ação Preventiva no Gabinete do Controle Interno;
- A Superintendência de Assuntos Jurídicos no Gabinete Civil;
- A Superintendência de Fomento e Apoio à Pesquisa na Secretaria de Ciência e Tecnologia;
- A Diretoria de Industrialização dos Municípios na Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial;
- A Diretoria de Urbanismo e Programas Especiais na Agência Goiana de Desenvolvimento Regional;
- A Chefia de Gabinete no Gabinete de Controle Interno;
- A Chefia da Assessoria de Comunicação Social na Secretaria-Geral da Governadoria.

T R A N S F E R I U :

- Para Secretaria-Geral da Governadoria:
 - A Superintendência de Administração do Palácio do Gabinete Civil;
 - A Superintendência de Relações Públicas do Gabinete Civil;
 - A Superintendência do Cerimonial do Gabinete Civil;
 - A Superintendência do Centro Administrativo Pedro Ludovico Teixeira do Gabinete Militar.
- Para a Secretaria da Fazenda:
 - A Coordenadoria-Geral de Liquidações;
 - A Coordenadoria de Liquidação do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado
 - CERNE;
 - A Coordenadoria de Liquidação do Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A - CRISA;
 - A Coordenadoria de Liquidação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás - EMATER.

I N T E G R O U :

- Na Secretaria de Indústria e Comércio, o Conselho Estadual de Turismo;

- Na Secretaria de Habitação e Saneamento, o Conselho Estadual do Desenvolvimento Urbano;
- Na Secretaria de Assuntos Institucionais, o Conselho Estadual da Mulher e o Conselho Estadual da Juventude.

JURISDICIONOU :

- Na Secretaria de Indústria e Comércio, a Agência Goiana de Turismo - AGETUR;
- Na Secretaria de Habitação e Saneamento, a Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO e a Agência Goiana de Habitação S/A;
- Na Secretaria da Educação, a Agência Goiana de Esporte e Lazer;
- Na Secretária-Geral da Governadoria, a Agência Goiana de Comunicação a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira;
- Na Secretaria da Fazenda, a Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO.

ALTEROU A DENOMINAÇÃO :

- De Chefia de Assessoria Técnica para Chefia de Assessoria Técnica e Planejamento.

AUTORIZOU :

- A constituir empresa de saneamento, juntamente com os municípios goianos e a Companhia de Saneamento do Entorno do Distrito Federal, em parceria com o Governo do Distrito Federal e seus Municípios;
- A instituir, mediante decreto, a estrutura complementar das Gerências Executivas, definindo suas competências e atribuições, de acordo com as suas peculiaridades;
- Que a Centrais de Abastecimento de Goiás S.A - CEASA passe a ser uma Companhia fechada;
- A extinção da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos da Agência de Fomento de Goiás S/A.

LEI COMPLEMENTAR Nº 38, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

EXTINGUIU :

- A unidade administrativa básica, Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da PGE, com o respectivo cargo transferindo suas atividades para Secretaria da Fazenda.

TRANSFORMOU :

- A unidade administrativa básica Procuradoria Fiscal da PGE em Subprocuradoria-Fiscal determinando a sua sede na Secretaria da Fazenda.

DECRETO NO 5.734, DE 18 DE MARÇO DE 2003.

INSTITUIU :

- Conselho Especial de Controle Interno no Gabinete de Controle Interno.

LEI 14.414, DE 10 DE ABRIL DE 2003.

CRIOU :

- A Secretaria de Estado de Comércio Exterior.

DEFINIU :

- Que a execução orçamentária e financeira do Conselho Estadual de Educação seja feita pela Secretaria Geral da Governadoria.

EXTINGUIU :

- Na Secretaria de Indústria e Comércio a Gerência Executiva de Comércio Exterior.

DECRETO Nº 5.784, DE 27 DE JUNHO DE 2003.

INSTITUIU :

- O Conselho Especial de Segurança Pública do Estado de Goiás, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Justiça.

■ **LEI Nº 14.469, DE 16 DE JULHO DE 2003.**

INSTITUIU :

- O Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, na Secretaria da Fazenda.

■ **LEI Nº 14.475, DE 16 DE JULHO DE 2003.**

CRIOU :

- Agência Goiana de Água.

JURISDICIONOU :

- Agência Goiana de Águas à Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

■ **LEI Nº 14.577, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003.**

CRIOU :

- Secretaria de Estado do Trabalho.

ALTEROU A DENOMINAÇÃO :

- A Secretaria de Cidadania e Trabalho passa a denominar-se Secretaria de Cidadania.

INTEGROU :

- Conselho Estadual do Trabalhador na Secretaria de Estado do Trabalho.

■ **LEI Nº 14.645, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003.**

CRIOU :

- Agência Goiana de Defesa Agropecuária.

■ **LEI Nº 14.653, DE 08 DE JANEIRO DE 2004.**

INSTITUIU :

- Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI à Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP.

■ **LEI Nº 14.664, DE 08 DE JANEIRO DE 2004.**

CRIOU :

- A Superintendência do Patrimônio Estadual, Superintendência de Administração Tributária e Superintendência de Gestão Fiscal na Secretaria da Fazenda.

TRANSFORMOU :

- As Gerências de Delegacia Especializada de Fiscalização e Gerência de Delegacia Regional de Fiscalização em Agências Fazendárias.

■ **LEI Nº 14.745, DE 20 DE ABRIL DE 2004.**

DESDOBROU :

- A Chefia de Assessoria Técnica e Planejamento da Secretaria da Saúde em Chefia de Apoio Técnico e Jurídico e Chefia da Assessoria de Projetos Estratégicos.

■ **LEI Nº 14.751, DE 22 DE ABRIL DE 2004.**

CRIOU :

- A Superintendência de Agricultura Familiar, na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, alterando a Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999.

■ **LEI Nº 14.754, DE 22 DE ABRIL DE 2004.**

AUTORIZOU :

- O Estado de Goiás a constituir a Empresa Plataforma Logística de Goiás S/A, jurisdicionada a SEPLAN.

■ **LEI Nº 14.755, DE 22 DE ABRIL DE 2004.**

A U T O R I Z O U :

- O Estado de Goiás a constituir o Teleporto de Goiás-S/A, jurisdicionada a SEPLAN.

EXTINGUIU E AUTORIZOU A SUCESSÃO DAS ATIVIDADES :

- Extinguiu o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás - IDAGO e suas atividades foram absorvidas pela Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás - EMATER-GO;
- Extinguiu o Instituto Goiano de Defesa Agropecuária - IGAP e suas atividades foram absorvidas pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária.

■ **LEI N.º 14.758, DE 22 DE ABRIL DE 2004.**

A U T O R I Z O U :

- O Estado de Goiás a implementar o Projeto Lago de Bela Vista e a constituir a empresa Lago S/A, jurisdicionada a SEPLAN.

■ **DECRETO Nº 5.942, DE 07 DE MAIO DE 2004.**

I N S T I T U I U :

- Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás - GGI/GO -, vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária

■ **DECRETO Nº 5.994, DE 19 DE AGOSTO DE 2004.**

C R I O U :

- O Conselho Estadual de Comércio Exterior de Goiás - CONCEX-GO na Secretaria de Comércio Exterior.

■ **DECRETO Nº 5.997, DE 20 DE AGOSTO DE 2004.**

C R I O U :

- O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONESAN na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, - CONESAN.

■ **DECRETO NO 6.001, DE 25 DE AGOSTO DE 2004.**

I N S T I T U I U :

- Fundo de Capacitação do Servidor Público do Estado de Goiás, na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos - AGANP.

■ **LEI N.º 14.961, DE 29 DE SETEMBRO DE 2004.**

A L T E R O U A D E N O M I N A Ç Ã O :

- Do Conselho Estadual de Entorpecentes para Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas na Secretaria da Segurança Pública e Justiça - SSPJ, alterando a Lei nº. 13.456, de 16 de abril de 1999.

■ **LEI N.º14.984, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2004.**

C R I O U :

- A Superintendência do Fundo Protege Goiás, na Secretaria da Fazenda.

■ **LEI Nº 15.123, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2005.**

D E N O M I N O U :

- De Secretaria-Geral da Gestão para Secretaria-Geral da Governadoria;
- De Secretaria de Habitação e Saneamento para Secretaria das Cidades;
- De Secretaria de Governo e Assuntos Institucionais para Secretaria Para Assuntos Institucionais.

C R I O U :

- A Secretaria para Assuntos da Região Integrada do Entorno do Distrito Federal;
- A Superintendência de Acompanhamento da Gestão, a Superintendência de Política de Comunicação Social, e a Gerência Executiva de Administração dos Veículos do Estado na Secretaria-Geral da Gestão;
- A Superintendência de Programas Urbanos na Secretaria das Cidades;
- A Diretoria de Loterias e Seguros na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos.

D E S D O B R O U :

- A Superintendência de Assistência Social do Idoso e do Portador de Necessidades Especiais da Secretaria de Cidadania em: Superintendência de Assistência Social e do Idoso, e em Superintendência de Política de Atenção ao Deficiente.

I N T E G R O U :

- Conselho Estadual do Desenvolvimento Urbano, o Conselho Estadual de Saneamento e o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia a Secretaria das Cidades.

A L T E R O U A D E N O M I N A Ç Ã O :

- Da Secretaria de Governo e Assuntos Institucionais para Secretaria Para Assuntos Institucionais;
- Da Secretaria-Geral da Governadoria para Secretaria-Geral da Gestão;
- Da Secretaria de Habitação e Saneamento para Secretaria das Cidades.

T R A N S F O R M O U :

- A Gerência Executiva da Região Metropolitana de Goiânia, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento em Superintendência da Região Metropolitana de Goiânia, integrando a estrutura básica da Secretaria das Cidades.

J U R I S D I C I O N O U :

- Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, a Agência Goiana de Habitação

S/A - AGEHAB e a Transporte Coletivo S/A - METROBUS à Secretaria das Cidades.

■ **LEI Nº 15.249, DE 15 DE JULHO DE 2005.**

C R I O U :

- A empresa subsidiária da Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, sob a denominação de Companhia Ambiental Águas Brasileiras - CAAB.

■ **LEI Nº 15.260, DE 15 DE JULHO DE 2005.**

C R I O U :

- A Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago - ESAP/GO e definiu suas competências na Secretaria da Saúde.

■ **DECRETO Nº 6.249, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.**

C R I O U :

- Os Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social - CONSEGS

■ **LEI Nº 15.443, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2005.**

C R I O U :

- O Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás - FUNDAF-GO, na Secretaria da Fazenda - SEFAZ.

■ **LEI Nº 15.472, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005.**

C R I O U E J U R I S D I C I O N O U :

- A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG e jurisdicionada à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

■ **LEI Nº 15.574, DE 23 DE JANEIRO DE 2006.**

C R I O U :

- A Superintendência de Estudos e Projetos Estratégicos, na Secretaria de Ciência e Tecnologia em substituição à Superintendência de Fomento e Apoio à Pesquisa.

■ **LEI Nº 15.633, DE 30 DE MARÇO DE 2.006.**

C R I O U :

- O Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FUNDO CULTURAL na Agência Goiana Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL.

■ **LEI Nº 15.647, DE 09 DE MAIO DE 2006.**

C R I O U :

- O Centro Cultural Oscar Niemeyer.

■ **LEI Nº 15.714, DE 28 DE JUNHO DE 2006.**

A U T O R I Z O U :

- Fica o Poder Executivo autorizado a constituir, sob a forma de sociedade de economia mista, a Companhia Celg de Participações - CELGPAR.

■ **LEI Nº 15.724 DE 28 DE JUNHO DE 2.006.**

C R I O U :

- A Secretaria de Estado da Justiça.

D E N O M I N O U :

- Secretaria da Segurança Pública, a Secretaria da Segurança Pública e Justiça.

E X T I N G U I U :

- A Agência Goiana de Sistema Prisional.

■ **LEI Nº 16.042, DE 1º DE JUNHO DE 2007.**

C R I O U :

- A Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

■ **LEI Nº 16.188, DE 08 DE JANEIRO DE 2008.**

C R I O U :

- O Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS - e instituiu seu Conselho-Gestor.

■ **DECRETO Nº 6.711, DE 14 DE JANEIRO DE 2008.**

A U T O R I Z O U :

- A desativação de unidades estruturais básicas e complementares no âmbito da Secretaria da Fazenda -SEFAZ-, Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos -AGANP-, do Gabinete de Controle Interno -GECONI-, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás -IPASGO e de outros setores da Administração estadual.

■ **LEI Nº 16.230, DE 08 DE ABRIL DE 2008.**

C R I O U :

- O Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial vinculado ao Gabinete do Secretário de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

■ LEI Nº 16.237, DE 18 DE ABRIL DE 2008.

A U T O R I Z O U A C O N S T I T U I Ç Ã O :

- Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Companhia de Telecomunicações e Soluções - CELG Telecom, na forma de subsidiária integral da Companhia Celg de Participações - CELGPAR.





Relação Cronológica da Legislação Referente à Reforma Administrativa

2003 - 2008

LEIS

Lei nº 14.392, de 09 de janeiro de 2003.	Altera a Lei nº 13.613, de 11 de maio de 2000, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - GOYAZES.
Lei Complementar nº 38, de 09 de janeiro de 2003.	Altera a Lei Complementar nº 24, de 08 de junho de 1998, Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Estado, e dá outras providências. (Promove alterações na Procuradoria-Geral do Estado).
Lei nº 14.414, de 10 de abril de 2003.	Introduz modificações na organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 14.426, de 16 de maio de 2003.	Cria a Subsecretaria Regional de Educação de Planaltina.
Lei nº 14.446, de 20 de junho de 2003.	Introduz alterações nas Leis nº. 11.180, de 19 de abril de 1990, que estabelece modificações no Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, e 13.436, de 30 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a liquidação antecipada dos contratos de financiamentos do FOMENTAR.
Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003.	Institui o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.

Lei nº 14.470, de 16 de julho de 2003.	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a praticar os atos que especifica e dá outras providências.
Lei nº 14.474, de 16 de julho de 2003.	Introduz alterações na Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002 e dá outras providências. (Inclui competências e atribuições na Superintendência de Promoção da Igualdade Racial).
Lei nº 14.475, de 16 de julho de 2003.	Dispõe sobre a criação da Agência Goiana de Águas e dá outras providências.
Lei nº 14.486, de 16 de julho de 2003.	Cria o estabelecimento de ensino que especifica.
Lei Delegada nº 03, de 20 de junho de 2003.	Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão que especifica.
Lei nº 14.488, de 24 de julho de 2003.	Altera a Lei nº 14.081, de 26 de fevereiro de 2002, que reestrutura o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO e institui o Plano de Assistência à Saúde - IPASGO SAÚDE.
Lei nº 14.496, de 19 de agosto de 2003.	Cria o estabelecimento de ensino que especifica.
Lei Complementar nº 40, de 01 de setembro de 2003.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 01, de 19 de dezembro de 1989, na parte que especifica. (Promove alterações no Conselho de Ciência e Tecnologia de Goiás - CONCITEG).

Lei nº14.529, de 12 de setembro de 2003.	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a alienar à empresa SAMA - Mineração de Amianto Ltda, imóvel de domínio público estadual.	Lei nº 14.569, de 31 de outubro de 2003.	Cria as unidades de ensino que especifica.
Lei Complementar nº41, de 12 de setembro de 2003.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia e dá outras providências.	Lei nº 14.577, de 11 de novembro de 2003.	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei Complementar nº42, de 26 de setembro de 2003.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998 e dá outras providências. (Promove alterações na UEG).	Lei nº 14.645, de 30 de dezembro de 2003.	Altera a Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, com a finalidade de criar a Agência Goiana de Defesa Agropecuária.
Lei nº 14.541, de 30 de setembro de 2003.	Altera a Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003, que institui o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.	Lei nº 14.645, de 30 de dezembro de 2003.	Altera a Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, com a finalidade de criar a Agência Goiana de Defesa Agropecuária.
Lei nº 14.545, de 30 de setembro de 2003.W	Altera as Leis nºs 13.213, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre matéria tributária, 13.591, de 18 de janeiro de 2000, que instituiu o PRODUIR e o FUNPRODUIR, 13.839, de 15 de maio de 2001, que instituiu o TELEPRODUIR, 13.844, de 1º de junho de 2001, que instituiu o CENTROPRODUIR e 14.186, de 27 de junho de 2002, que instituiu o COMEXPRODUIR.	Lei nº 14.647, de 30 de dezembro de 2003.	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 12.773, de 18 de dezembro de 1995. (Promove alterações no Conselho Deliberativo do IPASGO).
Lei nº 14.546, de 30 de setembro de 2003.	Dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE e dá outras providências.	Lei nº 14.652, de 08 de janeiro de 2004.	Introduz acréscimos e alterações na Lei nº 14.308, de 12 de novembro de 2002, e dá outras providências. (Promove alterações na Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL).
Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003.	Cria unidades administrativas complementares nos órgãos e nas entidades que especifica e dá outras providências.	Lei nº 14.653, de 08 de janeiro de 2004.	Institui a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI e dá outras providências.
		Lei nº 14.654, de 08 de janeiro de 2004.	Institui a Comissão de Defesa Prévia - CODEP, integrante da estrutura organizacional da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP, e dá outras providências.
		Lei nº 14.664, de 08 de janeiro de 2004.	Introduz alterações nas estruturas organizacionais básicas e complementar da Secretaria da Fazenda.

Lei nº 14.745, de 20 de abril de 2004.	Altera a Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, com a finalidade de introduzir modificações na estrutura básica da Secretaria da Saúde.
Lei nº 14.750, de 22 de abril de 2004.	Dispõe sobre o Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP e dá outras providências.
Lei nº 14.751, de 22 de abril de 2004.	Altera a Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, com finalidade de introduzir modificações na estrutura organizacional da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Lei nº 14.752, de 22 de abril de 2004.	Altera o art. 13 da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, e cria a Coordenadoria de Liquidação da Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOIASINDUSTRIAL.
Lei nº 14.754, de 22 de abril de 2004.	Autoriza o Estado de Goiás a constituir, sob a forma de sociedade por ações, a empresa Plataforma Logística de Goiás S/A.
Lei nº 14.755, de 22 de abril de 2004.	Autoriza o Estado de Goiás a constituir, sob a forma de sociedade por ações, a empresa Teleporto de Goiás S/A.
Lei nº 14.768, de 27 de abril de 2004.	Introduz alterações na Lei nº 14.653, de 08 de janeiro de 2004, e na Lei no 14.654, de 08 de janeiro de 2004. (Alterações na Agetop).

Lei nº 14.776, de 26 de maio de 2004.	Introduz alterações na Lei nº 14.577, de 11 de novembro de 2003, com a finalidade de criar cargos de Gerente na Secretaria do Trabalho.
Lei nº 14.793, de 08 de junho de 2004.	Introduz alterações na organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 14.806, de 09 de junho de 2004.	Altera a composição do Conselho Deliberativo e o Agente Financeiro do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR e dá outras providências.
Lei nº 14.839, de 16 de julho de 2004.	Introduz alterações na estrutura organizacional básica e complementar da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - AGENCIARURAL e dá outras providências.
Lei nº 14.881, de 22 de julho de 2004.	Altera a Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003, que instituiu o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGEGOÍÁS.
Lei nº 14.885, de 22 de julho de 2004.	Dispõe sobre a criação do Centro Tecnológico - CENTEC de Cristalina e dá outras providências.
Lei nº 14.897, de 22 de julho de 2004.	Acresce a unidade administrativa complementar centralizada que especifica no Anexo XXIX - da Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, e dá outras providências.

Lei nº 14.910, de 11 de agosto de 2004.	Dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas, da constituição da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás e dá outras providências.	Lei nº 15.108, de 1º de fevereiro de 2005.	Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, e o Anexo XXIX da Lei Delegada no 8, de 15 de outubro de 2003. (Promove alterações na AGR).
Lei nº 14.950, de 27 de setembro de 2004.	Acrescenta dispositivo à Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002, que modifica a organização administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.	Lei nº 15.123, de 11 de fevereiro de 2005.	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 15.016, de 1º de dezembro de 2004.	Cria o Fundo Especial de Reestruturação do Estádio Serra Dourada - FUNESD e dá outras providências.	Lei Complementar nº 51, de 19 de abril de 2005.	Cria e organiza a Defensoria Pública do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 15.071, de 29 de dezembro de 2004.	Institui na Secretaria da Saúde a Junta Médica Oficial Específica com vista ao atendimento das disposições da Lei nº 9.425, de 24 de dezembro de 1996.	Lei nº 15.158, de 20 de abril de 2005.	Altera a Lei nº 13.799, de 18 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura.
Lei nº 15.077, de 11 de janeiro de 2005.	Dispõe sobre o cargo de provimento em comissão que especifica.	Lei Complementar nº 52, de 02 de maio de 2005.	Altera o art. 16 da Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998. (Conselho Estadual de Educação).
Lei nº 15.078, de 11 de janeiro de 2005.	Altera a Lei nº 14.677, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Participação em Resultados - PPR - no âmbito do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO.	Lei Complementar nº 53, de 12 de maio de 2005.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia.
Lei nº 15.084, de 28 de janeiro de 2005.	Altera as Leis nºs 11.651/91, que instituiu o Código Tributário do Estado de Goiás, e 13.882/01, que dispõe sobre o Conselho Administrativo Tributário - CAT, e regula o Processo Administrativo Tributário.	Lei Complementar nº 54, de 23 de maio de 2005.	Altera o caput do artigo 1o da Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências.

Lei nº 15.191, de 23 de maio de 2005.	Acrescenta dispositivos à Lei nº 13.918, de 3 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Programa Bolsa Universitária.
Lei nº 15.214, de 21 de junho de 2005.	Altera a Lei nº 12.773, de 18 de dezembro de 1995, na parte que dispõe sobre a composição do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás. (Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Ipasgo).
Lei nº 15.222, de 24 de junho de 2005.	Dispõe sobre a criação dos Centros Tecnológicos - CENTEC's de Edéia, Planaltina e Trindade e dá outras providências.
Lei nº 15.241, de 15 de julho de 2005.	Acrescenta os dispositivos que menciona ao art. 2º da Lei nº 13.590, de 17 de janeiro de 2000, que institui o Fundo de Fomento à Mineração.
Lei nº 15.245, de 15 de julho de 2005.	Altera o inciso II do art. 4º da Lei nº 15.146, de 11 de abril de 2005. (Alterações na Secretaria de Segurança Pública).
Lei nº 15.249, de 15 de julho de 2005.	Autoriza a criação de empresa subsidiária da Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO, sob a denominação de Companhia Ambiental Águas Brasileiras - CAAB, e dá outras providências.
Lei nº 15.254, de 15 de julho de 2005.	Dispõe sobre a criação de subunidade do Corpo de Bombeiros Militar, na cidade de Palmeiras de Goiás, e dá outras providências.

Lei nº 15.255, de 15 de julho de 2005.	Cria as unidades escolares que indica e dá outras providências.
Lei nº 15.336, de 01 de setembro de 2005.	Introduz alterações nas Leis nºs 13.266, de 16 de abril de 1998, 13.882, de 23 de julho de 2001, e na Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, e dá outras providências. (Promove alterações na Secretaria da Fazenda).
Lei nº 15.406, de 07 de outubro de 2005.	Cria, na Fundação Universidade Estadual de Goiás - FUEG, o cargo de Pró-Reitor de Administração, de provimento em comissão, altera denominação de cargo e de unidade administrativa básica da mesma Fundação e dá outras providências.
Lei nº 15.440, de 16 de novembro de 2005.	Introduz alterações na Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995, que cria a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, o Fundo Estadual de Apoio ao Deficiente, o Conselho Estadual dos Direitos do Deficiente e dá outras providências.
Lei nº 15.443, de 16 de novembro de 2005.	Institui o Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás - FUNDAF-GO.
Lei nº 15.472, de 12 de dezembro de 2005.	Cria a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG e dá outras providências.

Lei nº 15.490, de 14 de dezembro de 2005.	Dispõe sobre a criação de cargo no Quadro de Pessoal da Superintendência de Polícia Técnico-Científica da Secretaria de Segurança Pública e Justiça e dá outras providências.	Lei nº 15.582, de 23 de janeiro de 2006.	Altera o art. 7º da Lei nº 15.443, de 16 de novembro de 2005, que institui o Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás - FUNDAF - GO.
Lei nº 15.491, de 14 de dezembro de 2005.	Introduz alteração na estrutura organizacional básica da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL, e dá outras providências.	Lei nº 15.596, de 26 de janeiro de 2006.	Altera a Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, na parte que trata da estrutura complementar centralizada e descentralizada da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.
Lei nº 15.496, de 21 de dezembro de 2005.	Altera a Lei nº 11.917, de 25 de março de 1993, na parte que especifica. (Alterações no efetivo da Polícia Militar de Goiás).	Lei nº 15.624, de 30 de março de 2006.	Cria, no âmbito do Gabinete Militar da Governadoria, o Projeto Espaço Saúde, institui o Fundo Especial do Espaço Saúde - FEES/GM e dá outras providências.
Lei nº 15.507, de 29 de dezembro de 2005.	Dispõe sobre a criação dos cargos de provimento efetivo e em comissão que especifica, altera o Anexo I da Lei nº 14.237, de 08 de julho de 2002, e os Anexos XXX, XXXVIII e XXXIX da Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, e dá outras providências.	Lei nº 15.630, de 30 de março de 2006.	Dá nova redação ao § 1º do art. 2º da Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, e dá outras providências.
Lei nº 15.510, de 05 de janeiro de 2006.	Introduz alterações na estrutura complementar da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH e dá outras providências.	Lei nº 15.633, de 30 de março de 2006.	Dispõe sobre a criação do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás-FUNDO CULTURAL e dá outras providências.
Lei nº 15.522, de 05 de janeiro de 2006.	Altera a Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003, na parte em que especifica. (Fundo Protege Goiás).	Lei nº 15.647, de 09 de maio de 2006.	Cria o Centro Cultural Oscar Niemeyer e dá nome aos espaços culturais nele edificados.
Lei nº 15.557, de 16 de janeiro de 2006.	Altera o art. 1º da Lei nº 13.666, de 27 de julho de 2000. (Institui o Proescola).	Lei nº 15.692, de 06 de junho de 2006.	Altera a Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, na parte que especifica. (Promove alterações na estrutura da Secretaria da Fazenda).

Lei nº 15.714, de 28 de junho de 2006.	Autoriza a constituição da empresa de economia mista que menciona, promove a reorganização administrativa, técnica e societária da Companhia Energética de Goiás - CELG, e dá outras providências.
Lei nº 15.723, de 29 de junho de 2006.	Introduz alterações no Anexo XXXIII - Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN-GO, e dá outras providências.
Lei nº 15.724, de 29 de junho de 2006.	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 15.725, de 29 de junho de 2006.	Altera a Lei Delegada n. 08, de 15 de outubro de 2003, nas partes que especifica.
Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006.	Dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências.
Lei nº 15.795, de 04 de setembro de 2006.	Introduz alterações na estrutura organizacional básica e complementar da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL e dá outras providências.
Lei nº 15.804, de 13 de novembro de 2006.	Cria as Unidades Universitárias da UEG que menciona e dá outras providências.
Lei nº 15.846, de 28 de novembro de 2006.	Introduz alterações na Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999, e nas Leis Delegadas nºs 04 e 08, de 20 de junho e 15 de outubro de 2003, respectivamente, nas partes que especifica e dá outras providências. (Promove alterações na Secretaria da Fazenda).

Lei nº 15.903, de 21 de dezembro de 2006.	Altera a denominação dos cargos que especifica. (Secretário de Estado Extraordinário).
Lei nº 15.909, de 26 de dezembro de 2006.	Introduz alterações no Anexo VI - Secretaria da Fazenda - da Lei Delegada nº 08, de 15 de outubro de 2003, e dá outras providências.
Lei nº 15.916, de 27 de dezembro de 2006.	Altera a Lei nº 15.543, de 16 de janeiro de 2006 e dá outras providências. (Promove extinção de cargos).
Lei nº 15.945, de 29 de dezembro de 2006.	Altera as Leis nºs 14.469/03, que instituiu o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS - e 14.750/04, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP.
Lei nº 16.078, de 11 de julho de 2007.	Altera as Leis nºs 11.180/90 e 13.591/00, que instituem o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR e o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.
Lei nº 16.111, de 04 de setembro de 2007.	Altera a Lei nº 13.882, de 23 de julho de 2001, que dispõe sobre o Conselho Administrativo Tributário - CAT e regula o Processo Administrativo Tributário.
Lei nº 16.135, de 18 de setembro de 2007.	Altera a Lei nº 11.878, de 30 de dezembro de 1992, que cria o Parque Ecológico de Preservação Ambiental e Florestal que especifica.

Lei nº 16.137, de 18 de setembro de 2007.	Altera a Lei nº 15.206, de 07 de junho de 2005, que instituiu o Programa Bolsa Orquestra.
Lei nº 16.138, de 02 de outubro 2007.	Altera a Lei nº 16.071, de 10 de julho de 2007, que instituiu o Conselho de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CONFUNDEB.
Lei nº 16.152, de 26 de outubro 2007.	Promove a fusão das Unidades Escolares da Secretaria da Educação e da Polícia Militar que especifica.
Lei nº 16.155, de 26 de outubro de 2007.	Altera a Lei nº 14.247, de 29 de julho de 2002, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás.
Lei nº 16.161, de 09 de novembro de 2007.	Dispõe sobre as diretrizes que deverão nortear a reforma administrativa do Poder Executivo do Estado.
Lei nº 16.184, de 27 de dezembro de 2007.	Institui a Ouvidoria e promove parcial reestruturação no Ministério Público do Estado de Goiás.
Lei nº 16.188, de 08 de janeiro de 2008.	Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS e institui o seu Conselho Gestor.

Lei nº 16.230, de 08 de abril de 2008.	Acrescenta o inciso V ao art. 1º da Lei nº 16.042, de 1o de junho de 2007. (Cria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial).
Lei nº 1.6.232, de 08 de abril de 2008.	Altera a Lei nº 14.469, de 16 de julho de 2003, que instituiu o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.
Lei nº 16.237, de 18 de abril de 2008.	Autoriza a constituição da Companhia de Telecomunicações e Soluções - CELGTelecom e dá outras providências.

DECRETOS

Decreto nº 5.716, de 11 de fevereiro de 2003.	Dispõe sobre a criação de unidade administrativa básica na estrutura organizacional da Agência Goiana de Turismo e dá outras providências.
Decreto nº 5.726, de 28 de fevereiro de 2003.	Aprova o Regulamento do Conselho Estadual da Mulher - CONEM e dá outras providências.
Decreto nº 5.727, de 28 de fevereiro de 2003.	Aprova o Regulamento do Conselho Estadual da Saúde - CES, e dá outras providências.
Decreto nº 5.733, de 18 de março de 2003.	Dispõe sobre a instituição de unidades administrativas complementares na estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento e dá outras providências.
Decreto nº 5.734, de 18 de março de 2003.	Institui o Conselho Especial de Controle Interno e dá outras providências.
Decreto nº 5.740, de 31 de março de 2003.	Dispõe sobre a instituição de unidades administrativas complementares na estrutura organizacional da Secretaria da Fazenda e dá outras providências.
Decreto nº 5.742, de 31 de março de 2003.	Dispõe sobre as unidades prisionais no âmbito da Agência Goiana do Sistema Prisional e dá outras providências.
Decreto nº 5.756, de 21 de maio de 2003.	Aprova o Regulamento do Conselho Estadual da Juventude - CONJUV e dá outras providências.

Decreto nº 5.759, de 21 de maio de 2003.	Aprova o Regulamento do Programa Bolsa Esporte, instituído pela Lei nº 14.308, de 12 de novembro de 2002, e dá outras providências.
Decreto nº 5.760, de 21 de maio de 2003.	Aprova o Regulamento do Fundo de Fomento à Mineração - FUNMINERAL e dá outras providências.
Decreto nº 5.766, de 29 de maio de 2003.	Cria a Comissão Estadual para Agenda 21 e Políticas de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.
Decreto nº 5.779, de 25 de junho de 2003.	Introduz alterações no regulamento do fundo especial de geração de emprego e renda - FUNGER, aprovado pelo decreto nº 5.235, de 19 de maio de 2000.
Decreto nº 5.784, de 27 de junho de 2003.	Institui o Conselho Especial de Segurança Pública do Estado de Goiás e dá outras providências.
Decreto nº 5.792, de 03 de julho de 2003.	Altera o Decreto nº 5.572, de 18 de março de 2002, que aprova o Regulamento do Fundo Especial de Desenvolvimento Rural (FUNDER) da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
Decreto nº 5.794, de 07 de julho de 2003.	Dispõe sobre a composição e as atribuições do Conselho Estadual de Turismo de Goiás e dá outras providências.

Decreto nº 5.798, de 16 de julho de 2003.	Introduz alterações no Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Goiás, aprovado pelo Decreto nº 5.112, de 27 de agosto de 1999.	Decreto nº 5.817, de 20 de agosto de 2003.	Institui Comissão de Defesa Prévia - CODEP, no âmbito da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP e dá outras providências.
Decreto nº 5.800, de 16 de julho de 2003.	Constitui, no âmbito da Secretaria da Fazenda, o Comitê de Incremento da Receita - CIR.	Decreto nº 5.821, de 01 de setembro de 2003.	Altera os Regulamentos do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, e do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, aprovados pelos Decretos nºs 3.822, de 10 de julho de 1992, e 5.265, de 31 de junho de 2000, respectivamente.
Decreto nº 5.804, de 21 de julho de 2003.	Introduz alterações no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992.	Decreto nº 5.832, de 30 de setembro de 2003.	Regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de GOIÁS - PROTEGE GOIÁS.
Decreto nº 5.805, de 21 de julho de 2003.	Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAM e dá outras providências.	Decreto nº 5.835, de 30 de setembro de 2003.	Regulamenta o incentivo Apoio à Instalação e Expansão de Empresas Operadoras de Logística de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás - LOGPRODUZIR -, subprograma do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.
Decreto nº 5.806, de 21 de julho de 2003.	Institui a Câmara Superior das Unidades de Conservação do Estado de Goiás.	Decreto nº 5.841, de 07 de outubro de 2003.	Dá nova redação ao inciso V do art. 1º do Decreto nº 5.540, de 21 de janeiro de 2002. (Alteração no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável).
Decreto nº 5.811, de 04 de agosto de 2003.	Altera o art. 9º do Decreto nº 5.536, de 21 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 13.918, de 03 de outubro de 2001, a qual dispõe sobre o Programa Bolsa Universitária.	Decreto nº 5.854, de 07 de novembro de 2003.	Introduz modificações no Decreto nº 5.193, de 17 de março de 2000, e dá outras providências. (Institui o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano).
Decreto nº 5.812, de 07 de agosto de 2003.	Altera o Regulamento do Fundo de Fomento à Mineração - FUNMINERAL, aprovado pelo Decreto nº 5.760, de 21 de maio de 2003.	Decreto nº 5.855, de 07 de novembro de 2003.	Institui, no Gabinete de Controle Interno - GECONI, o Sistema de Cadastro e Controle de Veículos - SISCAVE.
Decreto nº 5.815, de 15 de agosto de 2003.	Altera o regimento interno do Conselho Estadual de Entorpecentes.		

Decreto nº 5.895, de 09 de fevereiro de 2004.	Introduz alterações e acréscimos no Decreto nº 5.118, de 17 de setembro de 1999, e no Regimento Interno por ele aprovado, nas partes que especifica. (Conselho Estadual de Trânsito de Goiás - CETRAN-GO).
Decreto nº 5.901, de 12 de fevereiro de 2004.	Altera o Regulamento da Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG, aprovado pelo Decreto nº 5.864, de 27 de novembro de 2003.
Decreto nº 5.910, de 08 de março de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Comunicação - AGECOM e dá outras providências.
Decreto nº 5.911, de 10 de março de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA e dá outras providências.
Decreto nº 5.913, de 11 de março de 2004.	Aprova o Regulamento do Gabinete de Controle Interno e dá outras providências.
Decreto nº 5.914, de 11 de março de 2004.	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Defesa Prévia - CODEP da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP e dá outras providências.
Decreto nº 5.915, de 11 de março de 2004.	Aprova o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP e dá outras providências.

Decreto nº 5.916, de 15 de março de 2004.	Altera o Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992, que baixa o Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, nas partes que especifica.
Decreto nº 5.922, de 25 de março de 2004.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Decreto nº 5.923, de 25 de março de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP e dá outras providências.
Decreto nº 5.924, de 25 de março de 2004.	Aprova o Regulamento do Gabinete Militar e dá outras providências.
Decreto nº 5.925, de 26 de março de 2004.	Aprova o Regulamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO e dá outras providências.
Decreto nº 5.931, de 19 de abril de 2004.	Dispõe sobre as regionais de saúde, da Secretaria da Saúde.
Decreto nº 5.934, de 20 de abril de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana do Sistema Prisional - AGESP e dá outras providências.
Decreto nº 5.940, de 27 de abril de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR e dá outras providências.

Decreto nº 5.942, de 07 de maio de 2004.	Institui o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás e dá outras providências.
Decreto nº 5.858, de 11 de novembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e dá outras providências.
Decreto nº 5.862, de 17 de novembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Turismo - AGETUR.
Decreto nº 5.864, de 27 de novembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG e dá outras providências.
Decreto nº 5.867, de 01 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Secretária-geral da Governadoria e da outras providências.
Decreto nº 5.868, de 01 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC.
Decreto nº 5.869, de 01 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Ouvidoria - Geral do Estado.
Decreto nº 5.871, de 03 de dezembro de 2003.	Introduz alterações no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.745, de 6 de dezembro de 1979.
Decreto nº 5.875, de 18 de dezembro de 2003.	Confere ao Presidente da Agência Goiana de Comunicação competência para a prática dos atos que especifica.
Decreto nº 5.876, de 18 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira - AGEPEL.

Decreto nº 5.877, de 18 de dezembro de 2003.	Altera dispositivo do Regulamento do Plano de Saúde do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - Ipasgo Saúde.
Decreto nº 5.878, de 19 de dezembro de 2003.	Centraliza na Secretaria para Assuntos Institucionais a assinatura e a renovação de instrumentos jurídicos para a admissão de estudantes estagiários e dá outras providências.
Decreto nº 5.880, de 23 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Secretaria para Assuntos Institucionais e dá outras providências.
Decreto nº 5.881, de 18 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL.
Decreto nº 5.882, de 23 de dezembro de 2003.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Habitação e Saneamento - SEHASAN e dá outras providências.
Decreto nº 5.889, de 16 de janeiro de 2004.	Dispõe sobre a execução do programa jovem cidadão, da secretaria de cidadania, e dá outras providências.
Decreto nº 5.892, de 30 de janeiro de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.
Decreto nº 5.893, de 30 de janeiro de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial e dá outras providências.

Decreto nº 5.894, de 30 de janeiro de 2004.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Cidadania.
Decreto nº 5.945, de 18 de maio de 2004.	Aprova o Regulamento do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN-GO e dá outras providências.
Decreto nº 5.946, de 19 de maio de 2004.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Comércio Exterior e dá outras providências.
Decreto nº 5.950, de 26 de maio de 2004.	Introduz alterações no art. 3º do Decreto nº 4.455, de 23 de maio de 1995. (Conselho Estadual do Trabalho - CET/GO.)
Decreto nº 5.959, de 04 de junho de 2004.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA e dá outras providências.
Decreto nº 5.960, de 04 de junho de 2004.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAGRO e dá outras providências.
Decreto nº 5.962, de 08 de junho de 2004.	Introduz alterações no Estatuto da Universidade Estadual de Goiás, aprovado pelo Decreto nº 5.130, de 03 de novembro de 1999.
Decreto nº 5.965, de 21 de junho de 2004.	Introduz alterações nos Decretos nº 3.588 e 3.589, ambos de 14 de fevereiro de 1991, e no Regulamento de Promoção de Praças do Corpo de Bombeiros Militar, aprovado pelo Decreto nº 4.206, de 28 de março de 1994.
Decreto nº 5.974, de 06 de julho de 2004.	Aprova o Regulamento da Secretaria da Educação e dá outras providências.

Decreto nº 5.980, de 27 de julho de 2004.	Aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Segurança Pública de Goiás - FUNESP-GO e dá outras providências.
Decreto nº 5.988, de 12 de agosto de 2004.	Introduz alterações no Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás, aprovado pelo Decreto nº 3.786, de 7 de maio de 1992.
Decreto nº 5.989, de 12 de agosto de 2004.	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Idoso - CEI.
Decreto nº 5.994, de 19 de agosto de 2004.	Cria o Conselho Estadual de Comércio Exterior de Goiás - CONCEX-GO e dá outras providências.
Decreto nº 5.997, de 20 de agosto de 2004.	Cria o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONESAN e dá outras providências.
Decreto nº 6.001, de 25 de agosto de 2004.	Introduz alterações nos textos dos Decretos nºs 5.324, de 06 de dezembro de 2000, e 5.503, de 26 de outubro de 2001. (Institui na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos - AGANP, o Fundo de Capacitação do Servidor Público do Estado de Goiás).
Decreto nº 6.002, de 27 de agosto de 2004.	Introduz alterações no texto do Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR, aprovado pelo Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000.

Decreto nº 6.011, de 13 de setembro de 2004.	Altera dispositivo do Regulamento do Ipagso Saúde aprovado pelo Decreto nº 5.592, de 14 de maio de 2002, que regulamenta a Lei nº 14.081, de 26 de fevereiro de 2002.	Decreto nº 6.062, de 11 de janeiro de 2005.	Aprova o Regulamento do Fundo Especial de Reestruturação do Estádio Serra Dourada - FUNESD.
Decreto nº 6.012, de 21 de setembro de 2004.	Altera o art. 3º do Regulamento da AGETUR. (Decreto n. 5.862, de 17 de novembro de 2003).	Decreto nº 6.066, de 25 de janeiro de 2005.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual Antidrogas Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CEPPD.
Decreto nº 6.013, de 27 de setembro de 2004.	Altera o Decreto nº 5.942, de 07 de maio de 2004, que institui o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás.	Decreto nº 6.076, de 25 de janeiro de 2005.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Trabalho e dá outras providências.
Decreto nº 6.015, de 27 de setembro de 2004.	Inclui o inciso X no parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.229, de 16 de maio de 2000. (Competências da Agetop).	Decreto nº 6.077, de 25 de janeiro de 2005.	Aprova o Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil.
Decreto nº 6.019, de 07 de outubro de 2004.	Institui o Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás e estabelece ações a serem implementadas pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual segundo as diretrizes do Sistema.	Decreto nº 6.104, de 11 de março de 2005.	Introduz alteração no Regulamento da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, aprovado pelo Decreto nº 5.876, de 18 de dezembro de 2003.
Decreto nº 6.025, de 25 de outubro de 2004.	Institui o Programa Universidade Corporativa do Estado de Goiás e dá outras providências.	Decreto nº 6.108, de 22 de março de 2005.	Introduz alterações no Regulamento da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pelo Decreto nº 5.960, de 4 de junho de 2004.
Decreto nº 6.032, de 09 de novembro de 2004.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - AGENCIARURAL e dá outras providências.	Decreto nº 6.110, de 28 de março de 2005.	Altera a redação do art. 2º do Decreto nº 4.546, de 27 de setembro de 1995. (Alteração do Conselho Estadual de Alimentação Escolar).
Decreto nº 6.034, de 16 de novembro de 2004.	Dispõe sobre a extinção, criação e alteração de denominações das Delegacias de Polícia que menciona e dá outras providências.		

Decreto nº 6.111, de 28 de março de 2005.	Dispõe sobre a unificação dos Comitês de Ética e Transparência e do Programa GOIAS-TRANSPARENTE, instituídos pelos Decretos nºs 5.462, de 9 de agosto de 2001 e 5.548, de 14 de fevereiro de 2002, respectivamente, e dá outras providências.
Decreto nº 6.121, de 08 de abril de 2005.	Regulamenta o art. 3º da Lei no 14.806, de 09 de junho de 2004, altera o Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, baixado pelo Decreto no 3.822, de 10 de julho de 1992, e dá outras providências.
Decreto nº 6.125, de 14 de abril de 2005.	Introduz alterações no Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Goiás, aprovado pelo Decreto nº 5.112, de 27 de agosto de 1999.
Decreto nº 6.148, de 23 de maio de 2005.	Estabelece as competências da Gerência Executiva de Administração de Veículos do Estado, da Secretaria-Geral da Gestão, e dá outras providências.
Decreto nº 6.161, de 03 de junho de 2005.	Aprova o Regulamento da Secretaria da Segurança Pública e Justiça - SSPJ.
Decreto nº 6.197, de 18 de julho de 2005.	Dispõe sobre a composição do Conselho Estadual de Saúde de Goiás - CESGO.
Decreto nº 6.206, de 25 de julho de 2005.	Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUIZIR, aprovado pelo Decreto nº 5.265/00.

Decreto nº 6.215, de 02 de agosto de 2005.	Acrescenta o inciso XI ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.229, de 16 de maio de 2000. (Confere competências para AGETOP).
Decreto nº 6.216, de 02 de agosto de 2005.	Introduz alterações no Regulamento da Secretaria da Educação, aprovado pelo Decreto nº 5.974, de 06 de julho de 2004.
Decreto nº 6.217, de 05 de agosto de 2005.	Aprova o Regulamento do Fundo Especial de Reestruturação do Autódromo Internacional Ayrton Senna - FRA.
Decreto nº 6.219, de 09 de agosto de 2005.	Institui, no âmbito da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a gratificação por atividades insalubres ou perigosas e dá outras providências.
Decreto nº 6.248, de 20 de setembro de 2005.	Altera o inciso I do art. 2º do Decreto nº 5.942, de 07 de maio de 2004, que institui o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás.
Decreto nº 6.249, de 20 de setembro de 2005.	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança e Defesa Social - CONSEGS e dá outras providências.
Decreto nº 6.257, de 22 de setembro de 2005.	Introduz alterações no Decreto nº 5.258, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás.

Decreto nº 6.268, de 03 de outubro de 2005.	Aprova o Regulamento da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento e dá outras providências.	Decreto nº 6.324, de 12 de dezembro de 2005.	Altera o art. 42 do Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, aprovado pelo Decreto nº 3.822/92.
Decreto nº 6.272, de 07 de outubro de 2005.	Altera o Decreto nº 5.832/03, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.	Decreto nº 6.329, de 14 de dezembro de 2005.	Altera o Decreto nº 5.832/03, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.
Decreto nº 6.273, de 07 de outubro de 2005.	Introduz alterações no Regulamento da Secretaria da Segurança Pública e Justiça, aprovado pelo Decreto nº 6.161, de 03 de junho de 2005, e dá outras providências.	Decreto nº 6.333, de 20 de dezembro de 2005.	Introduz alterações no Decreto nº 5.258, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás.
Decreto nº 6.278, de 19 de outubro de 2005.	Delega competência ao Secretário de Estado da Saúde para o fim que especifica.	Decreto nº 6.334, de 20 de dezembro de 2005.	Aprova o Regulamento dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Goiás.
Decreto nº 6.291, de 16 de novembro de 2005.	Altera o Decreto nº 5.469, de 4 de setembro de 2001. (Inserção de competências para AGETOP).	Decreto nº 6.338, de 22 de dezembro de 2005.	Altera dispositivos do Decreto nº 6.025, de 25 de outubro de 2004. (Institui o Programa Universidade Corporativa).
Decreto nº 6.306, de 28 de novembro de 2005.	Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 5.832, de 30 de setembro de 2003. (Regula o Fundo de Proteção Social de Goiás).	Decreto nº 6.360, de 27 de janeiro de 2006.	Aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Região Norte - FUnORTE, e dá outras providências.
Decreto nº 6.312, de 28 de novembro de 2005.	Introduz alterações no Decreto nº 5.193, de 17 de março de 2000, que institui o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia.	Decreto nº 6.386, de 22 de fevereiro de 2006.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Ética e Transparência - GOIÁSTRANS-PA-RENTE.
Decreto nº 6.313, de 28 de novembro de 2005.	Introduz alterações no Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia, aprovado pelo Decreto nº 5.192, de 17 de março de 2000.	Decreto nº 6.395, de 10 de março de 2006.	Introduz alterações no Regimento Interno do Conselho Superior da Polícia Civil, aprovado pelo Decreto nº 6.077, de 25 de janeiro de 2005.

Decreto nº 6.403, de 15 de março de 2006.	Altera dispositivos do Decreto nº 5.940, de 27 de abril de 2004. (Aprovou o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR).
Decreto nº 6.424, de 29 de março de 2006.	Introduz alterações no Regulamento do Fundo Especial de Desenvolvimento Rural - FUNDER, aprovado pelo Decreto nº 5.572, de 18 de março de 2002.
Decreto nº 6.454, de 09 de maio de 2006.	Altera o Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, aprovado pelo Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992.
Decreto nº 6.461, de 23 de maio de 2006.	Acresce dispositivo ao Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP, aprovado pelo Decreto nº 5.923, de 25 de março de 2004, na parte que especifica.
Decreto nº 6.467, de 26 de maio de 2006.	Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.
Decreto nº 6.470, de 02 de junho de 2006.	Aprova o Regulamento da Secretaria das Cidades e dá outras providências.
Decreto nº 6.480, de 22 de junho de 2006.	Introduz alterações no Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR - aprovado pelo Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000, e dá outras providências.

Decreto nº 6.484, de 28 de junho de 2006.	Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR -, aprovado pelo Decreto n.º 5.265/00 e os Decretos nº 5.515/01 e 5.686/02 que tratam dos subprogramas CENTROPRODUZIR e COMEXPRODUZIR.
Decreto nº 6.492, de 29 de junho de 2006.	Introduz alterações no Regimento interno do Conselho Superior da Polícia Civil, aprovado pelo Decreto nº 6.077, de 25 de janeiro de 2005.
Decreto nº 6.503, de 30 de junho de 2006.	Introduz alterações no Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Goiás, aprovado pelo Decreto nº 5.112, de 27 de agosto de 1999.
Decreto nº 6.524, de 09 de agosto de 2006.	Introduz alterações no art. 3º do Regulamento do Conselho Estadual da Mulher - CONEM, aprovado pelo Decreto nº 5.726, de 28 de fevereiro de 2003.
Decreto nº 6.525, de 09 de agosto de 2006.	Revoga o Decreto nº 6.503, de 30 de junho de 2006 e dá outras providências. (Alteração no Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Goiás).
Decreto nº 6.562, de 26 de outubro de 2006.	Homologa o Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG.
Decreto nº 6.569, de 21 de novembro 2006.	Regulamenta a Lei Estadual nº 15.714, de 28 de junho de 2006, que autoriza a constituição da Companhia Goiás de Participações - GOIASPAR e dá outras providências.

Decreto nº 6.579, de 26 de dezembro de 2006.	Introduz alterações no Decreto nº 6.066, de 25 de janeiro de 2005, e no Regimento Interno por ele aprovado.
Decreto nº 6.616, de 25 de abril de 2007.	Aprova o Regulamento da Secretaria da Saúde e dá outras providências.
Decreto nº 6.625, de 17 de maio de 2007.	Introduz alterações no Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, aprovado pelo Decreto nº 5.940, de 27 de abril de 2004, e dá outras providências.
Decreto nº 6.711, de 14 de janeiro de 2008.	Dispõe sobre a reorganização administrativa da Secretaria da Fazenda, em decorrência da desativação de unidades estruturais básicas e complementares que especifica e dá outras providências.
Decreto nº 6.725, de 07 de março de 2008.	Dispõe sobre a composição, estruturação e competências do CONSELHO ESTADUAL DA MULHER - CONEM e dá outras providências.
Decreto nº 6.728, de 14 de março de 2008.	Dispõe sobre a desativação das unidades administrativas básicas das Secretarias de Estado que especifica.
Decreto nº 6.740, de 25 de abril de 2008.	Nomeia os membros do Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios - COÍNDICE/ICMS - e dá outras providências.

Decreto nº 6.746, de 08 de maio de 2008.

Introduz modificações nos Decretos nºs 6.440, de 12 de abril de 2006 e 6.610, de 03 de abril de 2007. (Delega competências ao Secretário-Chefe do Gabinete Civil).





Reformas Administrativas

Período
2008 a 2010

Mediante a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, o Governo promoveu uma nova organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, provocando alterações na estrutura administrativa estadual. Foram extintas quatro secretarias, sete equivalentes a secretaria, quatro autarquias, uma fundação e seis sociedades de economia mista. Foram ao todo cento e quarenta e uma unidades básicas e quatrocentas e trinta e seis unidades complementares.

Entre as principais alterações podem ser citadas a incorporação da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp) à Secretaria da Fazenda (Sefaz), da Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial (AGDI) à Secretaria de Indústria e Comércio (SIC). A Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR) funde-se com a Secretaria do Entorno e se transforma em Secretaria de Desenvolvimento Regional; a Agência Goiana de Habitação (Agehab) transfere-se para a Secretaria das Cidades e a Agência de Águas incorpora-se à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), a Agência do Meio Ambiente à Semarh, a Agência Rural à Secretaria de Agricultura e a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapeg) à Secretaria de Ciência e Tecnologia. A Agência de Gás vai para liquidação. Além dessas mudanças foram extintas as Superintendências Executivas de todos os órgãos da administração direta e dos Conselhos de Gestão das Entidades da Administração Indireta.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO

2008 a 2010







Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Lei nº 16.272,
de 30 de maio de 2008**

Órgãos e Entidades do Poder Executivo

■ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

- I - **Integrantes da Governadoria do Estado:**
 - a) Gabinete Civil da Governadoria;
 - b) Gabinete Militar;
 - c) Procuradoria-Geral do Estado;
 - d) Secretaria de Articulação Institucional e Política;
 - e) Secretaria-Geral da Governadoria;
 - f) Vice-Governadoria.
- II - **Defensoria Pública do Estado de Goiás;**
- III - **Secretaria da Fazenda;**
- IV - **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento;**
- V - **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;**
- VI - **Secretaria de Cidadania e Trabalho;**
- VII - **Secretaria da Educação;**
- VIII - **Secretaria de Indústria e Comércio;**
- IX - **Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;**
- X - **Secretaria da Saúde;**
- XI - **Secretaria da Segurança Pública, incluídos os seguintes órgãos a ela subordinados:**
 - a) Polícia Civil;
 - b) Polícia Militar;
 - c) Corpo de Bombeiros Militar.
- XII - **Secretaria de Infraestrutura;**
- XIII - **Secretaria de Ciência e Tecnologia;**
- XIV - **Secretaria das Cidades;**
- XV - **Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.**

■ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

As entidades da administração autárquica do Poder Executivo são as seguintes:

- I - **Agência Goiana de Comunicação;**
- II - **Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira;**
- III - **Agência Goiana de Defesa Agropecuária;**
- IV - **Agência Goiana de Desenvolvimento Regional;**
- V - **Agência Goiana de Esporte e Lazer;**
- VI - **Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos;**
- VII - **Agência Goiana de Transportes e Obras;**
- VIII - **Departamento Estadual de Trânsito;**
- IX - **Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo;**
- X - **Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás -IPASGO;**
- XI - **Junta Comercial do Estado de Goiás;**
- XII - **Universidade Estadual de Goiás.**

■ ADMINISTRAÇÃO FUNDACIONAL

- I - **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.**



Principais alterações na Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Período de
maio de 2008 a janeiro de 2011**

■ **LEI Nº 16.272, DE 30 DE MAIO DE 2008.**

PROMOVEU A CISÃO, FUSÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, ALIENAÇÃO, EXTINÇÃO OU REATIVAÇÃO:

- Agência Goiana de Gás Canalizado S.A;
- Central de Abastecimento de Goiás S.A;
- Lago S.A.;
- Teleporto de Goiás S.A;
- Plataforma Logística S.A;
- Goiás Investimentos S.A. - Goiasinvest;
- Companhia de Desenvolvimento do Nordeste;
- Companhia de Distritos Industriais de Goiás em Liquidação;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás -EMATER-GO-, em Liquidação.

TRANSFORMOU E DENOMINOU:

- A Fundação Universidade Estadual de Goiás fica transformada em autarquia, com a denominação de Universidade Estadual de Goiás.

DENOMINOU:

- A Agência Goiana de Turismo passa a ser denominada Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo;
- A Secretaria de Segurança Pública e Justiça passa a denominar Secretaria de Segurança Pública.

EXTINGUIU:

- Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário - AGENCIARURAL;
- Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Naturais - AGEMAR;
- Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial - AGDI;
- Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos -AGANP;
- Agência Goiana de Águas.

■ **DECRETO Nº 6.780, DE 13 DE AGOSTO DE 2008.**

EXCLUIU:

- Fica excluída a Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOIASINDUSTRIAL - jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio, do rol das entidades de economia mista, sob o controle acionário do Estado de Goiás, submetidas a processo de liquidação pelo art. 18 da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999.

■ **DECRETO Nº 6.785, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.**

INSTITUIU:

- Fica instituída a Central de Aquisições e Contratações - CENTRAC, na Secretaria da Fazenda, como unidade central do Sistema de Gestão de Aquisições e Contratações Governamentais.

■ **DECRETO Nº 6.791, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.**

INSTITUIU:

- Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - SEMIRA, o Conselho Estadual para Assuntos Indígenas - CEAI.

■ **LEI Nº 16.384, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.**

DENOMINOU:

- O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Goiás - FUNDETEG passa a denominar-se Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia.

EXTINGUIU:

- Fundo de Transportes - FT;
- Fundo Estadual de Desenvolvimento do Nordeste Goiano - FUNDESTE;
- Fundo Estadual de Desenvolvimento da Região Norte - FUNORTE;
- Fundo de Aval do Estado de Goiás - FUNDO DE AVAL;
- Fundo Especial de Geração de Emprego e Renda - FUNGER;

- Fundo Especial de Reestruturação do Estádio Serra Dourada - FUNESD;
- Fundo Especial de Reestruturação do Autódromo Internacional Ayrton Senna - FERAIS;
- Fundo de Auxílio Funerário aos Goianos Vitimados no Exterior - FUAVE;
- Fundo de Assistência Judiciária;
- Fundo de Capacitação do Servidor Público do Estado de Goiás.

INCORPOROU OS FUNDOS EXTINTOS:

- Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás - FUNDES;
- Secretária-Geral da Governadoria;
- Agência Goiana de Esporte e Lazer - AGEL;
- Goiás Turismo - GOIASTUR;
- Procuradoria-Geral do Estado - PGE;
- Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUNCAPE.

CRIOU:

- Fica criado o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR.

INSTITUIU:

- Fica instituído, na Secretaria da Fazenda, o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS;
- Fica instituído o Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás-FUNCAM vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento.

LEI Nº 16.386, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.

INSTITUIU:

- Fica instituído o Programa Estadual de Assistência e Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-GO, vinculado à Secretaria da Segurança Pública.

CRIOU:

- Conselho Deliberativo - CONDEL/PROVITA-GO;
- Fica criado o Serviço Estadual de Proteção ao Depoente Especial - SEPDE.

LEI COMPLEMENTAR Nº 65, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008.

DENOMINOU:

- A Promotoria de Justiça de Atendimento Noturno da comarca de Goiânia passa a denominar-se Promotoria de Justiça de Entrância Final;
- Passa a denominar-se Promotoria de Justiça Regional Ecológica a Promotoria de Justiça Ecológica Móvel.

DECRETO Nº 6.855, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008.

INSTITUIU:

- Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-LGBTT.

LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 27 DE JANEIRO DE 2009.

CRIOU:

- Fica criada a Goiás Previdência - GOIASPREV.

LEI Nº 16.474, DE 27 DE JANEIRO DE 2009.

ALTEROU A DENOMINAÇÃO:

- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO”, por “Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO”.

■ **LEI Nº 16.536, DE 12 DE MAIO DE 2009.**

INSTITUIU :

- Fica instituído, no âmbito da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, gerido por seu Presidente, o Fundo Penitenciário Estadual -FUNPES.

■ **LEI Nº 16.602, DE 23 DE JUNHO DE 2009.**

INSTITUIU :

- Ficam instituídos, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, os Centros de Educação Profissional.

■ **LEI Nº 16.662, DE 23 DE JULHO DE 2009.**

CRIOU :

- No Gabinete Civil a unidade administrativa básica, denominada Assessoria Técnica, e o correspondente cargo de provimento em comissão de Chefe da Assessoria;
- Na estrutura organizacional da Secretaria da Saúde a Superintendência de Atenção à Saúde.

■ **DECRETO Nº 6.969, DE 20 DE AGOSTO DE 2009.**

REATIVOU :

- Fica reativado o Conselho Estadual para Assuntos Indígenas instituído, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, pelo Decreto no 6.791, de 29 de agosto de 2008.

■ **DECRETO Nº 6.973, DE 27 DE AGOSTO DE 2009.**

REESTABELECEU :

- Fica restabelecido o Conselho Estadual dos Direitos do Deficiente, criado pela Lei no 12.695, de 11 de setembro de 1995.

■ **DECRETO Nº 6.977, DE 03 DE SETEMBRO DE 2009.**

REESTABELECEU :

- Fica restabelecido o Conselho de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CONFUNDEB -, criado pela Lei nº 16.071, de 10 de julho de 2007.

■ **DECRETO Nº 6.990, DE 04 DE SETEMBRO DE 2009.**

REVIGOROU :

- Fica revigorado o Conselho de Gestão, integrante da Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA, instituído nos termos do art. 8º da Lei no 13.550 de 11 de novembro de 1999.

■ **DECRETO Nº 6.998, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

REVIGOROU :

- Fica revigorado o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm -, instituído pelo art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 12.603, de 07 de abril de 1995.

■ **DECRETO Nº 6.999, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

REVIGOROU :

- Fica revigorado o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI, criado nos termos do art. 25, inciso II, da Lei no 13.123, de 16 de julho de 1999.

■ **DECRETO Nº 7.011, DE 23 DE OUTUBRO DE 2009.**

REVIGOROU :

- Fica revigorado o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás - CDE, integrante da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento.

■ **DECRETO Nº 7.021, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.**

REVIGOROU :

- Fica revigorado o Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás -FAPEG.

■ **DECRETO Nº 7.030, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.**

REVIGOROU :

- Fica revigorado o Conselho Estadual da Juventude - CONJUV, integrante da Secretaria de Política para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, SEMIRA.

■ **LEI Nº 16.819, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.**

CRIOU :

- Fica criado, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Centro Tecnológico Luiz Humberto de Menezes.

■ **LEI Nº 16.836, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.**

ALTEROU A DENOMINAÇÃO :

- Unidades Universitárias da Universidade Estadual de Goiás - UEG para Unidades Universitárias da UEG, seguidas do nome do município da respectiva localização.

■ **LEI Nº 16.890, DE 13 DE JANEIRO DE 2010.**

INSTITUIU :

- Fica instituído o Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas -PROVITA-GO-, vinculado à Secretaria da Segurança Pública, bem como o seu Conselho Deliberativo - CONDEL/PROVITA-GO-.

■ **DECRETO Nº 7.077, DE 15 DE MARÇO DE 2010.**

INSTITUIU :

- Fica instituído o Conselho Superior do Sistema de Gestão de Aquisições e Contratações Governamentais, no âmbito da atuação do Sistema de Gestão de Aquisições e Contratações Governamentais -SGA-.

■ **DECRETO Nº 7.086, DE 31 DE MARÇO DE 2010.**

INSTITUIU :

- Fica instituído o Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES integrante da estrutura da Secretaria das Cidades.

■ **LEI Nº 16.929, DE 11 DE MARÇO DE 2010.**

CRIOU :

- Subchefia do Gabinete Militar da Governadoria.

■ **LEI Nº 16.951, DE 14 DE ABRIL DE 2010.**

AUTORIZOU :

- Alienação de ações da CELG.

CRIOU :

- A CELGPAR.

INSTITUIU :

- O Fundo de Aporte à CELGPAR e a suas Subsidiárias Integrais-FUNAC.

■ **LEI Nº 16.978, DE 28 DE ABRIL DE 2010.**

DENOMINOU :

- A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás -EMATER-GO-, passa a denominar-se Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás -EMATER-GO-.

■ LEI Nº 17.096, DE 02 DE JULHO DE 2010.

C R I O U :

▪ Fica criada, na Secretaria da Fazenda, a unidade administrativa básica denominada Central de Aquisições e Contratações -CENTRAC, com o respectivo cargo de provimento em comissão de Presidente da CENTRAC.

■ DECRETO Nº 7.139, DE 30 DE JULHO DE 2010.

I N S T I T U I U :

▪ Fica instituído o Comitê Gestor Interinstitucional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

■ LEI Nº 17.155, DE 17 DE SETEMBRO DE 2010.

C R I O U :

▪ Fica criado, na Secretaria das Cidades, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS - e instituído o Conselho-Gestor do FEHIS.

■ DECRETO Nº 7.182, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2010.

R E V I G O R O U :

▪ Fica revigorado o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm.



Relação Cronológica da Legislação Referente à Reforma Administrativa

2008 - 2011

LEIS

Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008.	Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Lei nº 16.304, de 04 de julho de 2008.	Dá nova redação aos incisos I e X do art. 90 da Lei n. 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Goiás.
Lei nº 16.305, de 04 de julho de 2008.	Altera a Lei nº 16.272/2008, na parte que dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria-Geral da Governadoria e do DETRAN.
Lei nº 16.362, de 06 de outubro de 2008.	Acrescenta o § 6º ao art. 90 da Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás.
Lei nº 16.363, de 06 de outubro de 2008.	Cria os estabelecimentos de ensino que menciona e dá outras providências.
Lei nº 16.364, de 06 de outubro de 2008.	Cria as escolas estaduais que menciona e dá outras providências.
Lei nº 16.368, de 07 de outubro de 2008.	Altera a Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988.
Lei nº 16.381, de 21 de novembro de 2008.	Altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008. (Alterações na estrutura administrativa da Secretaria da Saúde).

Lei Complementar nº 63, de 27 de novembro de 2008.	Altera as Leis Complementares nºs 20, de 10 de dezembro de 1996, 27, de 30 de dezembro de 1999, e 58, de 04 de julho de 2006, e dá outras providências. (Promove alterações em Fundos Estaduais).
Lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008.	Modifica o Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás - FUNDES, cria o Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUNCAPE, dispõe sobre a utilização de recursos próprios de fundos especiais e de entidades da administração indireta para o pagamento de pessoal e altera as leis que especifica.
Lei nº 16.386, de 27 de novembro de 2008.	Institui o Programa Estadual de Assistência e Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-GO, cria o Serviço Estadual de Proteção ao Depoente Especial - SEPDE e dá outras providências.
Lei Complementar nº 65, de 18 de dezembro de 2008.	Altera a Lei Complementar nº 25, de 06 de julho de 1998 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Goiás. Modifica o quadro de carreira dos membros do Ministério Público. (Cria e altera a estrutura de Promotorias de Justiça, cargos dos quadros de serviços auxiliares e cargos em comissão do Ministério Público. Institui símbolo oficial e Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público e última outras providências).
Lei nº 16.438, de 30 de dezembro de 2008.	Altera as Leis nºs 11.180/90, 13.213/97, 13.591/00 e 13.844/01 que dispõem sobre os programas FOMENTAR e PRODUIR.

Lei nº 16.455, de 31 de dezembro de 2008.	Altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.	Lei nº 16.551, de 20 de maio de 2009.	Altera a Lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008, que modificou o Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás - FUNDES -, criou o Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUNCAPE -, dispõe sobre a utilização de recursos próprios de fundos especiais e de entidades da administração indireta para o pagamento de pessoal e alterou as leis que especifica.
Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009.	Institui a autarquia Goiás Previdência - GOIASPREV.	Lei nº 16.557, de 26 de maio de 2009.	Altera a Lei nº 13.591/00, que institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR - e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR.
Lei nº 16.474, de 27 de janeiro de 2009.	Altera a Lei nº 14.081, de 26 de fevereiro de 2002, e dá outras providências. (Alterou a denominação “Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás - IPASGO”, é substituída por “Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO”).	Lei Complementar nº 73, de 27 de maio de 2009.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências.
Lei nº 16.475, de 28 de janeiro de 2009.	Altera a Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.	Lei nº 16.602, de 23 de junho de 2009.	Institui, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, os Centros de Educação Profissional que especifica e dá outras providências.
Lei nº 16.536, de 12 de maio de 2009.	Institui o Fundo Penitenciário Estadual - FUNPES - e dá outras providências.	Lei nº 16.649, de 22 de julho de 2009.	Cria, na Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) da Secretaria da Segurança Pública, os cargos de provimento efetivo que menciona e dá outras providências.
Lei nº 16.540, de 12 de maio de 2009.	Acrescenta o § 3º ao art. 11 da Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás.		

Lei nº 16.653, de 23 de julho de 2009.	Altera a Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.
Lei nº 16.662, de 23 de julho de 2009.	Altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, e dá outras providências. (Dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional).
Lei nº 16.669, de 23 de julho de 2009.	Dá nova redação ao § 2º do art. 92 da Lei nº 11.416, de 05 de fevereiro de 1991, que baixa o Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado.
Lei nº 16.764, de 10 de novembro de 2009.	Altera os incisos III, V, VI, VII do art. 1º da Lei nº 16.602, de 23 de junho de 2009, que institui, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, os Centros de Educação Profissional.
Lei nº 16.768, de 10 de novembro de 2009.	Altera a Lei nº 14.653, de 08 de janeiro de 2004, que institui a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.
Lei nº 16.819, de 27 de novembro de 2009.	Cria o Centro Tecnológico que especifica, altera a estrutura organizacional da Secretaria de Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Lei nº 16.833, de 15 de dezembro de 2009.	Altera a Lei nº 16.038, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão - "Vapt-Vupt" e dá outras providências.

Lei nº 16.836, de 15 de dezembro de 2009.	Altera a denominação das unidades universitárias da Universidade Estadual de Goiás - UEG -, revigora, convalida e cria seus Fundos Rotativos e dá outras providências.
Lei nº 16.865, de 30 de dezembro de 2009.	Altera o art. 8º da Lei nº 14.910, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre a instituição do Programa de Parcerias Público-Privadas, a constituição da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 16.866, de 30 de dezembro de 2009.	Altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, referente à Superintendência de Controle Interno da Secretaria da Fazenda.
Lei nº 16.884, de 13 de janeiro de 2010.	Dispõe sobre a estrutura organizacional da autarquia Goiás Previdência - GOIASPREV -.
Lei nº 16.890, de 13 de janeiro de 2010.	Institui a Política Estadual de Assistência e Proteção a Vítimas e Colaboradores da Justiça, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado de Goiás -PROVITA-GO- e seu Conselho Deliberativo -CONDEL/PROVITA-GO-, cria o Serviço Estadual de Proteção ao Depoente Especial -SEPDE- e dá outras providências.

Lei nº 16.915, de 29 de janeiro de 2010.	Altera a Lei nº 16.272/08, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. (Alterações na estrutura do Detran).	Lei nº 17.096, de 02 de julho de 2010.	Altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, que dispõe sobre a organização da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
Lei nº 16.929, de 11 de março de 2010.	Cria, no Gabinete Militar da Governadoria, a unidade administrativa que especifica e dá outras providências. (Fica criada a Subchefia do Gabinete Militar da Governadoria, com o respectivo cargo em comissão de Subchefe).	Lei nº 17.155, de 17 de setembro de 2010.	Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS - e institui seu Conselho-Gestor.
Lei Complementar nº 78, de 25 de março de 2010.	Altera a Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia.	Lei nº 17.160, de 30 de setembro de 2010.	Altera a Lei nº 12.207/93, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.
Lei nº 16.951, de 14 de abril de 2010.	Altera as Leis nºs 13.361/00, 15.714/06 e 16.878/10, que autoriza a alienação de ações da CELG, cria a CELGPAR e institui o Fundo de Aporte à CELGPAR e a suas Subsidiárias Integrais -FUNAC-, respectivamente, e dá outras providências.	Lei nº 17.164, de 30 de setembro de 2010.	Altera os arts. 314 e 315 da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás e de suas Autarquias.
Lei nº 16.978, de 28 de abril de 2010.	Dispõe sobre a reativação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás -EMATER-GO-, altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, e dá outras providências.	Lei nº 17.170, de 30 de setembro de 2010.	Altera a Lei nº 16.272, de 30 de maio de 2008, e convalida os atos que especifica. (Alteração na competência da GOIASPREV).
		Lei nº 17.181, de 27 de outubro de 2010.	Altera a Lei nº 13.919, de 04 de outubro de 2001, que criou o Polo de Serviços Tecnológicos Avançados do Estado de Goiás e instituiu o Subprograma TECNOPRODUZIR.

DECRETOS

Decreto nº 6.768, de 29 de julho de 2008.	Dispõe sobre a composição, estruturação e competências do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial-CONIR e dá outras providências.
Decreto nº 6.779, de 12 de agosto de 2008.	Cria a Delegacia Estadual de Atendimento ao Turista - DEAT - e o Núcleo de Gestão em Segurança Turística, e dá outras providências.
Decreto nº 6.780, de 13 de agosto de 2008.	Exclui a Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOIASINDUSTRIAL - do rol das entidades de economia mista, sob o controle acionário do Estado de Goiás, submetidas a processo de liquidação pelo art. 18 da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999.
Decreto nº 6.785, de 19 de agosto de 2008.	Altera o Decreto nº 6.759, de 22 de julho de 2008, nas partes que especifica. (Institui na Secretaria da Fazenda a Central de Aquisições e Contratações - CENTRAC).
Decreto nº 6.788, de 29 de agosto de 2008.	Altera a redação do art. 17 do Decreto nº 6.768, de 29 de julho de 2008. (Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial - CONIR).
Decreto nº 6.791, de 29 de agosto de 2008.	Institui no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - SEMIRA o Conselho Estadual para Assuntos Indígenas e dá outras providências.

Decreto nº 6.812, de 03 de novembro de 2008.	Altera o Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, instituído pelo Decreto nº 3.822/92.
Decreto nº 6.855, de 31 de dezembro de 2008.	Institui, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBTT e dá outras providências.
Decreto nº 6.870, de 09 de fevereiro de 2009.	Altera o Decreto nº 6.765, de 23 de julho de 2008, que criou o Conselho “Goiás na Copa de 2014” e o respectivo Comitê Executivo.
Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009.	Regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS e dá outras providências.
Decreto nº 6.906, de 30 de abril de 2009.	Regulamenta a competência da Secretaria de Estado da Saúde quanto à saúde do trabalhador.
Decreto nº 6.910, de 06 de maio de 2009.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Comunicação e dá outras providências.
Decreto nº 6.913, de 08 de maio de 2009.	Dispõe sobre a discriminação das Subsecretarias de Educação, de acordo com seus portes e respectivas jurisdições.
Decreto nº 6.916, de 08 de maio de 2009.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira e dá outras providências.

Decreto nº 6.922, de 15 de maio de 2009.	Introduz alterações no Decreto nº 4.546, de 27 de setembro de 1995, que cria o Conselho Estadual de Alimentação Escolar.	Decreto nº 6.956, de 24 de julho de 2009.	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Direitos Humanos.
Decreto nº 6.925, de 20 de maio de 2009.	Delega competência ao Secretário da Fazenda para a prática do ato que especifica.	Decreto nº 6.958, de 24 de julho de 2009.	Acrescenta o inciso XV ao parágrafo único do art. 1º Decreto no 5.229, de 16 de maio de 2000. (Acrescenta competência na AGETOP).
Decreto nº 6.929, de 05 de junho de 2009.	Dispõe sobre a manutenção do Conselho Estadual de Cultura, define sua topologia e dá outras providências.	Decreto nº 6.964, de 20 de agosto de 2009.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Decreto nº 6.930, de 09 de junho de 2009.	Aprova o Regimento Interno do Conselho Administrativo Tributário - CAT.	Decreto nº 6.969, de 20 de agosto de 2009.	Reativa o Conselho Estadual para Assuntos Indígenas instituído no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, altera o art. 3º do Decreto nº 6.791, de 29 de agosto de 2008, que o instituiu, revoga o seu art. 8º e dá outras providências.
Decreto nº 6.937, de 1º de julho de 2009.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Infra-Estrutura e dá outras providências.	Decreto nº 6.973, de 27 de agosto de 2009.	Restabelece o Conselho Estadual dos Direitos do Deficiente, criado pela Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995.
Decreto nº 6.943, de 07 de julho de 2009.	Dispõe sobre a Instituição, no âmbito da Secretária-geral da Governadoria, do Núcleo de Avaliação de Contratações Temporárias.	Decreto nº 6.977, de 03 de setembro de 2009.	Restabelece o Conselho de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CONFUNDEB.
Decreto nº 6.946, de 07 de julho de 2009.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras e dá outras providências.		
Decreto nº 6.947, de 07 de julho de 2009.	Nomeia os membros do Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios - COÍNDICE/ICMS - e dá outras providências.		
Decreto nº 6.954, de 15 de julho de 2009.	Altera dispositivos do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.		

Decreto nº 6.979, de 03 de setembro de 2009.	Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás -PRODUZIR-, aprovado pelo Decreto nº 5.265/00, e o Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás -FOMENTAR-, aprovado pelo Decreto nº 3.822/92.
Decreto nº 6.990, de 04 de setembro de 2009.	Revigora o Conselho de Gestão, integrante da Agência Goiana de Defesa Agropecuária -AGRODEFESA, instituído nos termos do art. 8º da Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, aprova o Regulamento da AGRODEFESA e dá outras providências.
Decreto nº 6.998, de 17 de setembro de 2009.	Revigora o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, dispõe sobre sua organização e dá outras providências.
Decreto nº 6.999, de 17 de setembro de 2009.	Revigora o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI, dispõe sobre sua organização e dá outras providências.
Decreto nº 7.007, de 06 de outubro de 2009.	Altera os arts. 3º e 4º do Decreto nº 6.998, de 17 de setembro de 2009. (Alteração no Conselho Estadual do Meio Ambiente).
Decreto nº 7.011, de 23 de outubro de 2009.	Revigora o Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás - CDE e dá outras providências.

Decreto nº 7.021, de 10 de novembro de 2009.	Revigora o Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás -FAPEG-, instituído nos termos dos art. 6º, inciso I, e 7º da Lei nº 15.472, de 12 de dezembro de 2005.
Decreto nº 7.029, 23 de novembro de 2009.	Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR-, aprovado pelo Decreto nº 5.265/00.
Decreto nº 7.030, de 18 de novembro de 2009.	Revigora o Conselho Estadual da Juventude - CONJUV e dá outras providências.
Decreto nº 7.035, de 27 de novembro de 2009.	Altera o art. 4º do Decreto nº 6.998, de 17 de setembro de 2009. (Alteração no Conselho Estadual do Meio Ambiente).
Decreto nº 7.036, de 27 de novembro de 2009.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.
Decreto nº 7.048, de 12 de janeiro de 2010.	Aprova o Regulamento da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento e dá outras providências.
Decreto nº 7.052, de 21 de janeiro de 2010.	Revigora o prazo de que trata o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 6.972/09, que exclui a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás - EMATER-GO- do rol das entidades submetidas a processo de liquidação pelo art. 18 de Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999.

Decreto nº 7.056, de 28 de janeiro de 2010.	Altera o Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009. (Regulamenta o Fundo Protege - Goiás).	Decreto nº 7.092, de 15 de abril de 2010.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.
Decreto nº 7.072, de 05 de março de 2010.	Altera o Regimento Interno do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás.	Decreto nº 7.097, de 23 de abril de 2010.	Altera o Regulamento da Secretaria de Infra-Estrutura, aprovado pelo Decreto nº 6.937, de 1º de julho de 2009.
Decreto nº 7.077, de 15 de março de 2010.	Institui o Conselho Superior do Sistema de Gestão de Aquisições e Contratações Governamentais e a Ordem do Mérito Mauro Borges Teixeira e dá outras providências.	Decreto nº 7.105, de 03 de maio de 2010.	Dilata o prazo de que tratam os Decretos nºs 6.972/09 e 7.052/10. (EMATER - retira o prazo de liquidação).
Decreto nº 7.081, de 22 de março de 2010.	Altera o art. 11 do Decreto nº 6.855, de 31 de dezembro de 2008, que institui, no âmbito da Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTT.	Decreto nº 7.113, de 25 de maio de 2010.	Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás -PRODUZIR-, aprovado pelo Decreto nº 5.265/00.
Decreto nº 7.082, de 24 de março de 2010.	Nomeia os membros do Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios - COÍNDICE/ICMS - e dá outras providências.	Decreto nº 7.118, de 02 de junho de 2010.	Altera o art. 4º do Decreto nº 7.086, de 31 de março de 2010, e dá outras providências. (Altera a composição do Conselho Estadual das Cidades).
Decreto nº 7.085, de 31 de março de 2010.	Aprova o Regulamento do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO e dá outras providências.	Decreto nº 7.121, de 15 de junho de 2010.	Delega competência ao Secretário-Chefe do Gabinete Civil da Governadoria para a prática dos atos que especifica.
Decreto nº 7.086, de 31 de março de 2010.	Institui o Conselho Estadual das Cidades, dispõe sobre as competências, a estruturação, composição e o funcionamento do mesmo, bem como sobre a Conferência Estadual das Cidades e dá outras providências.	Decreto nº 7.124, de 25 de junho de 2010.	Aprova o Estatuto da Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás - EMATER-GO.
		Decreto nº 7.139, de 30 de julho de 2010.	Institui o Comitê Gestor Interinstitucional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

Decreto nº 7.140, de 06 de agosto de 2010.	Acrescenta a alínea “O” (Programas) e o inciso I (Ações) ao Anexo Único do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009. (Regulamento do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS).
Decreto nº 7.154, de 23 de setembro de 2010.	Dispõe sobre o credenciamento da Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns - FECHA.
Decreto nº 7.155, de 28 de setembro de 2010.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.
Decreto nº 7.158, de 1º de outubro de 2010.	Homologa o Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).
Decreto nº 7.167, de 05 de outubro de 2010.	Acrescenta o inciso XVI ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.229, de 16 de maio de 2000, que confere à Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP) competência para prática dos atos que especifica.
Decreto nº 7.170, de 05 de outubro de 2010.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, aprovado pelo Decreto nº 7.092, de 15 de abril de 2010.
Decreto nº 7.182, de 09 de novembro de 2010.	Altera o texto do Decreto nº 6.998, de 17 de setembro de 2009, que revigora o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, dispõe sobre sua organização e dá outras providências.

Decreto nº 7.185, de 11 de novembro de 2010.	Aprova o Regulamento da GOIÁS TURISMO - Agência Estadual de Turismo e dá outras providências.
Decreto nº 7.186, de 17 de novembro de 2010.	Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - CONDEL/PROVITA-GO.
Decreto nº 7.187, de 17 de novembro de 2010.	Aprova o Regulamento da Goiás Previdência -GOIASPREV-, criada pela Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009, e dá outras providências.
Decreto nº 7.206, de 21 de janeiro de 2011.	Delega competência ao Secretário-Chefe do Gabinete Civil da Governadoria para a prática dos atos que especifica.



Reformas Administrativas

Período
2011 a 2014

Em janeiro de 2011 passa a vigorar no Estado de Goiás um novo modelo de gestão baseado na inovação, empreendedorismo e com foco em resultados. E para suportar as novas diretrizes governamentais foi necessário um ajuste na estrutura organizacional do Estado (Poder Executivo) instituída pela Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.

As alterações estabelecidas tiveram como objetivo dar maior transparência, visibilidade e padronização nas estruturas e atividades da Administração Pública Estadual, proporcionando uniformidade nas ações/atuação das diversas unidades administrativas.

A Reforma Administrativa, realizada segundo as diretrizes da Agenda Estratégica Governamental, inova ao viabilizar a escolha dos ocupantes dos cargos de direção das gerências dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional por meio de processos de seleção interna baseados no mérito. A meritocracia passa a ser uma prática na administração estadual.

A seleção por capacitação e mérito objetiva preencher os quadros gerenciais do Poder Executivo Estadual com profissionais orientados para resultados, com iniciativa, proatividade, resiliência e maturidade relacional, vivência na gestão e no desenvolvimento de projetos, contribuindo assim para um maior dinamismo e resultados mais efetivos do setor público em Goiás. O processo seletivo é composto por três fases: análise curricular abrangendo formação acadêmica e experiência profissional, prova objetiva e entrevista profissional com critérios técnicos e psicológicos.

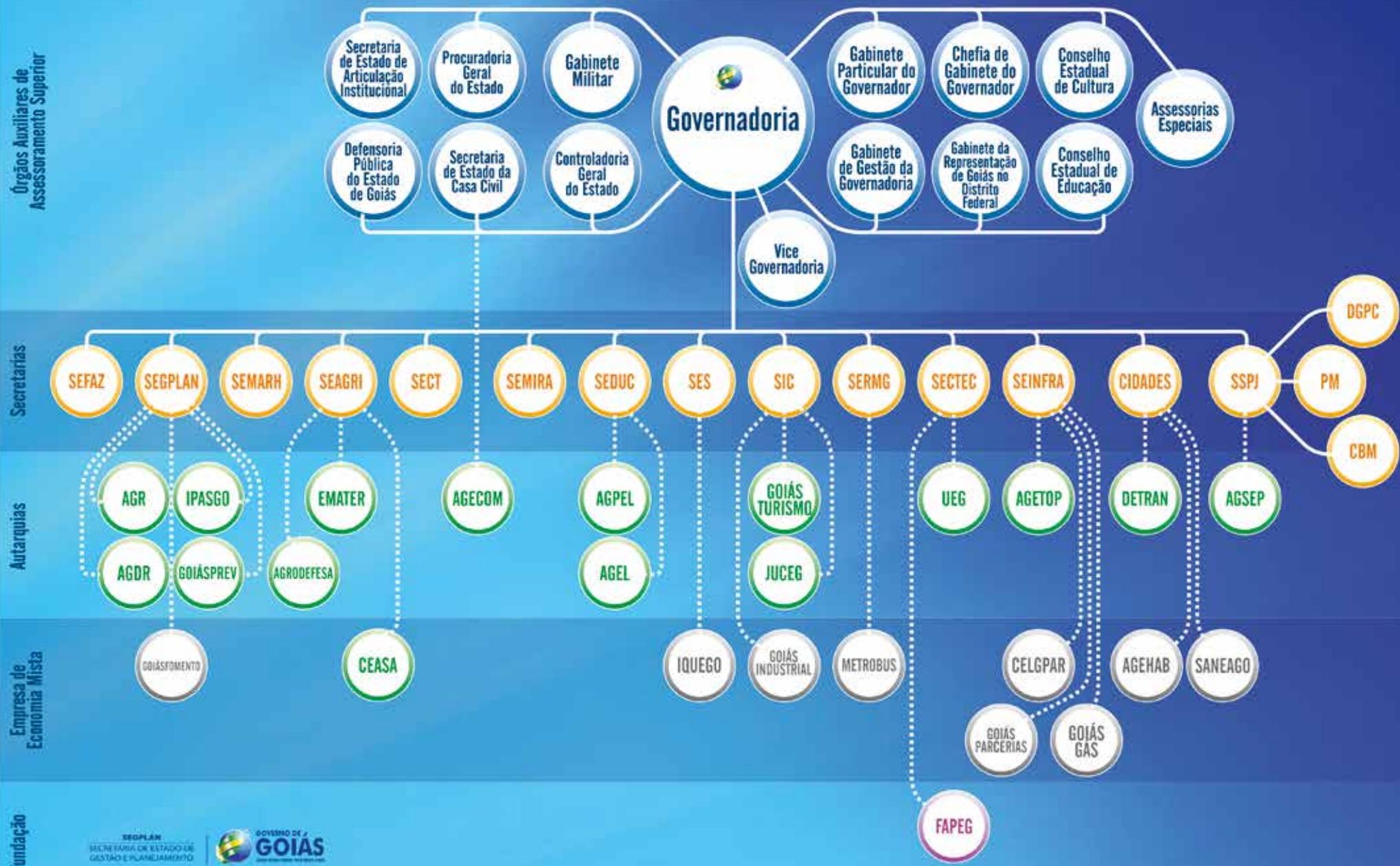
O novo modelo de gestão que prevê ações de mapeamento e melhoria de macroprocessos estratégicos, avaliações institucionais que objetivam o alto desempenho dos órgãos/entidades e contratualização de resultados por meio de contratos de gestão, com metas pactuadas. Estes instrumentos implementados visam uma melhoria no desempenho da máquina estadual.

Diante disso, conforme anteriormente mencionado, a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011 buscou corrigir as distorções encontradas no cenário organizacional da época, implantando as seguintes medidas:

- O Poder Executivo passa a atuar com 40 (quarenta) órgãos e entidades na estrutura organizacional, sendo 24 (vinte e quatro) da administração direta, 15 (quinze) da administração indireta e 01 (uma) Fundação;
- Retorno da Superintendência Executiva em todos os órgãos da administração direta;
- Lei restrita à criação da estrutura básica dos órgãos e entidades e estrutura complementar centralizada e descentralizada instituídas por decreto governamental;
- Estrutura complementar formal dos órgãos/entidades constituída por Gerências, não sendo consideradas as antigas coordenações e supervisões;
- Acréscimo de 15% ao quantitativo global dos cargos de provimento em comissão de chefia, gerência, supervisão, direção e assessoramento, correspondentes às unidades estruturais complementares centralizadas e descentralizadas existentes na Lei nº 16.272/2008;
- Criação da Advocacia Setorial e Comunicação Setorial para os órgãos da Administração Direta;
- Estruturação e padronização da área meio de todos os órgãos e entidades, com a criação da Superintendência/Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças;
- Criação da Gerência de planejamento na maioria dos órgãos/entidades, vinculadas à área de TI ou Finanças;
- Padronização entre unidades, cargos e símbolos;
- Criação de 07 (sete) Secretarias-Executivas de Conselhos Estaduais para um total de 44 (quarenta e quatro) Conselhos existentes;
- Retorno dos Conselhos de Gestão na estrutura organizacional das Entidades da administração direta.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO

2011 a 2013



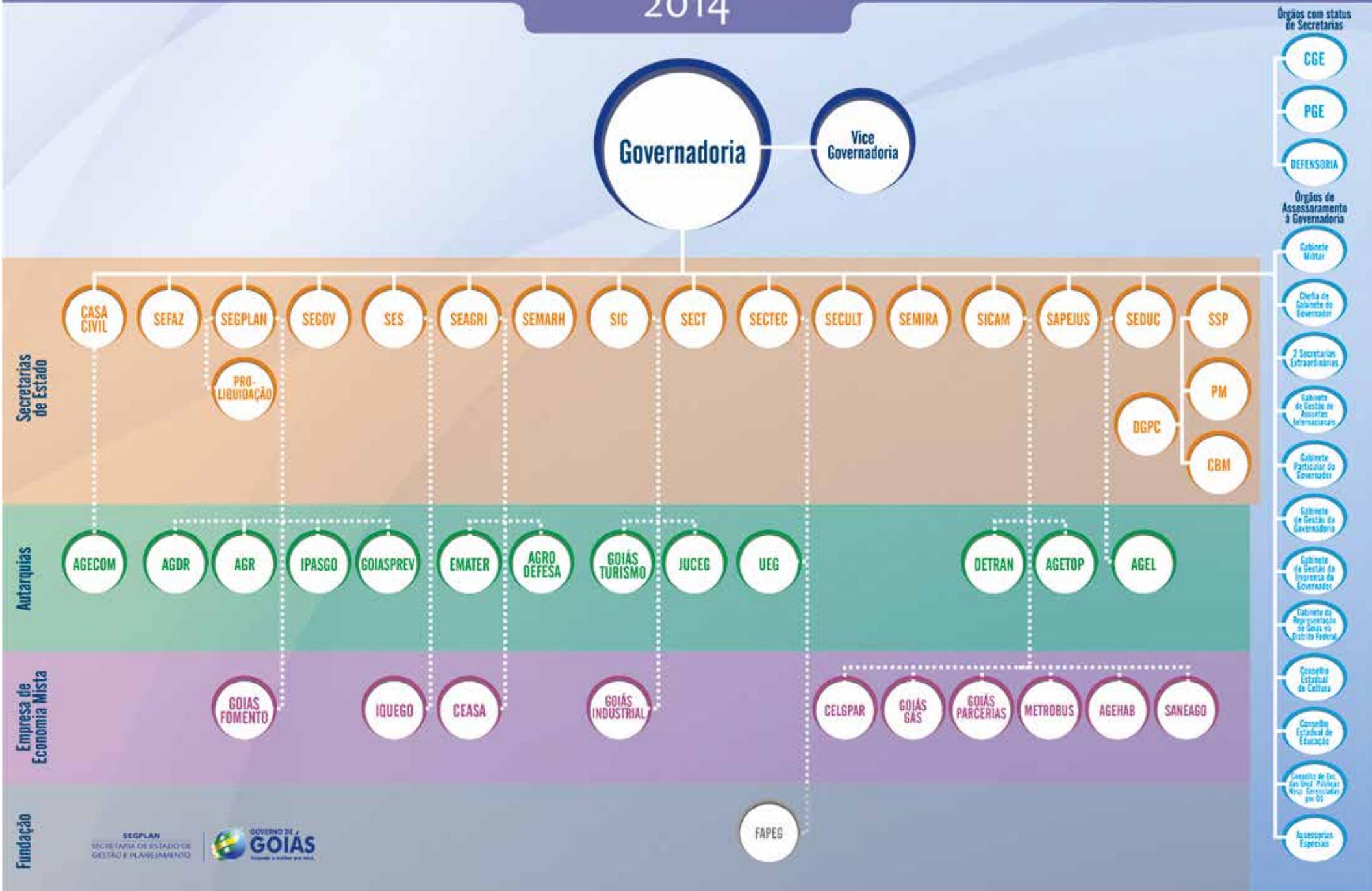
Legenda:

AGDR - Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
AGECOM - Agência Goiana de Comunicação
AGEPEL - Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira
AGEL - Agência Goiana de Esporte e Lazer
AGEHAB - Agência Goiana de Habitação S/A
AGETOP - Agência Goiana de Transporte e Obras
AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa Agropecuária
AGSEP - Agência Goiana do Sistema de Execução Penal
AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
CBM - Corpo de Bombeiros Militar
CEASA - Centrais de Abastecimento de Goiás S/A
CELGPAR - Companhia Celg de Participação
CIDADES - Secretaria de Estado das Cidades
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DGPC - Delegacia-Geral da Polícia Civil
EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
GOIASFOMENTO - Agência Goiana de Fomento de Goiás
GOIAS-GÁS - Agência Goiana de Gás Canalizado S/A
GOIÁS INDUSTRIAL - Companhia de Distritos Industriais de Goiás
GOIASPARCERIAS - Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás
GOIASPREV - Goiás Previdência
GOIÁS TURISMO - Agência Goiana de Turismo
IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
JUCEG - Junta Comercial do Estado de Goiás
METROBUS - Transporte Coletivo S/A
PM - Polícia Militar
SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

SEAGRI - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação
SECT - Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho
SECTEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
SEINFRA - Secretaria de Estado da Infraestrutura
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda
SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMIRA - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial
SERMG - Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia
SES - Secretaria de Estado de Saúde
SIC - Secretaria de Estado de Indústria e Comércio
SSPJ - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça
UEG - Universidade Estadual de Goiás

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO

2014



Legenda:

AGDR - Agência Goiana de Desenvolvimento Regional
AGECOM - Agência Goiana de Comunicação
AGEHAB - Agência Goiana de Habitação S/A
AGEL - Agência Goiana de Esporte e Lazer
AGETOP - Agência Goiana de Transporte e Obras
AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa Agropecuária
CBM - Corpo de Bombeiros Militar
CEASA - Centrais de Abastecimento de Goiás S/A
CELGPAR - Companhia Celg de Participação
CGE - Controladoria Geral de Estado
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DGPC - Delegacia-Geral da Polícia Civil
EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
GOIÁS GÁS - Agência Goiana de Gás Canalizado S/A
GOIÁS INDUSTRIAL - Companhia de Distritos Industriais de Goiás
GOIÁS TURISMO - Agência Estadual de Turismo
GOIASFOMENTO - Agência Goiana de Fomento de Goiás
GOIASPARCERIAS - Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás
GOIASPREV - Goiás Previdência
IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
JUCEG - Junta Comercial do Estado de Goiás
METROBUS - Transporte Coletivo S/A
PGE - Procuradoria Geral do Estado
PM - Polícia Militar
SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

SAPEJUS - Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça
SEAGRI - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação
SECT - Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho
SECTEC - Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação
SECULT - Secretaria de Estado da Cultura
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda
SEGOV - Secretaria de Estado de Governo
SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEMIRA - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial
SES - Secretaria de Estado de Saúde
SIC - Secretaria de Estado de Indústria e Comércio
SICAM - Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos
SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UEG - Universidade Estadual de Goiás



Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Lei nº 17.257,
de 25 de janeiro de 2011**

Órgãos e Entidades do Poder Executivo

■ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

a) Governadoria:

1. Controladoria-Geral do Estado;
2. Defensoria Pública do Estado de Goiás;
3. Gabinete Militar;
4. Secretaria de Estado da Casa Civil;
5. Secretaria de Estado de Governo Articulação Institucional;
6. Procuradoria-Geral do Estado.

b) Vice-Governadoria.

c) demais Secretarias de Estado:

1. Secretaria de Estado da Fazenda;
2. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento;
3. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação;
4. Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho;
5. Secretaria de Estado da Educação;
6. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;
7. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
8. Secretaria de Estado da Saúde;
9. Secretaria de Estado de Infraestrutura;
10. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
11. Secretaria de Estado das Cidades;
12. Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial;
13. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia;
14. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça:
 - 14.1. Polícia Civil;
 - 14.2. Polícia Militar;
 - 14.3. Corpo de Bombeiros Militar.

■ ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás -EMATER-;
2. Agência Goiana de Comunicação;
3. Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira;
4. Agência Goiana de Defesa Agropecuária;
5. Agência Goiana de Desenvolvimento Regional;
6. Agência Goiana de Esporte e Lazer;
7. Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos;
8. Agência Goiana de Transportes e Obras;
9. Agência Goiana do Sistema de Execução Penal;
10. Departamento Estadual de Trânsito;
11. Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo;
12. Goiás Previdência -GOIASPREV-;
13. Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás -IPASGO-;
14. Junta Comercial do Estado de Goiás;
15. Universidade Estadual de Goiás.

■ FUNDAÇÃO:

I - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

■ ENTIDADES PARAESTATAIS:

- a) Agência de Fomento de Goiás S.A. -GOÍASFOMENTO-;
- b) Agência Goiana de Gás Canalizado S.A.;
- c) Agência Goiana de Habitação -AGEHAB-;
- d) CELGPAR; Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOÍASINDUSTRIAL;
- e) Companhia de Distritos Industriais de Goiás -GOÍASINDUSTRIAL-;
- f) Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - GOÍAS-PARCERIAS-;
- g) Indústria Química do Estado de Goiás -IQUEGO-;
- h) Metrobus Transporte Coletivo S.A.;
- i) Saneamento de Goiás S.A. -SANEAGO-.



Principais alterações na Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Período de
janeiro de 2011 a dezembro de 2014**

■ **LEI Nº 17.257, DE 25 DE JANEIRO DE 2011.**

TRANSFORMOU :

- O Gabinete Civil da Governadoria em Secretaria de Estado da Casa Civil;
- A Secretaria-Geral da Governadoria em Secretaria de Estado da Casa Civil;
- A Secretaria de Estado de Articulação Institucional e Política em Secretaria de Estado de Articulação Institucional;
- A Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento em Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento;
- A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação;
- A Secretaria de Estado de Segurança Pública em Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.

CRIOU :

- A Controladoria-Geral do Estado - Governadoria;
- A Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia;
- A Agência Goiana do Sistema de Execução Penal;
- A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária -EMATER;
- O Conselho Superior de Governo;
- O Conselho de Gestão;
- A Promotoria de Liquidação - PROLIQUIDAÇÃO - Secretaria de Gestão e Planejamento;
- A Junta de Programação Orçamentária e Financeira - Secretaria de Gestão e Planejamento e Secretaria da Fazenda.

SUBMETIDA AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO :

- A Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás - EMATER.

■ **LEI Nº 17.297, DE 26 DE ABRIL DE 2011.**

CRIOU :

- O Fundo de Transporte - FT - Agência Goiana de Transportes e Obras.

■ **LEI Nº 17.265, DE 26 DE JANEIRO DE 2011.**

INSTITUIU :

- O Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás -FUNCAM-, à Secretaria de Gestão e Planejamento.

■ **LEI Nº 17.268, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2011.**

CRIOU :

- A Comissão de Supervisão da Regulação na Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR.

■ **LEI Nº 17.297, DE 26 DE ABRIL DE 2011.**

CRIOU :

- O Fundo de Transportes -FT, na Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP.

■ **DECRETO Nº 7.349, DE 25 DE MAIO DE 2011.**

CRIOU :

- O Conselho Superior para Promoção de Investimentos e Negócios Internacionais - PROMOGOIÁS na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio.

■ **LEI Nº 17.319, DE 20 DE JUNHO DE 2011.**

CRIOU :

- O Fundo Estadual do Centro Cultural Oscar Niemeyer - FECCON -, na Secretaria de Estado da Casa Civil.

■ **LEI Nº 17.351, DE 20 DE JUNHO DE 2011.**

EXTINGUIU E ABSORVEU :

- O Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUN-CAPE - e seus ativos, passivos, acervos e demais recursos, absorvidos pelo Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás - FUNCAM.

■ **LEI Nº 17.352, DE 20 DE JUNHO DE 2011.**

TRANSFERIU :

- O Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho para a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.

■ **LEI Nº 17.367, DE 11 DE JULHO DE 2011.**

EXTINGUIU :

- A Superintendência de Administração dos Palácios da Secretaria de Estado da Casa Civil.

CRIOU :

- A Superintendência de Administração do Palácio das Esmeraldas e a Superintendência de Administração do Palácio Pedro Ludovico Teixeira no Gabinete Militar;
- O Gabinete de Gestão de Serviços Públicos e Qualidade no Atendimento na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento;
- O Gabinete Executivo do Conselho Superior para a Promoção de Investimentos e Negócios Internacionais (PROMOGOÍÁS) na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;
- A Superintendência de Desporto Educacional e Subsecretaria da Educação de Novo Gama, na Secretaria de Estado da Educação.

■ **LEI Nº 17.372, DE 14 DE JULHO DE 2011.**

DENOMINOU :

- O Gabinete de Capacitação e Formação Tecnológica da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia passa a denominar Gabinete de Gestão de Capacitação e Formação Tecnológica;
- O Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano”, passa a denominar “Conselho Estadual das Cidades” na Secretaria de Estado das Cidades;
- “Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo”, passa a denominar Goiás Turismo - Agência Goiana de Turismo;
- “Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás - EMATER” passa a denominar Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER.

TRANSFORMOU :

- A Diretoria de Atração de Eventos fica transformada em Diretoria do PRODETUR da Agência Goiana de Turismo.

■ **DECRETO Nº 7.428, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.**

REESTABELECEU :

- Restabeleceu o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -LGBTT-, no âmbito da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

■ **LEI Nº 17.408, DE 08 DE SETEMBRO DE 2011.**

DENOMINOU :

- O Conselho Estadual dos Direitos dos Deficientes da Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho passa a denominar-se Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- A Superintendência de Assistência Social, do Idoso e do Portador de Necessidades Especiais da Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho passa a denominar-se Superintendência de Assistência Social, do Idoso

e da Pessoa com Deficiência.

■ **LEI Nº 17.469, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.**

C R I O U :

- A Subsecretaria da Educação de Águas Lindas na Secretaria de Estado da Educação;
- O Núcleo de Imprensa Oficial na Agência Goiana de Comunicação;
- A Advocacia na Agência Goiana de Transportes e Obras;
- A Diretoria do Estádio Serra Dourada, na Agência Goiana de Esporte e Lazer.

■ **DECRETO Nº 7.499, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011.**

I N S T I T U I U :

- O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC na Controladoria-Geral do Estado.

■ **LEI Nº 17.480, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011.**

C R I O U :

- O Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás -FUNEBOM-.

■ **LEI Nº 17.507, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.**

T R A N S F O R M O U :

- A Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira em Secretaria de Estado da Cultura.

■ **LEI Nº 17.555, DE 20 DE JANEIRO DE 2012.**

C R I O U :

- O Fundo de Aporte à CELG D -FUNAC.

■ **DECRETO Nº 7.567, DE 08 DE MARÇO DE 2012.**

R E S T A B E L E C E U :

- O Conselho de Gestão da Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto, integrado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

■ **LEI Nº 17.641, DE 21 DE MAIO DE 2012.**

C R I O U :

- A Superintendência de Contabilidade Geral, na Secretaria de Estado da Fazenda.

■ **LEI Nº 17.688, DE 29 DE JUNHO DE 2012.**

T R A N S F O R M O U :

- A Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informações Socioeconômicas, no Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos -IMB da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

C R I O U :

- O Conselho Técnico, do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos -IMB-, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

■ **LEI Nº 17.730, DE 10 DE JULHO DE 2012.**

C R I O U :

- O Gabinete Adjunto de Gestão e o Gabinete Adjunto de Planejamento, Qualidade do Gasto e Investimentos, na Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

■ **LEI Nº 17.797, DE 19 DE SETEMBRO DE 2012.**

INSTITUIU :

- O Fundo Estadual de Saúde (FES) vinculado à Secretaria de Estado da Saúde.

■ **LEI Nº 17.809, DE 21 DE SETEMBRO DE 2012.**

CRIOU :

▪ A Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças e Superintendência das Defensorias Públicas Especializadas Defensoria Pública do Estado de Goiás.

■ **LEI Nº 17.834, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.**

CRIOU :

▪ O Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas vinculadas à Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.

INSTITUIU :

▪ O Fundo Especial de Enfrentamento às Drogas -FEDRO- vinculado à Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.

DENOMINOU :

▪ O Conselho Estadual Antidrogas passa a denominar-se Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, e passa a ser jurisdicionado à Secretaria de Estado da Cidadania e Trabalho.

■ **LEI Nº 17.842, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012.**

INSTITUIU :

▪ O Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município de Goiânia-GO;
▪ O Fundo Especial de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos -FVLT- vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da

Região Metropolitana de Goiânia.

■ **LEI Nº 17.854, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012.**

CRIOU :

▪ A Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação na Secretaria de Estado da Educação.

■ **LEI Nº 17.887, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.**

CRIOU :

▪ O Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes, vinculado à Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.

INSTITUIU :

▪ O Fundo Especial de Apoio à Criança e ao Jovem -FCJ- vinculado à Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.

■ **LEI Nº 17.888, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.**

INSTITUIU :

▪ O Fundo Especial, denominado Fundo de Financiamento do Banco do Povo do Estado de Goiás, vinculado à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento.

■ **LEI Nº 17.933, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.**

CRIOU :

▪ A Superintendência de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Superintendência do Idoso, na Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho;
▪ A Superintendência da Orquestra Filarmônica de Goiás subordinado ao Gabinete de Gestão do Centro Cultural Oscar Niemeyer da Secretaria de Estado da Casa Civil.

D E N O M I N O U :

- A Superintendência de Assistência Social, do Idoso e da Pessoa com Deficiência passa a denominar-se Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social na Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.

■ DECRETO Nº 7.820, DE 05 DE MARÇO DE 2013.**C R I O U :**

- O Conselho Integrado de Gestão Estratégica - CIGE, na da Secretaria da Segurança Pública.

■ LEI Nº 18.007, DE 08 DE MAIO DE 2013.**E X T I N G U I U :**

- O Conselho de Administração do Fundo da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda.

■ LEI Nº 18.035, DE 07 DE JUNHO DE 2013.**C R I O U :**

- A Superintendência de Redação da Governadoria na Governadoria do Estado;
- O Gabinete de Gestão e Apoio Legislativo Municipal na Secretaria de Estado de Articulação Institucional.

■ DECRETO Nº 7.903, DE 11 DE JUNHO DE 2013**I N S T I T U I U :**

- O Sistema de Gestão de Ouvidoria do Estado de Goiás - Controladoria-Geral do Estado, por meio da Superintendência da Ouvidora-geral, implementará programa de certificação e avaliação do SGO e expedirá normas complementares e necessárias à aplicação do disposto neste Decreto.

■ LEI Nº 18.056, DE 24 DE JUNHO DE 2013.**T R A N S F O R M O U :**

- Em Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça a Agência Goiana do Sistema de Execução Penal;
- A Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças, a Diretoria de Sistema de Execução Penal e a Diretoria de Recuperação de Sistema Prisional passam a denominar-se Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, Superintendência de Segurança Penitenciária e Superintendência de Reintegração Social e Cidadania na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça.

C R I O U :

- A Superintendência Executiva, a Advocacia Setorial, a Comunicação Setorial na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça;
- A Diretoria de Lazer e a Diretoria de Esporte na Agência Goiana de Esporte e Lazer do Estado de Goiás.

T R A N S F E R I U :

- O Conselho Penitenciário e o Conselho de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça para a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça;
- A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor e a Superintendência de Direitos Humanos da Segurança Pública e Justiça para a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça;
- O Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e o Fundo Penitenciário Estadual da Segurança Pública e Justiça para a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça.

D E N O M I N O U :

- Passa a denominar-se Secretaria de Estado da Segurança Pública, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.

■ **LEI Nº 18.197, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013.**

DENOMINOU :

- Passa a denominar-se Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

■ **LEI Nº 18.202, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.**

TRANSFORMOU :

Fica transformada na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos:

- Superintendência de Licença e Monitoramento transformada em Superintendência de Licença Ambiental;
- Superintendência de Fiscalização transformada em Superintendência de Qualidade Ambiental.

■ **LEI Nº 18.286, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.**

EXTINGUIU :

- A Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia;
- A Secretaria de Estado de Infraestrutura;
- A Secretaria de Estado das Cidades;
- A Superintendência de Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda;
- A Agência Goiana de Esporte e Lazer;
- Na Agência Goiana de Turismo a Diretoria do Prodetur e a Diretoria de Infraestrutura e Operações Turísticas.

CRIOU :

- A Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;
- Na Agência Goiana de Transportes e Obras, a Diretoria de Infraestrutura Esportiva e Turística.

INTEGROU :

Passam a integrar a Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos:

- O Conselho Estadual do Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia, o Conselho Estadual das Cidades, o Conselho Estadual de Saneamento e o Conselho Estadual de Trânsito de Goiás -CETRANGO;
- O Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

JURISDICIONOU :

Ficam jurisdicionadas à Secretaria de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos:

- Saneamento de Goiás S/A -SANEAGO;
- Agência Goiana de Habitação S/A;
- Departamento Estadual de Trânsito;
- Agência Goiana de Transportes e Obras;
- CELGPAR;
- Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás -GOIÁS PARCERIAS;
- Agência Goiana de Gás Canalizado S/A;
- METROBUS - Transporte Coletivo S/A.

■ **LEI Nº 18.352, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.**

DENOMINOU :

- Na Controladoria-Geral do Estado a Superintendência de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas passa a denominar-se Superintendência Central de Transparência Pública.

■ **LEI Nº 18.424, DE 08 DE ABRIL DE 2014.**

DENOMINOU :

- A Diretoria Administrativa e Financeira passou a denominar Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças.

■ **LEI Nº 18.445, DE 23 DE ABRIL DE 2014.**

D E N O M I N O U :

- A Agência Goiana de Turismo; passa a denominar-se Agência Estadual de Turismo.

■ **LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 23 DE ABRIL DE 2014.**

C R I O U :

- Fica criado o Sistema Estadual de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituído pela rede pública estadual, instituições de educação profissional e tecnológica, vinculadas ou subordinadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

T R A N S F O R M O U :

- Fica transformada a Superintendência de Assuntos Internacionais integrante da estrutura básica da Secretaria de Estado da Casa Civil, em Gabinete de Gestão de Assuntos Internacionais integrante da Governadoria do Estado.

■ **LEI Nº 18.546, DE 18 DE JUNHO DE 2014.**

A L T E R O U A S U B O R D I N A Ç Ã O :

- Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, a Superintendência de Vapt Vupt e Atendimento ao Público passa a subordinar-se ao Gabinete do Secretário.

■ **LEI Nº 18.548, DE 18 DE JUNHO DE 2014.**

C R I O U :

- Criou as Funções Comissionadas de Administração Educacional - FCE para os cargos de Diretor de Unidade Escolar ou Núcleo.

■ **DECRETO Nº 8.196, DE 18 DE JUNHO DE 2014.**

I N S T I T U I U :

- Fica instituído o Conselho Estadual de Economia Solidária - CEES -, órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.

■ **LEI Nº 18.600, DE 02 DE JULHO DE 2014.**

C R I O U :

- Cria, na Defensoria Pública do Estado de Goiás, o cargo de Assessor Jurídico.

■ **LEI Nº 18.622, DE 11 DE JULHO DE 2014.**

I N S T I T U I U :

- Fica instituído no Estado de Goiás o Conselho de Excelência das Unidades Públicas Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil.

■ **LEI Nº 18.687, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.**

C R I O U , A B S O R V E U E A L T E R O U A D E N O M I N A Ç Ã O :

- Criou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação absorvendo as atividades das Secretarias de Indústria e Comércio, Ciência, Tecnologia e Inovação, Agricultura, Pecuária e Irrigação e da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

C R I O U N O Ó R G Ã O A C I M A :

- A Superintendência Executiva de Indústria;
- A Superintendência Executiva de Agricultura;
- A Superintendência Executiva de Ciência e Tecnologia;

- A Superintendência Executiva de Comércio e Serviços;
- A Superintendência Executiva de Desenvolvimento Regional;
- Criou a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, que absorve as atividades das Secretarias de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos e do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

CRIOU NO ÓRGÃO ACIMA:

- A Superintendência Executiva de Infraestrutura;
- A Superintendência Executiva de Cidades;
- A Superintendência Executiva de Assuntos Metropolitanos;
- A Superintendência Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Passou a denominar-se Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a Secretaria de Educação, que absorveu as atividades da Secretaria da Cultura e a Agência Goiana de Esporte e Lazer.

CRIOU NO ÓRGÃO ACIMA:

- A Superintendência Executiva de Educação;
- A Superintendência Executiva de Cultura;
- A Superintendência Executiva de Esporte e Lazer;
- Passou a denominar-se Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, a Secretaria de Segurança Pública, absorvendo parte das atividades da Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça.

CRIOU NO ÓRGÃO ACIMA:

- A Superintendência Executiva de Segurança Pública;
- A Superintendência Executiva de Administração Penitenciária;
- Criou a Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, que absorve as atividades da Secretaria de Cidadania e Trabalho e parte das atividades da Secretaria de Administração Penitenciária e Justiça.

CRIOU NO ÓRGÃO ACIMA:

- A Superintendência Executiva da Mulher e da Igualdade Racial;
- A Superintendência Executiva dos Direitos Humanos;

- A Superintendência Executiva de Desenvolvimento e Assistência Social e do Trabalho.

EXTINGUIU:

- A Secretaria de Estado de Indústria e Comércio;
- A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação;
- A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia;
- A Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho;
- A Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;
- A Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça;
- A Secretaria de Estado da Cultura;
- A Agência Goiana de Esporte e Lazer;
- A Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

JURISDICIONOU:

- O Departamento Estadual de Trânsito passa a integrar o jurisdicionamento da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária.
- Saneamento de Goiás S.A. -SANEAGO-, a Agência Goiana de Habitação S.A. -AGEHAB-, a Agência Goiana de Transportes e Obras AGETOP-, a Companhia CELG de Participações -CELGPAR-, a Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás -GOIÁS PARCERIAS-, a Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. -GOIÁSGAS- e a METROBUS - Transporte Coletivo S.A. são jurisdicionadas à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;
- Agência Goiana de Defesa Agropecuária -AGRODEFESA-, a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária -EMATER-, a Centrais de Abastecimento de Goiás S.A. -CEASA-, a Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOIASINDUSTRIAL, a Agência de Fomento de Goiás S.A. - GOIASFOMENTO, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás -FAPEG-, a Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo, a Junta Comercial do Estado de Goiás -JUCEG- e a Universidade Estadual de Goiás -UEG-, ficam jurisdicionadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação.

EXCLUIU DO JURISDICIONAMENTO :

- A Agência de Desenvolvimento Regional é excluída do jurisdicionamento da Secretaria de Gestão e Planejamento;
- A Agência Goiana de Esporte e Lazer é excluída do jurisdicionamento da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.

REDUZIU :

- Seis (6) Superintendências Executivas;
- Trinta e sete (37) Superintendências;
- Oito (8) Chefias de Gabinetes;
- Seis (6) Advocacias Setoriais;
- Seis (6) Comunicações Setoriais;
- Trezentas (300) Gerências Especiais;
- Cinquenta (50) Gerências.

LEI Nº 18.746, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINOU :

- As Subsecretarias e os respectivos cargos de Subsecretários passam a denominar-se respectivamente, Superintendências Executivas e Superintendentes Executivos, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação; Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos; Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e na Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária;

- Alterou a denominação de Secretaria de Estado de Governo Articulação Institucional para Secretaria de Estado do Governo;
- Os cargos de Gerente passam a denominar-se denominados Gerente Especial.

ACRESCENTOU :

- Acrescentou como órgão de assessoramento direto ao Governador, também integrantes da Governadoria a Chefia de Gabinete do Governador; Gabinete Particular do Governador; Gabinete de Gestão de Imprensa

do Governador; Gabinete de Gestão da Governadoria e a Gabinete de Representação de Goiás no Distrito Federal.

RENOMEOU :

- Alterou a denominação da Agência Goiana de Comunicação -AGECOM para Agência Brasil Central - ABC.

REVOGOU :

- A Agência Goiana de Esporte e Lazer;
- A Agência Goiana de Desenvolvimento Regional.

CRIOU :

- Fica criado, vinculado à Secretaria da Casa Civil, o Grupo Executivo de Comunicação com o respectivo Fundo Especial de Comunicação.



Relação Cronológica da Legislação Referente à Reforma Administrativa

2011 - 2014

LEIS

Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.	Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 17.265, de 26 de janeiro de 2011.	Altera dispositivos de leis que dispõem sobre fundos especiais. (Modifica o Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás - FUNDES, cria o Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUNCAPE).
Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011.	Modifica a Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, cria a Comissão de Supervisão da Regulação e dá outras providências.
Lei Complementar nº 84, de 13 de abril de 2011.	Altera a Lei Complementar nº 51, de 19 de abril de 2005, e dá outras providências. (Promove alterações na Defensoria Pública do Estado de Goiás).
Lei nº 17.297, de 26 de abril de 2011.	Cria o Fundo de Transportes -FT- e dá outras providências.
Lei nº 17.319, de 20 de junho de 2011.	Cria o Fundo Estadual do Centro Cultural Oscar Niemeyer e dá outras providências.
Lei Complementar nº 87, de 07 de julho de 2011.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, entre outras providências.

Lei nº 17.351, de 20 de junho de 2011.	Altera as Leis nºs 17.257/11 e 17.265/11, que dispõem sobre a organização administrativa do Poder Executivo e fundos especiais, respectivamente. (Extinto o Fundo de Capacitação e Profissionalização- FUNCAPE - e transferidos os seus ativos, passivos, acervos e demais recursos ao Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás - FUNCAM).
Lei nº 17.352, de 20 de junho de 2011.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 17.367, de 11 de julho de 2011.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011 e dá outras providências. (Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo).
Lei nº 17.370, de 14 de julho de 2011.	Altera a redação dos incisos I e II e do § 6º do art. 90 da Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Goiás).
Lei nº 17.372, de 14 de julho de 2011.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011 e dá outras providências).
Lei nº 17.392, de 25 de julho de 2011.	Altera os Anexos I e III da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, na parte que especifica.
Lei nº 17.405, de 06 de setembro de 2011.	Dispõe sobre o Programa Bolsa Universitária.

Lei nº 17.408, de 08 de setembro de 2011.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 17.614, de 27 de abril de 2012.	Cria, na estrutura organizacional básica da Polícia Militar, a unidade que especifica, com o respectivo cargo de provimento em comissão, Símbolo CDS-3, e dá outras providências.
Lei nº 17.421, de 21 de setembro de 2011.	Institui a Política Estadual de Enfrentamento do “Crack” e outras Drogas -PECD.	Lei nº 17.616, de 27 de abril de 2012.	Introduz alterações na Lei nº 16.536, de 12 de maio de 2009, e dá outras providências. (Institui o Fundo Penitenciário Estadual - FUNPES - e dá outras providências).
Lei nº 17.430, de 05 de outubro de 2011.	Cria as unidades administrativas complementares descentralizadas de saúde que especifica, na Secretaria de Estado da Saúde.	Lei nº 17.619, de 27 de abril de 2012.	Cria as unidades administrativas complementares descentralizadas e os correspondentes cargos de provimento em comissão que especifica, na Agência Goiana de Defesa Agropecuária.
Lei nº 17.480, de 08 de dezembro de 2011.	Cria o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás -FUNEBOM- e dá outras providências.	Lei nº 17.623, de 27 de abril de 2012.	Introduz alterações na Lei nº 15.109, de 02 de fevereiro de 2005, e dá outras providências. (Dispõe sobre a Política Estadual de Cooperativismo e dá outras providências).
Lei nº 17.507, de 22 de dezembro de 2011.	Transforma a Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira em Secretaria de Estado, altera a Lei Delegada nº 03/2003 e dá outras providências.	Lei nº 17.641, de 21 de maio de 2012.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e cria o órgão e o cargo que especifica.
Lei nº 17.509, de 22 de dezembro de 2011.	Altera dispositivos da Lei nº 17.155, de 17 de setembro de 2010. (Cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS - e institui seu Conselho-Gestor).	Lei nº 17.653, de 05 de junho de 2012.	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 11.180, de 19 de abril de 1990, com alterações posteriores, e dá outras providências. (altera a composição do Conselho Deliberativo do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás -CD/FOMENTAR).
Lei nº 17.555, de 20 de janeiro de 2012.	Dispõe sobre a criação do Fundo de Aporte à CELG D -FUNAC- e dá outras providências.		

Lei nº 17.657, de 05 de junho de 2012.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça, e dá outras providências.	Lei nº 17.687, de 29 de junho de 2012.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.
Lei nº 17.667, de 20 de junho de 2012.	Altera dispositivo da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.	Lei nº 17.688, de 29 de junho de 2012.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 17.668, de 20 de junho de 2012.	Cria a unidade administrativa complementar descentralizada e o correspondente cargo que especifica, na Secretaria de Estado da Saúde.	Lei nº 17.703, de 04 de julho de 2012.	Introduz alterações na Lei nº 16.333, de 26 de agosto de 2008, que trata da Política Estadual de Educação Alimentar e Nutricional.
Lei nº 17.676, de 27 de junho de 2012.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Casa Civil.	Lei nº 17.707, de 09 de julho de 2012.	Cria as unidades administrativas complementares e os correspondentes cargos de provimento em comissão que especifica, na Goiás Turismo - Agência Goiana de Turismo.
Lei complementar nº 93, de 27 de junho de 2012.	Introduz alterações no Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia de Goiás -SECT-GO-, instituído pela Lei Complementar nº 01, de 19 de dezembro de 1989. (Altera a caracterização do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás -CONCITEG).	Lei nº 17.729, de 09 de julho de 2012.	Cria, na estrutura organizacional da Delegacia-Geral da Polícia Civil, as unidades complementares descentralizadas que especifica, com os respectivos cargos de provimento em comissão.
Lei nº 17.686, de 29 de junho de 2012.	Cria as unidades administrativas complementares e os correspondentes cargos de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana.	Lei nº 17.730, de 10 de julho de 2012.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
		Lei nº 17.747, de 13 de julho de 2012.	Institui as unidades administrativas complementares que especifica, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e dá outras providências.

Lei nº 17.777, de 18 de setembro de 2012.	Altera a Lei nº 17.367, de 11 de julho de 2011, que introduziu alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.	Lei nº 17.834, de 1º de novembro de 2012.	Institui o Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas e dá outras providências.
Lei nº 17.781, de 18 de setembro de 2012.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.	Lei nº 17.842, de 04 de dezembro de 2012.	Institui o Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município de Goiânia-GO e dá outras providências.
Lei nº 17.788, de 19 de setembro de 2012.	Altera a Lei nº 17.555, de 20 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a criação do Fundo de Aporte à CELG D -FUNAC- e dá outras providências.	Lei nº 17.847, de 05 de dezembro de 2012.	Altera o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 14.653, de 08 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a instituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações -JARI-, e dá outras providências.
Lei nº 17.791, de 19 de setembro de 2012.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Junta Comercial do Estado de Goiás.	Lei nº 17.853, de 10 de dezembro de 2012.	Altera dispositivo da Lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008. Modifica o Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás - FUNDES, cria o Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUNCAPE).
Lei nº 17.797, de 19 de setembro de 2012.	Institui o Fundo Estadual de Saúde (FES), por meio de reestruturação do Fundo Especial de Saúde (FUNESA), e dá outras providências.	Lei nº 17.854, de 10 de dezembro de 2012.	Cria a unidade administrativa básica e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Educação, e dá outras providências.
Lei nº 17.809, de 21 de setembro de 2012.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.		
Lei complementar nº 95, de 29 de outubro de 2012.	Altera a Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006, e dá outras providências. (Dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado e dá outras providências).		

Lei nº 17.855, de 10 de dezembro de 2012.	Introduz alterações nas Leis nºs 12.758, de 12 de dezembro de 1995, 13.049, de 16 de abril de 1997 e 13.550, de 11 de novembro de 1999. (Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar, liquidar, extinguir, transformar, incorporar, cindir ou fundir a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás -CASEGO-).
Lei complementar nº 96, de 10 de dezembro de 2012.	Altera o art. 16 da Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998. (Altera a composição do Conselho Estadual de Educação).
Lei nº 17.887, de 27 de dezembro de 2012.	Cria o Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes, institui o Fundo Especial de Apoio à Criança e ao Jovem -FCJ- e dá outras providências.
Lei nº 17.888, de 27 de dezembro de 2012.	Institui um Fundo Especial, denominado Fundo de Financiamento do Banco do Povo do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 17.891, de 27 de dezembro de 2012.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Agência Goiana de Esporte e Lazer.
Lei nº 17.892, de 27 de dezembro de 2012.	Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.
Lei nº 17.893, de 27 de dezembro de 2012.	Institui o Fundo de Aval do Estado de Goiás e dá outras providências.

Lei nº 17.898, de 27 de dezembro de 2012.	Introduz alterações nas Leis nºs 16.897, de 26 de janeiro de 2010 e 17.089, de 02 de julho de 2010, e dá outras providências. (Dispõe sobre a criação de classes e níveis de subsídios nas carreiras e cargos que especifica e dá outras providências).
Lei nº 17.902, de 27 de dezembro de 2012.	Introduz alterações nas Leis nºs 16.900, de 26 de janeiro de 2010 e 16.901, de 26 de janeiro de 2010, e dá outras providências. (Dispõe sobre a criação de padrões e níveis de subsídios nas carreiras e categorias dos servidores públicos que especifica e dá outras providências).
Lei nº 17.903, de 27 de dezembro de 2012.	Altera a Lei nº 13.613/00, que institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura -GOYAZES- e dá outras providências.
Lei nº 17.904, de 27 de dezembro de 2012.	Cria as unidades administrativas complementares e os correspondentes cargos de provimento em comissão que especifica, na Agência Goiana de Transportes e Obras, e dá outras providências.
Lei nº 17.905, de 27 de dezembro de 2012.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 17.906, de 27 de dezembro de 2012.	Altera a Lei nº 14.546, de 30 de setembro de 2003, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte - PROESPORTE.

Lei nº 17.930, de 27 de dezembro de 2012.	Altera a Lei nº 17.842, de 04 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a instituição do Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município de Goiânia-GO e dá outras providências.	Lei nº 18.021, de 13 de maio de 2013.	Introduz alterações na Lei nº 15.633, de 30 de março de 2006. (Dispõe sobre a criação do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás-FUNDO CULTURAL).
Lei nº 17.933, de 27 de dezembro de 2012.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 18.024, de 21 de maio de 2013.	Altera a Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás e de suas Autarquias e altera a Lei nº 14.657, de 08 de janeiro de 2004, que dispõe sobre cargos dos Quadros de Pessoal da Diretoria-Geral da Polícia Civil e da Superintendência de Polícia Técnica - Científica da Secretaria da Segurança Pública e Justiça.
Lei nº 17.995, de 26 de abril de 2013.	Institui as unidades administrativas complementares que especifica, na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.	Lei nº 18.035, de 07 de junho de 2013.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 18.007, de 08 de maio de 2013.	Extingue o Conselho de Administração do Fundo da Dívida Pública.	Lei nº 18.052, de 24 de junho de 2013.	Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher -DEAM-, nas áreas de jurisdição das Delegacias Regionais de Polícia que menciona e dá outras providências.
Lei nº 18.008, de 08 de maio de 2013.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, e dá outras providências.	Lei nº 18.056, de 24 de junho de 2013.	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 18.014, de 08 de maio de 2013.	Dispõe sobre a criação e instalação na Polícia Militar do Estado de Goiás da unidade que especifica e dá outras providências.	Lei nº 18.061, de 26 de junho de 2013.	Promove alterações na organização administrativa da Secretaria de Estado de Infraestrutura.
Lei nº 18.016, de 08 de maio de 2013.	Cria a unidade regional prisional feminina que menciona e dá outras providências.		

Lei nº 18.062, de 26 de junho de 2013.	Introduz alterações nos textos das Leis que especifica e dá outras providências. (Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares; Estatuto dos Bombeiros-Militares; Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Goiás e de suas Autarquias).	Lei nº 18.094, de 17 de julho de 2013.	Dispõe sobre a criação, na estrutura organizacional complementar descentralizada da Delegacia-Geral da Polícia Civil, da 17ª Delegacia Regional de Polícia de Águas Lindas de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 18.064, de 02 de julho de 2013.	Cria unidade especializada no âmbito da Polícia Civil do Estado de Goiás e dá outras providências.	Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013.	Modifica a Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, nas partes que especifica, e revoga dispositivos da Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, na parte que especifica.
Lei nº 18.067, de 12 de julho de 2013.	Institui as Funções Comissionadas de Administração Educacional Superior (FCAES) e fixa os valores que lhes são correspondentes, no âmbito da Universidade Estadual de Goiás -UEG-.	Lei nº 18.106, de 19 de julho de 2013.	Cria a unidade complementar que especifica na estrutura organizacional da secretaria de estado de indústria e comércio e dá outras providências.
Lei nº 18.073, de 12 de julho de 2013.	Altera a Lei nº 17.834, de 1º de novembro de 2012, e dá outras providências. (Institui o Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas e dá outras providências).	Lei nº 18.107, de 19 de julho de 2013.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Saúde.
Lei nº 18.075, de 12 de julho de 2013.	Cria a unidade administrativa básica e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Educação.	Lei nº 18.108, de 25 de julho de 2013.	Dispõe sobre a criação, instalação e o funcionamento na Polícia Militar do Estado de Goiás das unidades que especifica e dá outras providências.
Lei nº 18.079, de 16 de julho de 2013.	Dispõe sobre o Quadro Transitório da Universidade Estadual de Goiás -UEG-.	Lei nº 18.150, de 11 de setembro de 2013.	Institui o Conselho Gestor de Obras e Projetos Prioritários e de Investimentos Públicos, com a competência que especifica e dá outras providências.

Lei nº 18.185, de 1º de outubro de 2013.	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Assistência Social e dá outras providências.	Lei nº 18.218, de 18 de novembro de 2013.	Altera as Leis nºs 11.416, de 05 de fevereiro de 1991, e 15.704, de 20 de junho de 2006, e dá outras providências. (Baixa o Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado).
Lei nº 18.194, de 1º de novembro de 2013.	Promove alterações na organização administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil.	Lei Complementar nº 105, de 18 de novembro de 2013.	Altera o § 4º do art. 6º da Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, com alterações posteriores. (Altera a composição do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia).
Lei nº 18.197, de 1º de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 18.219, de 28 de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 14.855, de 22 de julho de 2004, que declara de utilidade pública a entidade que especifica. (Dispõe sobre a criação do centro tecnológico - CENTEC de cristalina e dá outras providências).
Lei nº 18.199, de 1º de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 11.180, de 19 de abril de 1990, que estabelece modificações no Fundo de Participação e Fomento do Estado de Goiás (FOMENTAR).	Lei nº 18.234, de 28 de novembro de 2013.	Altera o art. 5º da Lei nº 17.683, de 28 de junho de 2012. (Institui no âmbito do Sistema de Atendimento Socioeducativo Estadual, a Gratificação de Atividade Socioeducativa -GASE- e dá outras providências).
Lei nº 18.202, de 12 de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 18.249, de 28 de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.887, de 27 de dezembro de 2012, e dá outras providências. (Cria o Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes, institui o Fundo Especial de Apoio à Criança e ao Jovem -FCJ- e dá outras providências).
Lei nº 18.206, de 12 de novembro de 2013.	Altera dispositivo da Lei nº 17.834, de 1º de novembro de 2012. (Institui o Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas).	Lei nº 18.250, de 28 de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.888, de 27 de dezembro de 2012, que institui Fundo Especial, denominado Fundo do Banco do Povo do Estado de Goiás, e dá outras providências.
Lei nº 18.216, de 12 de novembro de 2013.	Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão que especifica. (Quantitativos dos cargos de provimento em comissão da Universidade Estadual de Goiás - UEG).		
Lei nº 18.217, de 18 de novembro de 2013.	Altera a Lei nº 13.738, de 30 de outubro de 2000, e dá outras providências. (Institui a carreira de apoio fiscal-fazendário da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás).		

Lei complementar nº 106, de 28 de novembro de 2013.	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 58, de 04 de julho de 2006, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Estado.
Lei nº 18.277, de 20 de dezembro de 2013.	Revoga o dispositivo que especifica da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, revigora a Lei nº 17.081, de 02 de julho de 2010, e dá outras providências.
Lei nº 18.282, de 20 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre a criação do Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás -FREAP/PM- e dá outras providências.
Lei nº 18.286, de 30 de dezembro de 2013.	Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 18.288, de 30 de dezembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, para dispor sobre os cargos de subsecretário de educação.
Lei nº 18.300, de 30 de dezembro de 2013.	Altera as Leis nºs 17.090, de 02 de julho de 2010, 15.949, de 29 de dezembro de 2006, e dá outras providências. (Dispõe sobre a criação de classes e padrões de subsídios nas carreiras dos servidores integrantes do órgão gestor do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás e dá outras providências).
Lei nº 18.302, de 30 de dezembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, cria o Conselho Estadual de Desburocratização e dá outras providências.

Lei nº 18.305, de 30 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre a estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências.
Lei nº 18.311, de 30 de dezembro de 2013.	Introduz alterações na Lei nº 15.633, de 30 de março de 2006. (Dispõe sobre a criação do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás-FUNDO CULTURAL e dá outras providências).
Lei nº 18.322, de 30 de dezembro de 2013.	Transforma a 19ª Companhia Independente da Polícia Militar -19ª CIPM-, sediada no Município de Jussara-GO, em Batalhão da Polícia Militar - BPM.
Lei nº 18.324, de 30 de dezembro de 2013.	Criar o Colégio da Polícia Militar que menciona e dá outras providências.
Lei nº 18.327, de 30 de dezembro de 2013.	Atribui nova redação ao art. 7º, inciso I, alínea “t”, e item 1, da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.
Lei nº 18.328, de 30 de dezembro de 2013.	Introduz alterações na Lei nº 16.921, de 08 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos cargos que integram o Grupo Ocupacional Gestor Governamental e dá outras providências.
Lei nº 18.338, de 30 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento ao Idoso -DEAI-, e dá outras providências.

Lei nº 18.342, de 30 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, da unidade que especifica e dá outras providências.	Lei nº 18.424, de 08 de abril de 2014.	Altera a Lei nº 18.286, de 30 de dezembro de 2013, nas partes que especifica. (Modifica a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências).
Lei nº 18.343, de 30 de dezembro de 2013.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Goiás Previdência - GOIASPREV.	Lei nº 18.425, de 08 de abril de 2014.	Introduz alterações no Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado de Goiás, baixado pela Lei nº 11.416, de 05 de fevereiro de 1991.
Lei nº 18.346, de 30 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre a criação, na estrutura organizacional complementar descentralizada da Delegacia-Geral da Polícia Civil, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente -DPCA- de Aparecida de Goiânia e dá outras providências.	Lei nº 18.430, de 08 de abril de 2014.	Revoga o § 2º do art. 7º da Lei nº 15.337, de 1º de setembro de 2005. (Dispõe sobre o Quadro Permanente e o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).
Lei nº 18.349, de 30 de dezembro de 2013.	Altera a Lei nº 16.836, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a denominação das unidades universitárias da Universidade Estadual de Goiás -UEG-, revigora, convalida e cria seus Fundos Rotativos.	Lei nº 18.441, de 08 de abril de 2014.	Institui o Quadro Permanente de Pessoal da Controladoria-Geral do Estado e dá outras providências.
Lei nº 18.352, de 30 de dezembro de 2013.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 18.442, de 16 de abril de 2014.	Altera a Lei nº 15.633, de 30 de março de 2006, que dispõe sobre a criação do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FUNDO CULTURAL.
Lei nº 18.356, de 30 de dezembro de 2013.	Altera dispositivo da Lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008. (Modifica o Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás - FUNDES, cria o Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás - FUNCAPE).	Lei complementar nº 109, de 23 de abril de 2014.	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 28 de dezembro de 1998. (Fica criado o Sistema Estadual de Educação Profissional, Científica e Tecnológica).

Lei nº 18.444, de 23 de abril de 2014.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça.	Lei complementar nº 111, de 14 de maio de 2014.	Altera a Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, e dá outras providências. (Institui o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas).
Lei nº 18.445, de 23 de abril de 2014.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 18.471, de 19 de maio de 2014.	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 15.251, de 15 de julho de 2005. (Dispõe sobre a retribuição pecuniária aos membros do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Goiás - CETRAN-GO).
Lei nº 18.448, de 23 de abril de 2014.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Casa Civil.	Lei nº 18.472, de 19 de maio de 2014.	Introduz alterações na Lei nº 16.921, de 08 de fevereiro de 2010, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos cargos que integram o Grupo Ocupacional Gestor Governamental).
Lei nº 18.453, de 23 de abril de 2014.	Altera o Anexo II da Lei nº 14.190, de 04 de julho de 2002, modificado pela Lei nº 17.083, de 02 de julho de 2010. (Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências).	Lei nº 18.507, de 09 de junho de 2014.	Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar de Goiás -CPMG- que menciona e dá outras providências.
Lei nº 18.458, de 30 de abril de 2014.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Goiás Previdência - GOIASPREV.	Lei nº 18.530, de 16 de junho de 2014.	Acresce dispositivos à Lei nº 16.921, de 08 de fevereiro de 2010, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos cargos que integram o Grupo Ocupacional Gestor Governamental).
Lei nº 18.464, de 13 de maio de 2014.	Dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.		

Lei nº 18.532, de 16 de junho de 2014.	Altera a estrutura organizacional complementar da Universidade Estadual de Goiás, instituída pelo Decreto nº 7.275, de 04 de abril de 2011, e dá outras providências.	Lei nº 18.562, de 30 de junho de 2014.	Reajusta os vencimentos e salários básicos dos cargos pertencentes aos Grupos Ocupacionais dos Planos de Cargos e Remuneração de que tratam a Lei nº 15.694, de 06 de junho de 2006, alterada pela Lei nº 17.093, de 02 de julho de 2010, bem como as Leis citadas no art. 1º das Leis nºs 17.094 e 17.098, de 02 de julho de 2010, e dá outras providências.
Lei nº 18.535, de 16 de junho de 2014.	Promove alteração na organização administrativa da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	Lei nº 18.563, de 30 de junho de 2014.	Altera a Lei nº 18.286, de 30 de dezembro de 2013, que modifica a organização administrativa do Poder Executivo.
Lei nº 18.537, de 16 de junho de 2014.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás -FAPEG- e dá outras providências.	Lei nº 18.565, de 30 de junho de 2014.	Introduz alterações no texto do art. 90 da Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975. (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás).
Lei nº 18.538, de 16 de junho de 2014.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Controladoria-Geral do Estado.	Lei nº 18.567, de 30 de junho de 2014.	Institui, no âmbito da Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça, o Bônus por Resultados que especifica e dá outras providências.
Lei nº 18.546, de 18 de junho de 2014.	Promove alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento e dá outras providências.	Lei nº 18.568, de 30 de junho de 2014.	Acrescenta o art. 4º-A à Lei nº 17.032, de 02 de junho de 2010, que dispõe sobre o regime de remuneração por subsídio do pessoal da carreira do Fisco da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências.
Lei nº 18.548, de 18 de junho de 2014.	Promove alteração na Lei estadual nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.		
Lei nº 18.556, de 25 de junho de 2014.	Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar de Goiás -CPMG- que menciona e dá outras providências.		

Lei nº 18.569, de 30 de junho de 2014.	Altera dispositivo da Lei nº 17.373, de 14 de julho de 2011. (Dispõe sobre o Plano de Cargos e Remuneração dos cargos que integram o Grupo Ocupacional Gestor Governamental).
Lei nº 18.573, de 30 de junho de 2014.	Altera dispositivos da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.
Lei nº 18.580, de 1º de julho de 2014.	Promove alterações na estrutura administrativa complementar descentralizada da Universidade Estadual de Goiás - UEG.
Lei nº 18.589, de 1º de julho de 2014.	Altera a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, e a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011. (Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério).
Lei nº 18.591, de 1º de julho de 2014.	Altera dispositivos da Lei nº 17.475, de 21 de novembro de 2011. (Dispõe sobre o novo padrão de serviços e atendimento, disciplina o Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão - Vapt Vupt).
Lei nº 18.598, de 02 de julho de 2014.	Altera a Lei nº 15.509, de 05 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN, e dá outras providências.

Lei nº 18.599, de 02 de julho de 2014.	Promove alterações na estrutura administrativa complementar da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
Lei nº 18.600, de 02 de julho de 2014.	Cria, na Defensoria Pública do Estado de Goiás, o cargo de Assessor Jurídico e dá outras providências.
Lei nº 18.605, de 04 de julho de 2014.	Promove alterações na estrutura administrativa complementar da Procuradoria-Geral do Estado.
Lei nº 18.622, de 11 de julho de 2014.	Institui o Conselho de Excelência das Unidades Públicas Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais de Saúde no âmbito do Estado de Goiás.
Lei nº 18.629, de 17 de julho de 2014.	Altera dispositivos da Lei nº 11.549, de 16 de outubro de 1991, que dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Lei nº 18.687, de 03 de dezembro de 2014.	Dispõe sobre a reorganização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 18.702, de 17 de dezembro de 2014.	Altera a Lei nº 15.509, de 05 de janeiro de 2006, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - SEGPLAN, e dá outras providências.

Lei nº 18.732, de 26 de dezembro de 2014.	Introduz alterações na Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com alterações posteriores. (Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos).
Lei nº 18.746, de 29 de dezembro de 2014.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, adequando-a às prescrições da Lei nº 18.687, de 03 de dezembro de 2014, e dá outras providências.
Lei nº 18.750, de 29 de dezembro de 2014.	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 18.322, de 30 de dezembro de 2013. (Transforma a 19ª Companhia Independente da Polícia Militar - 19ª CIPM em Batalhão da Polícia Militar - BPM).
Lei nº 18.753, de 29 de dezembro de 2014.	Introduz alterações na Lei nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010, e dá outras providências. (Dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás).

DECRETOS

Decreto nº 7.256, de 17 de março de 2011.	Dispõe sobre as atribuições das Advocacias Setoriais.
Decreto nº 7.258, de 21 de março de 2011.	Altera o Decreto nº 6.478, de 22 de junho de 2006. (Dispõe sobre a instituição da Unidade de Execução do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal - PNAGE no Estado de Goiás e dá outras providências).
Decreto nº 7.291, de 11 de abril de 2011.	Institui, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, o processo de seleção por capacitação e mérito para o cargo em comissão de gerente e dá outras providências.
Decreto nº 7.294, de 14 de abril de 2011.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 6.946, de 07 de julho de 2009, e dá outras providências.
Decreto nº 7.298, de 20 de abril de 2011.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER.
Decreto nº 7.335, de 13 de maio de 2011.	Aprova o Regulamento do Fundo de Transportes -FT- e dá outras providências.

Decreto nº 7.349, de 25 de maio de 2011.	Cria o Conselho Superior para Promoção de Investimentos e Negócios Internacionais - PROMOGOÍÁS - e dá outras providências.
Decreto nº 7.352, de 25 de maio de 2011.	Altera o Decreto nº 7.053, de 22 de janeiro de 2010. (A denominação “Superintendência do Sistema de Execução Penal da Secretaria da Segurança Pública” é substituída por “Agência Goiana do Sistema de Execução Penal”, jurisdicionada à Secretaria de Estado da Segurança Pública).
Decreto nº 7.353, de 30 de maio de 2011.	Cria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade -CGDC-, e dá outras providências.
Decreto nº 7.356, de 02 de junho de 2011.	Altera o Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000, que aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.
Decreto nº 7.359, de 02 de junho de 2011.	Baixa o Regulamento do Gabinete de Gestão de Segurança no Entorno do Distrito Federal - GGS -, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça.
Decreto nº 7.367, de 09 de junho de 2011.	Excepciona das disposições do art. 2º do Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, baixado pelo Decreto n. 6.946, de 07 de julho de 2009, com alterações posteriores, a obra que especifica.

Decreto nº 7.374, de 21 de junho de 2011.	Introduz alterações no texto do Decreto nº 5.258, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado, e dá outras providências.
Decreto nº 7.375, de 21 de junho de 2011.	Altera o Regulamento do Fundo de Transportes, aprovado pelo Decreto nº 7.335, de 13 de maio de 2011.
Decreto nº 7.387, de 28 de junho de 2011.*	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.
Decreto nº 7.392, de 07 de julho de 2011.	Aprova o Regulamento do Gabinete Militar e dá outras providências.
Decreto nº 7.394, de 07 de julho de 2011.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e dá outras providências.
Decreto nº 7.395, de 07 de julho de 2011.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional e dá outras providências.
Decreto nº 7.396, de 07 de julho de 2011.	Aprova o Regulamento da Controladoria-Geral do Estado.
Decreto nº 7.397, de 07 de julho de 2011.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia e dá outras providências.

*Em destaque os Decretos que aprovam regulamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

Decreto nº 7.420, de 11 de agosto de 2011.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Comunicação e dá outras providências.	Decreto nº 7.452, de 08 de setembro de 2011.	Altera o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUIZIR.
Decreto nº 7.424, de 11 de agosto de 2011.	Aprova o Regulamento da GOIÁS TURISMO - Agência Goiana de Turismo e dá outras providências.	Decreto nº 7.454, de 08 de setembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Esporte e Lazer e dá outras providências.
Decreto nº 7.426, de 16 de agosto de 2011.	Dispõe sobre diretrizes para aquisições de suprimentos de saúde, cria o Grupo Executivo de Gestão Estratégica de Suprimentos de Saúde - GEGES Saúde-, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.	Decreto nº 7.455, de 08 de setembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Vice-Governadoria e dá outras providências.
Decreto nº 7.428, de 16 de agosto de 2011.	Restabelece o Decreto nº 6.855, de 31 de dezembro de 2008, que instituiu o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -LGBTT-, dando outras providências.	Decreto nº 7.456, de 08 de setembro de 2011.	Aprova o Regulamento do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO e dá outras providências.
Decreto nº 7.429, de 16 de agosto de 2011.	Altera os Regulamentos da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, da Agência Goiana de Transportes e Obras e do Gabinete Militar, nas partes que especifica.	Decreto nº 7.460, de 30 de setembro de 2011.	Altera o Decreto nº 5.193, de 17 de março de 2000, que institui o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, dispõe sobre sua competência e composição e dá outras providências.
Decreto nº 7.439, de 06 de setembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado das Cidades e dá outras providências.	Decreto nº 7.465, de 17 de outubro de 2011.	Altera o Estatuto da Universidade Estadual de Goiás -UEG-, aprovado pelo Decreto nº 7.441, de 08 de setembro de 2011.
Decreto nº 7.441, de 08 de setembro de 2011.	Aprova o Estatuto da Universidade Estadual de Goiás - UEG.	Decreto nº 7.477, de 07 de novembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal.
		Decreto nº 7.478, de 07 de novembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA - e dá outras providências.

Decreto nº 7.493, de 25 de novembro de 2011.	Aprova o Regulamento do Departamento Estadual de Trânsito.
Decreto nº 7.496, de 29 de novembro de 2011.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Turismo - GOIÁS TURISMO -, aprovado pelo Decreto nº 7.424, de 11 de agosto de 2011.
Decreto nº 7.499, de 30 de novembro de 2011.	Institui o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC - e dá outras providências.
Decreto nº 7.515, de 22 de dezembro de 2011.	Introduz alterações no Decreto nº 5.942, de 07 de maio de 2004, de criação do Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás e dá outras providências.
Decreto nº 7.537, de 29 de dezembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
Decreto nº 7.538, de 29 de dezembro de 2011.	Aprova o Regulamento da Junta Comercial do Estado de Goiás e dá outras providências.
Decreto nº 7.551, de 1º de fevereiro de 2012.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obra - AGETOP -, aprovado pelo Decreto nº 6.946, de 7 de julho de 2009.
Decreto nº 7.558, de 23 de fevereiro de 2012.	Dispõe sobre o Conselho Estadual da Juventude - CONJUV - e dá outras providências.

Decreto nº 7.565, de 08 de março de 2012.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Casa Civil e dá outras providências.
Decreto nº 7.577, de 14 de março de 2012.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Articulação Institucional e dá outras providências.
Decreto nº 7.578, de 20 de março de 2012.	Dispõe sobre o Regulamento do Fundo Estadual do Centro Cultural Oscar Niemeyer.
Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP- e dá outras providências.
Decreto nº 7.591, de 03 de abril de 2012.	Altera o Decreto nº 7.499, de 30 de novembro de 2011, que institui o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção -CTPCC- e dá outras providências.
Decreto nº 7.594, de 04 de abril de 2012.	Dá nova redação ao Anexo Único do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS - e dá outras providências.
Decreto nº 7.599, de 09 de abril de 2012.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências.
Decreto nº 7.605, de 19 de abril de 2012.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação e dá outras providências.

Decreto nº 7.607, de 27 de abril de 2012.	Acrescenta dispositivos aos arts. 2º e 4º do Decreto nº 5.258, de 18 de julho de 2000, com alterações posteriores. (Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado e dá outras providências).	Decreto nº 7.638, de 05 de junho de 2012.	Altera dispositivo do Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.
Decreto nº 7.610, de 07 de maio de 2012.	Dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FUNDO CULTURAL.	Decreto nº 7.651, de 26 de junho de 2012.	Regulamenta o Conselho Estadual de Políticas Salariais e Relações Sindicais-CONSIND- e dá outras providências.
Decreto nº 7.613, de 16 de maio de 2012.	Institui o Conselho de Excelência para Acompanhamento da Execução do Contrato de Gestão do Hospital Geral de Goiânia - HGG.	Decreto nº 7.655, de 28 de junho de 2012.	Altera o Regulamento do Gabinete Militar, aprovado pelo Decreto nº 7.392, de 07 de julho de 2011.
Decreto nº 7.622, de 21 de maio de 2012.	Aprova o Regulamento do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás - FUNEBOM.	Decreto nº 7.663, de 03 de julho de 2012.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Comunicação, aprovado pelo Decreto nº 7.420, de 11 de agosto de 2011, na parte que especifica.
Decreto nº 7.624, de 21 de maio de 2012.	Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Goiás e o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.	Decreto nº 7.667, de 09 de julho de 2012.	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Geologia e Recursos Minerais - COGEMIN e dá outras providências.
Decreto nº 7.634, de 05 de junho de 2012.	Dispõe sobre a discriminação das Subsecretarias de Educação, de acordo com seus portes e respectivas jurisdições, e dá outras providências.	Decreto nº 7.700, de 21 de agosto de 2012.	Introduz alterações no texto do Decreto nº 5.072, de 9 de julho de 1999, e dá outras providências. (Dispõe sobre as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN - GO.)
Decreto nº 7.636, de 05 de junho de 2012.	Aprova o Regulamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás.	Decreto nº 7.704, de 23 de agosto de 2012.	Institui a função de Conselheiro do Governador e dá outras providências.

Decreto nº 7.709, de 03 de setembro de 2012.	Introduz acréscimos e alterações no texto do Decreto nº 5.258, de 18 de julho de 2000, que trata do Conselho de Desenvolvimento do Estado - CDE - e dá outras providências.
Decreto nº 7.714, de 05 de setembro de 2012.	Altera dispositivos do Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.
Decreto nº 7.719, de 12 de setembro de 2012.	Altera o Decreto nº 4.039, de 17 de agosto de 1993, com alterações posteriores, que regulamenta o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FECAD.
Decreto nº 7.720, de 12 de setembro de 2012.	Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 3º do Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR -, baixado pelo Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992.
Decreto nº 7.727, de 17 de setembro de 2012.	Institui a Central de Conselhos de Políticas de Enfrentamento às Drogas.
Decreto nº 7.730, de 19 de setembro de 2012.	Introduz alterações no Regulamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pelo Decreto nº 7.599, de 09 de abril de 2012.
Decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012.	Regulamenta o Fundo de Aporte a CELG Distribuição S/A (CELG D) - FUNAC e dá outras providências.

Decreto nº 7.733, de 04 de outubro de 2012.	Institui o Conselho Consultivo do Museu de Arte Contemporânea do Centro Cultural Oscar Niemeyer e dispõe sobre a sua competência e composição.
Decreto nº 7.744, de 18 de outubro de 2012.	Altera o Decreto nº 6.998, de 17 de setembro de 2009, que revigora o Conselho Estadual do Meio Ambiente CEMAm, dispõe sobre a sua organização e dá outras providências.
Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.
Decreto nº 7.756, de 07 de novembro de 2012.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.
Decreto nº 7.758, de 07 de novembro de 2012.	Introduz alterações nos textos do Decreto nº 6.121, de 08 de abril de 2005, e do Regulamento do FOMENTAR baixado pelo Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992, e dá outras providências.
Decreto nº 7.764, de 20 de novembro de 2012.	Introduz alteração no Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 2 de abril de 2012.
Decreto nº 7.787, de 27 de dezembro de 2012.	Altera o Regulamento do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás - FUNDO CULTURAL, na parte que especifica.

Decreto nº 7.790, de 27 de dezembro de 2012.	Introduz alterações e acréscimos no Regimento Interno do Conselho Administrativo Tributário - CAT -, aprovado pelo Decreto nº 6.930, de 09 de junho de 2009.	Decreto nº 7.811, de 26 de fevereiro de 2013.	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 7.700, de 21 de agosto de 2012. (Dispõe sobre as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás).
Decreto nº 7.792, de 15 de janeiro de 2013.	Delega ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça competência para a prática dos atos que especifica.	Decreto nº 7.820, de 05 de março de 2013.	Cria o Conselho Integrado de Gestão Estratégica - CIGE - e dá outras providências.
Decreto nº 7.799, de 19 de fevereiro de 2013.	Introduz alterações no Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.	Decreto nº 7.823, de 05 de março de 2013.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho.
Decreto nº 7.800, de 20 de fevereiro de 2013.	Introduz alterações no Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.	Decreto nº 7.824, de 11 de março de 2013.	Regulamenta a Lei estadual nº 17.797, de 19 de setembro de 2012, que instituiu o Fundo Estadual de Saúde (FES).
Decreto nº 7.801, de 20 de fevereiro de 2013.	Introduz alterações no Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.	Decreto nº 7.842, de 20 de março de 2013.	Introduz alteração no Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP-, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.
Decreto nº 7.802, de 20 de fevereiro de 2013.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, aprovado pelo Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012.	Decreto nº 7.843, de 20 de março de 2013.	Altera a redação do art. 1º do Decreto nº 7.434, de 6 de setembro de 2011, e dá outras providências. (Delega competência ao Superintendente Executivo da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento para a prática dos atos que especifica).
Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.	Reorganiza e sistematiza as unidades administrativas finalísticas complementares descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde.	Decreto nº 7.849, de 20 de março de 2013.	Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS -, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação.

Decreto nº 7.851, de 27 de março de 2013.	Introduz alterações no Regulamento da GOIÁS TURISMO - Agência Goiana de Turismo, aprovado pelo Decreto nº 7.424, de 11 de agosto de 2011.
Decreto nº 7.853, de 04 de abril de 2013.	Regulamenta dispositivos da Lei nº 17.842, de 4 de dezembro de 2012, que institui o Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município de Goiânia, e dá outras providências.
Decreto nº 7.858, de 19 de abril de 2013.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP -, na parte que especifica.
Decreto nº 7.859, de 19 de abril de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP.
Decreto nº 7.861, de 19 de abril de 2013.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP -, na parte que especifica.
Decreto nº 7.863, de 23 de abril de 2013.	Altera o Decreto nº 7.853, de 04 de abril de 2013, na parte que especifica. (Institui o Grupo Executivo de Implantação do Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Município de Goiânia, e dá outras providências).

Decreto nº 7.864, de 23 de abril de 2013.	Altera o Decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012, que regulamenta o Fundo de Aporte a CELG Distribuição S/A (CELG D) -FUNAC-, e dá outras providências.
Decreto nº 7.865, de 24 de abril de 2013.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, que dispõe sobre o Regulamento do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS-.
Decreto nº 7.867, de 24 de abril de 2013.	Altera o art. 2º do Regulamento do Fundo Especial de Desenvolvimento Rural -FUNDER-, da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação, aprovado pelo Decreto nº 5.572, de 18 de março de 2002.
Decreto nº 7.868, de 26 de abril de 2013.	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 7.727, de 17 de setembro de 2012, que institui a Central de Conselhos de Políticas de Enfrentamento às Drogas.
Decreto nº 7.874, de 08 de maio de 2013.	Dispõe sobre o Conselho de Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.
Decreto nº 7.876, de 08 de maio de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP-.
Decreto nº 7.878, de 08 de maio de 2013.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento -SEGPLAN - e dá outras providências.

Decreto nº 7.882, de 20 de maio de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP -.	Decreto nº 7.927, de 11 de julho de 2013.	Altera o Decreto nº 7.634, de 06 de junho de 2012, que dispõe sobre a discriminação das Subsecretarias de Educação, de acordo com seus portes e respectivas jurisdições, e dá outras providências. (Dispõe sobre a discriminação das Subsecretarias de Educação, de acordo com seus portes e respectivas jurisdições, e dá outras providências).
Decreto nº 7.903, de 11 de junho de 2013.	Institui e organiza o Sistema de Gestão de Ouvidoria do Estado de Goiás e dá outras providências.	Decreto nº 7.933, de 15 de julho de 2013.	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 7.700, de 21 de agosto de 2012. (Dispõe sobre as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações do Departamento Estadual da Trânsito de Goiás - DETRAN-).
Decreto nº 7.909, de 17 de junho de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP-.	Decreto nº 7.935, de 17 de julho de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP-.
Decreto nº 7.912, de 26 de junho de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 6.066, de 25 de janeiro de 2005, que dispõe sobre Regimento Interno do Conselho Estadual Antidrogas.	Decreto nº 7.939, de 23 de julho de 2013.	Introduz alteração Decreto nº 7.792, de 15 de janeiro de 2013. (Delega ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Justiça competência para a prática dos atos que especifica).
Decreto nº 7.914, de 26 de junho de 2013.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio e dá outras providências.	Decreto nº 7.955, de 07 de agosto de 2013.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências.
Decreto nº 7.915, de 26 de junho de 2013.	Introduz alterações no Decreto nº 4.455, de 23 de maio de 1995, que cria o Conselho Estadual do Trabalho - CET/GO.		
Decreto nº 7.918, de 28 de junho de 2013.	Introduz alterações no Regulamento da Secretaria de Estado da Casa Civil, aprovado pelo Decreto nº 7.565, de 08 de março de 2012.		

Decreto nº 7.960, de 08 de agosto de 2013.	Regulamenta a Lei nº 17.834, de 1º de novembro de 2012, alterada pela Lei nº 18.073, de 12 de julho de 2013, com a finalidade de disciplinar a atuação do Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas e o respectivo Fundo Especial.
Decreto nº 7.963, de 13 de agosto de 2013.	Autoriza o Secretário de Estado da Fazenda a praticar os atos que especifica.
Decreto nº 7.976, de 27 de agosto de 2013.	Dispõe sobre o Conselho Técnico do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB.
Decreto nº 7.977, de 28 de agosto de 2013.	Delega ao Secretário de Estado da Administração Penitenciária e Justiça competência para a prática dos atos que especifica.
Decreto nº 7.986, de 10 de setembro de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 02 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP -.
Decreto nº 7.998, de 13 de setembro de 2013.	Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional em Goiás (CAISAN-GO).
Decreto nº 8.026, de 22 de outubro de 2013.	Altera o Estatuto da Universidade Estadual de Goiás -UEG -, na parte que especifica.
Decreto nº 8.030, de 22 de outubro de 2013.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde.

Decreto nº 8.031, de 1º de novembro de 2013.	Introduz alteração no Decreto nº 7.588, de 2 de abril de 2012, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP.
Decreto nº 8.033, de 11 de novembro de 2013.	Delega competência ao Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado para o fim que especifica.
Decreto nº 8.038, de 18 de novembro de 2013.	Altera o Decreto nº 7.499, de 30 de novembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 7.591, de 03 de abril de 2012, que institui o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC - e dá outras providências.
Decreto nº 8.040, de 28 de novembro de 2013.	Modifica o inciso II do art. 2º do Decreto nº 6.886, de 24 de março de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.161, de 1º de outubro de 2010. (Institui a Câmara Técnica de Gestão Estadual do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher).
Decreto nº 8.049, de 10 de dezembro de 2013.	Delega ao Secretário de Estado da Fazenda competência para a prática dos atos que especifica.
Decreto nº 8.051, de 10 de dezembro de 2013.	Introduz alterações no Decreto nº 7.820, de 05 de março de 2013, que cria o Conselho Integrado de Gestão Estratégica - CIGE - e dá outras providências.
Decreto nº 8.060, de 18 de dezembro de 2013.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP.

Decreto nº 8.061, de 26 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre a execução do § 1º do art. 5º da Lei nº 18.276, de 20 de dezembro de 2013. (Dispõe sobre o Quadro Permanente de Pessoal e o Plano de Cargos e Remuneração, dos servidores da Agência Goiana de Transportes e Obras).	Decreto nº 8.089, de 04 de fevereiro de 2014.	Regulamenta a Lei nº 17.887, de 27 de dezembro de 2012, com as modificações introduzidas pela Lei nº 18.249, de 28 de novembro de 2013, para disciplinar a atuação do Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes (GECRIA) e o respectivo Fundo Especial de Apoio à Criança e ao Jovem (FCJ), bem como institui o Sistema de Atendimento Socioeducativo Estadual e promove a sua regionalização.
Decreto nº 8.066, de 26 de dezembro de 2013.	Altera o Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000, que aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.	Decreto nº 8.091, de 12 de fevereiro de 2014.	Introduz alterações no Decreto nº 8.070, de 30 de dezembro de 2013. (Delega competência ao Secretário de Estado da Casa Civil para a prática dos atos que especifica).
Decreto nº 8.070, de 30 de dezembro de 2013.	Delega competência ao Secretário de Estado da Casa Civil para a prática dos atos que especifica.	Decreto nº 8.094, de 18 de fevereiro de 2014.	Altera o Decreto nº 7.204, de 07 de janeiro de 2011, na parte que especifica e dá outras providências. (Delegada ao secretário de estado de gestão e planejamento, Leonardo Moura Vilela, competência para, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo, bem como das empresas públicas e sociedades de economia mista sob o controle acionário do estado, dependentes do erário estadual, movimentar pessoal de um para outro órgão ou entidade, na forma da lei).
Decreto nº 8.077, de 29 de janeiro de 2014.	Introduz alterações no Decreto nº 5.066, de 24 de junho de 1999. (Transforma a Empresa Estadual de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico-Social - EMCIDEC em Empresa Estadual de Processamento de Dados de Goiás - PRODAGO e aprova o seu Estatuto).	Decreto nº 8.095, de 18 de fevereiro de 2014.	Delega competência ao Secretário de Estado de Governo e dá outras providências.
Decreto nº 8.078, de 30 de janeiro de 2014.	Delega competência para a prática dos atos que especifica. (Aos Secretários de Estado: de Educação, Cultura e Esporte; da Saúde; da Fazenda).	Decreto nº 8.103, de 24 de fevereiro de 2014.	Regulamenta o Conselho Estadual de Desburocratização - CEDES - e dá outras providências.

Decreto nº 8.107, de 28 de fevereiro de 2014.	Altera o Regulamento da Controladoria-Geral do Estado, aprovado pelo Decreto nº 7.396, de 07 de julho de 2011.	Decreto nº 8.196, de 18 de junho de 2014.	Dispõe sobre a criação, competência, composição e estruturação do Conselho Estadual de Economia Solidária - CEES.
Decreto nº 8.111, de 13 de março de 2014.	Introduz alteração no Regulamento da Secretaria de Estado da Casa Civil, aprovado pelo Decreto nº 7.565, de 08 de março de 2012.	Decreto nº 8.209, de 11 de julho de 2014.	Altera o Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000, que aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.
Decreto nº 8.116, de 20 de março de 2014.	Delega ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, competência para a prática do ato que especifica.	Decreto nº 8.221, de 06 de agosto de 2014.	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 7.700, de 21 de agosto de 2012. (Dispõe sobre as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN - GO.
Decreto nº 8.125, de 20 de março de 2014.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, aprovado pelo Decreto nº 7.755, de 29 de outubro de 2012.	Decreto nº 8.225, de 08 de agosto de 2014.	Acrescenta o § 7º ao art. 3º do Decreto nº 5.118, de 17 de setembro de 1999, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Goiás, altera sua composição e estrutura organizacional, aprova seu regimento interno e dá outras providências).
Decreto nº 8.144, de 08 de abril de 2014.	Introduz alterações no Decreto nº 7.424, de 11 de agosto de 2011, que aprova o Regulamento da GOIÁS TURISMO - Agência Goiana de Turismo.	Decreto nº 8.230, de 12 de agosto de 2014.	Delega ao Secretário de Estado da Segurança Pública, JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA, competência para a prática dos atos que especifica.
Decreto nº 8.166, de 19 de maio de 2014.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça.	Decreto nº 8.238, de 22 de agosto de 2014.	Organiza o Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás e dá outras providências.
Decreto nº 8.170, de 02 de junho de 2014.	Regulamenta a Lei nº 17.867, de 20 de dezembro de 2012, que institui o Modelo de Gestão para Resultados no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.		

Decreto nº 8.249, de 16 de setembro de 2014.	Introduz alterações no Regulamento da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, aprovado pelo Decreto nº 7.878, de 08 de maio de 2013, e dá outras providências.
Decreto nº 8.269, de 07 de novembro de 2014.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e dá outras providências.
Decreto nº 8.279, de 1º de dezembro de 2014.	Introduz alteração no Decreto nº 8.273, de 13 de novembro de 2014. (Dispõe sobre exoneração e dispensa de pessoal e extinção de cargos e funções, na forma que especifica, e dá outras providências).
Decreto nº 8.296, de 19 de dezembro de 2014.	Aprova o Regulamento do Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás - FUNDEPEG - e dá outras providências.





Reformas Administrativas

Período
2015 a 2018

No final de 2014, com efeitos a partir de 2015, foi promovida uma ampla reforma administrativa, por meio das Leis nº 18.687, de 03 de dezembro de 2014 e nº 18.746, de 29 de dezembro de 2014, que teve como foco se adequar à crise econômica iniciada em 2013, buscando a racionalização dos custos da máquina pública pela adequação às políticas e estratégias de ação governamental, visando proporcionar eficiência na prestação dos serviços públicos.

A forte crise econômica nacional se fazia presente com expressiva redução da atividade econômica e clara sinalização de recrudescimento no ano de 2015, reduzindo os repasses constitucionais das Unidades Federativas e a arrecadação de suas receitas próprias, já afeta e continuara afetando a execução orçamentária e financeira de Estados e Municípios.

O Governo de Goiás, diante de tal quadro, agiu preventivamente para evitar eventuais dificuldades de baixa nos exercícios vindouros e, por outro lado, trouxe o compromisso com o enxugamento de gastos e drástica redução de suas despesas correntes.

Esta Reforma, fundamentada no binômio austeridade e economicidade, balizou o novo Governo iniciado em janeiro de 2015, deixando claro compromisso com a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços públicos estaduais ao cidadão, bem como a garantia de investimentos em áreas essenciais.

No total, foram reduzidos os números de Secretarias de 16 para 10 e autarquias de 13 para 11, além de extinguir 350 Gerências.

A reforma administrativa continuou, em 2016, com a aprovação do Decreto nº 8.861, de 29 de dezembro de 2016, trazendo novas medidas de redução de gastos com pessoal.

Com esse mesmo propósito, as Leis nº 19.573, de 29 de dezembro de 2016 e a Lei nº 19.574, de 29 de dezembro de 2016, com vistas à implementação do novo regime fiscal que vigorou a partir de 1º de janeiro de 2017, também redundaram em economias com a redução na quantidade de unidades organizacionais da estrutura básica e complementar da administração direta, autárquica e fundacional.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Lei nº 18.687, de 03 de dezembro de 2014 | Lei nº 18.746, de 29 de dezembro de 2014 - Vigência 2015

Estrutura anterior (Órgãos e Entidades extintas)	Nova Estrutura (Secretarias após fusão)
<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado de Indústria e ComércioSecretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e IrrigaçãoSecretaria de Estado de Ciência e TecnologiaAgência Goiana de Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação - SED
<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos HídricosSecretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA
<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e JustiçaSecretaria de Estado da Segurança Pública	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SSPAP
<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado da EducaçãoSecretaria de Estado da CulturaAgência Goiana de Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE
<ul style="list-style-type: none">Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho	<ul style="list-style-type: none">Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho - SECRETARIA CIDADÃ <i>(absorveu parte das atividades da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e Justiça).</i>



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PODER EXECUTIVO

2015 a 2016



Legenda:

ABC - Agência Brasil Central
AGEHAB - Agência Goiana de Habitação S/A
AGETOP - Agência Goiana de Transporte e Obras
AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa Agropecuária
CEASA - Centrais de Abastecimento de Goiás S/A
CELGPAR - Companhia Celg de Participação
CGE - Controladoria Geral de Estado
CODEGO - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
GOIÁS GÁS - Agência Goiana de Gás Canalizado S/A
GOIÁS TURISMO - Agência Estadual de Turismo
GOIASFOMENTO - Agência Goiana de Fomento de Goiás
GOIASPARCERIAS - Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás
GOIASPREV - Goiás Previdência
IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
JUCEG - Junta Comercial do Estado de Goiás
METROBUS - Transporte Coletivo S/A
PGE - Procuradoria Geral do Estado

SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A
SECIMA - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos
SECRETARIA CIDADÃ - Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho
SED - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação
SEDUCE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda
SEGOV - Secretaria de Estado de Governo
SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SES - Secretaria de Estado de Saúde
SSPAP - Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária
UEG - Universidade Estadual de Goiás

Legenda:

ABC - Agência Brasil Central
AGEHAB - Agência Goiana de Habitação S/A
AGETOP - Agência Goiana de Transporte e Obras
AGR - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
AGRODEFESA - Agência Goiana de Defesa Agropecuária
CEASA - Centrais de Abastecimento de Goiás S/A
CELGPAR - Companhia Celg de Participação
CGE - Controladoria Geral de Estado
CODEGO - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
GOIÁS GÁS - Agência Goiana de Gás Canalizado S/A
GOIÁS TURISMO - Agência Estadual de Turismo
GOIASFOMENTO - Agência Goiana de Fomento de Goiás
GOIASPARCERIAS - Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás
GOIASPREV - Goiás Previdência
IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás
IQUEGO - Indústria Química do Estado de Goiás S/A
JUCEG - Junta Comercial do Estado de Goiás
METROBUS - Transporte Coletivo S/A
PGE - Procuradoria Geral do Estado
PREVCOM - Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás
SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A

SECIMA - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos
SECRETARIA CIDADÃ - Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho
SED - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação
SEDUCE - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
SEFAZ - Secretaria de Estado da Fazenda
SEGOV - Secretaria de Estado de Governo
SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
SES - Secretaria de Estado de Saúde
SSP - Secretaria de Segurança Pública
UEG - Universidade Estadual de Goiás



Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Lei nº 18.687,
de 03 de dezembro de 2014,
Lei nº 18.746,
de 29 de dezembro de 2014 e
Lei nº 19.962,
de 03 de janeiro de 2018**

Órgãos e Entidades do Poder Executivo

■ ADMINISTRAÇÃO DIRETA

a) Integrantes da Governadoria:

1. Controladoria-Geral do Estado;
2. Secretaria de Estado da Casa Civil;
3. Secretaria de Estado do Governo;
4. Procuradoria-Geral do Estado.

b) De assessoramento direto ao Governador, também integrantes da Governadoria:

1. Chefia de Gabinete do Governador;
2. Gabinete de Representação de Goiás no Distrito Federal.
3. Gabinete Particular do Governador;
4. Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador;
5. Gabinete de Gestão da Governadoria;
6. Secretaria de Estado da Casa Militar;

c) Vice-Governadoria.

d) Demais Secretarias de Estado:

1. Secretaria de Gestão e Planejamento;
2. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação;
3. Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos;
4. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;
5. Secretaria de Segurança Pública;
6. Secretaria da Saúde;
7. Secretaria da Fazenda;
8. Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.

e) Outros órgãos:

1. Delegacia-Geral da Polícia Civil, Comando-Geral da Polícia Militar e Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar e Diretoria-Geral de Administração Penitenciária; todos integrantes da Secretaria de Segurança Pública;
2. Gabinete de Gestão de Assuntos Internacionais, Conselho de Excelência das Unidades Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais, Conselho Estadual de Educação e Conselho Estadual de Cultura, todos integrantes da Secretaria da Casa Civil;

■ ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. Agência Brasil Central;
2. Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER-;
3. Agência Goiana de Defesa Agropecuária;
4. Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos;
5. Agência Goiana de Transportes e Obras;
6. Departamento Estadual de Trânsito;
7. Goiás Previdência -GOIASPREV-;
8. Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo;
9. Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás -IPASGO;
10. Junta Comercial do Estado de Goiás;
11. Universidade Estadual de Goiás.

■ FUNDAÇÃO

- I - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

■ ENTIDADES PARAESTATAIS

1. Agência de Fomento de Goiás S.A. -GOÍÁSFOMENTO-;
2. Agência Goiana de Gás Canalizado S.A. ;
3. Agência Goiana de Habitação -AGEHAB-;
4. CELGPAR;
5. Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO ;
6. Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - GOIÁSPARCERIAS-;
7. Indústria Química do Estado de Goiás -IQUEGO-;
8. Metrobus Transporte Coletivo S.A.;
9. Saneamento de Goiás S.A. -SANEAGO-.





Principais alterações na Estrutura Organizacional do Poder Executivo

**Período de
janeiro de 2015 a janeiro de 2018**

■ **LEI Nº 18.931, DE 08 DE JULHO DE 2015.**

C R I O U :

▪ Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação os Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás - ITEGOS.

A L I E N O U :

▪ As ações integralizadas do capital social da CELG Distribuição S.A. -CELG D-, controladas pelo Estado de Goiás e pelo Governo Federal por meio da Centrais Elétricas Brasileiras- ELETROBRAS.

■ **LEI Nº 18.968, DE 22 DE JULHO DE 2015.**

C R I O U :

▪ Ficam instituídas a 1ª (Primeira) e a 2ª (Segunda) Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI -, órgãos colegiados, vinculados ao DETRAN - GO-.

R E N O M E O U :

▪ A Superintendência do Trabalho fica transformada em Superintendência Executiva do Trabalho.

■ **LEI Nº 18.971, DE 23 DE JULHO DE 2015.**

A U T O R I Z O U :

▪ A Universidade Estadual de Goiás -UEG - , a gozar de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial.

■ **LEI Nº 19.020 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

R A T I F I C O U :

▪ Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre os Estados de GO, MT, MS, RO e TO e o DF , para constituição de consórcio interestadual destinado a promover o desenvolvimento da Região do Brasil Central.

■ **LEI Nº 19.064, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.**

D E N O M I N O U :

▪ A Companhia de Distritos Industriais de Goiás - GOIASINDUSTRIAL-, passa a denominar-se Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás -CODEGO, jurisdicionada à SED.

■ **LEI Nº 19.071, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.**

I N S T I T U I U :

▪ Fica instituído o Fundo Especial de Esporte e Lazer - Fundo de Esporte-, vinculado à SEDUCE.

■ **LEI Nº 19.088, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015.**

C R I O U :

▪ Criou na PGE os cargos de Subprocurador para Assuntos Administrativos e do Contencioso.

■ **DECRETO Nº 8.477, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015.**

I N S T I T U I U :

▪ Fica instituído, junto ao Gabinete do Governador, o Conselho Superior de Inovação do Estado de Goiás, órgão consultivo do Programa de Inovação e Tecnologia do Estado de Goiás - Inova Goiás.

■ **LEI Nº 19.179, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.**

I N S T I T U I U :

▪ Fica instituído o regime de previdência complementar - PREVCOM -GO.

■ **DECRETO Nº 8.515, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

D E N O M I N O U :

▪ Passa a denominar-se Centro de Referência em Medicina Integrativa

Complementar o Hospital de Medicina Alternativa (HMA), unidade administrativa componente da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde.

■ **LEI Nº 19.195, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.**

INSTITUIU :

- Fica instituído o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Tesouro Estadual - FUNEFTE.

■ **LEI Nº 19.196, DE 07 DE JANEIRO DE 2016.**

DENOMINOU :

- Passa a denominar-se Secretaria de Estado da Casa Militar o Gabinete Militar;
- A Subchefia do Gabinete Militar passa a denominar-se Subchefia da Secretaria de Estado da Casa Militar.

■ **DECRETO Nº 8.583, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.**

INSTITUIU :

- Fica instituído o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás - GGI/GO -, vinculado à Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária.

■ **DECRETO Nº 8.620, DE 31 DE MARÇO DE 2016.**

REVOGOU :

- Fica revogado o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Tesouro Estadual - FUNEFTE.

■ **LEI Nº 19.237, DE 06 DE ABRIL DE 2016.**

DENOMINOU :

- A Superintendência Executiva de Desenvolvimento e Assistência Social e do Trabalho, da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho passa a denominar-se Superintendência Executiva de Desenvolvimento e As-

sistência Social.

■ **LEI Nº 19.260, DE 15 DE ABRIL DE 2016.**

TRANSFERIU :

- O Centro de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos - Leide das Neves Ferreira ora vinculado à estrutura do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, passa a subordinar-se à Superintendência de Educação, Saúde e Trabalho para o SUS.

CRIOU :

- Criou as Secretarias Executivas nos seguintes órgãos:
 - Na Secretaria de Estado da Casa Civil no Conselho de Excelência das Unidades Públicas Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais;
 - Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação no Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás.

- Criou as Secretarias Executivas nas seguintes entidades:
 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN - no Conselho de Gestão;
 - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO - no Conselho de Gestão e no Conselho Deliberativo;
 - Junta Comercial de Goiás - JUCEG - no Conselho de Gestão;
 - Agência Brasil Central - ABC - no Conselho de Gestão;
 - Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR;
 - Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP - no Conselho de Gestão;
 - Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo - no Conselho de Gestão;
 - Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA - no Conselho de Gestão;
 - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER - no Conselho de Gestão;
 - Goiás Previdência - GOIASPREV - no Conselho de Gestão;
 - Universidade Estadual de Goiás - UEG - no Conselho de Gestão;
 - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG - no Con-

selho de Gestão.

■ **LEI Nº 19.265, DE 26 DE ABRIL DE 2016.**

C R I O U :

▪ Fica criado na Controladoria Geral do Estado a Superintendência de Fiscalização das Contas de Contratos de Gestão, em sua estrutura básica.

■ **LEI Nº 19.285, DE 04 DE MAIO DE 2016.**

E X T I N G U I U :

▪ Fica extinta a Vice-Reitoria, com o correspondente cargo de provimento em comissão de Vice-Reitor na Universidade Estadual de Goiás.

D E N O M I N O U :

▪ A Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Finanças, passa a denominar-se Pró-Reitoria de Gestão e Finanças na Universidade Estadual de Goiás.

C R I O U :

▪ Fica criada na Universidade Estadual de Goiás a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

■ **LEI Nº 19.329, DE 03 DE JUNHO DE 2016.**

D E N O M I N O U :

▪ O Conselho Estadual do Idoso passa a denominar-se Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa -CEDPI/GO.

■ **LEI Nº 19.357, DE 21 DE JUNHO DE 2016.**

I N S T I T U I U :

▪ Fica instituído o Conselho Estadual de Economia Solidária -CEES-, órgão colegiado integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.

C R I O U :

▪ Fica criada a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Economia Solidária -CEES.

■ **LEI Nº 19.383, DE 07 DE JULHO DE 2016.**

C R I O U :

▪ Fica criada a Superintendência de Acesso a Serviços Hospitalares e Ambulatoriais na Secretaria da Saúde.

■ **LEI Nº 19.390, DE 07 DE JULHO DE 2016.**

D E N O M I N O U :

▪ A Superintendência Executiva de Segurança para o entorno do DF e a Superintendência de Inteligência passam a denominar-se Superintendência Executiva de Ações e Operações Integradas e Superintendência de Inteligência Integrada;

▪ A Superintendência de Inteligência vinculada funcionalmente ao Gabinete do Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, passa-se a denominar Superintendência de Inteligência Integrada e manterá cooperação técnica com a Superintendência Executiva de Ações e Operações Integradas em assuntos de inteligência estratégica.

C R I O U :

▪ Ficam criadas as Superintendências de Gestão do Subsistema Integrado de Comando e Controle e de Gestão do Pacto Social ficando subordinadas à Superintendência Executiva de Ações e Operações Integradas;

▪ Nas regiões Integradas de Segurança Pública são criados 17 (dezessete) Centros Integrados de Inteligência, Comando e Controle Regionais.

■ **DECRETO Nº 8.713, DE 28 DE JULHO DE 2016.**

I N S T I T U I U :

▪ Fica instituído, a Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, o Con-

selho Estadual de Cidadania - CEC.

■ **DECRETO Nº 8.731, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.**

INSTITUIU :

- Fica instituído o Programa Goiás Mais Competitivo;
- Fica instituída a unidade de entregas da Agenda Estratégica de Governo, denominada Central de Resultados, coordenada pelo Núcleo de Gestão de Resultados, constante da estrutura da Superintendência Central de Planejamento, da Secretaria de Gestão e Planejamento.

■ **LEI Nº 19.442, DE 30 DE AGOSTO DE 2016.**

CRIOU :

- Fica criada, na estrutura organizacional do Gabinete de Gestão do Centro Cultural Oscar Niemeyer, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte uma unidade básica denominada Superintendência Administrativa de Atividades Culturais.

■ **LEI Nº 19.465, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

TRANSFERIU :

- Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, o Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas juntamente com as unidades administrativas básicas e complementares a ele subordinadas, é transferido para a Secretaria de Estado da Saúde.

■ **LEI Nº 19.467, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

TRANSFERIU :

- Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, a Superintendência de Modernização Institucional ora vinculada à Superintendência Executiva de Gestão, juntamente com as unidades complementares a ela subordinadas, passa a ligar-se à Superintendência

Executiva de Planejamento do mesmo Órgão.

■ **LEI Nº 19.468, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

CRIOU :

- Fica criada, na Superintendência de Relações Públicas da Secretaria de Estado da Casa Civil;
- Fica criada nos Gabinetes Particular do Governador e da Representação de Goiás no Distrito Federal a unidade administrativa básica denominada Comunicação Setorial.

TRANSFORMOU :

- Ficam transformados o Núcleo Executivo do Fundo de Financiamento do Banco do Povo integrantes da estrutura complementar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, em Superintendência do Fundo de Financiamento do Banco do Povo passando a compor a estrutura básica dessa mesma Pasta.

■ **LEI Nº 19.481, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016.**

CRIOU :

- Ficam criadas, vinculadas ao Gabinete do Presidente da JUCEG, duas (2) unidades básicas denominadas Corregedoria e Diretoria de Atendimento, Integração e Rede SIM.

■ **LEI Nº 19.524, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTINGUIU :

- Fica extinto o Conselho Superior para a Promoção de Investimentos e Negócios -PROMOGOÍÁS-, com o correspondente cargo de provimento em comissão de Secretário-Executivo.

CRIOU :

- Fica criada, subordinada à Superintendência Executiva de Indústria,

Comércio e Serviços, a unidade administrativa básica denominada Gabinete de Gestão da Promoção e Atração de Investimentos e Negócios.

■ **LEI Nº 19.550, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.**

INSTITUIU :

- Institui o serviço de contabilidade pública nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo.

■ **LEI Nº 19.574, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.**

EXTINGUIU :

Fica extinto no âmbito da administração autárquica e fundacional, os Conselhos de Gestão das entidades abaixo:

- Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN;
- Instituto de Assistência aos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO;
- Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG;
- Agência Brasil Central - ABC;
- Agência Estadual de Turismo - GOIASTURISMO;
- Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA;
- Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER;
- Goiás Previdência - GOIASPREV;
- Universidade Estadual de Goiás - UEG;
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG.

Fica extinto no âmbito da administração direta:

- Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação: Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Saúde Animal e de Inspeção e Defesa Agropecuária, bem como o de Agrotóxico; Conselhos Estaduais de Ciência e Tecnologia - CONCITEG e de Meteorologia - CEMET -; Conselhos de Fomento à Mineração - COFOM - e de Geologia e Recursos Minerais - COGEMIM; Conselhos de Desenvolvimento do Estado -CDE/FCO,

Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUZIR -, Deliberativo do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR - e Superior de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços do Estado de Goiás;

- Na Secretaria de Gestão e Planejamento, o Conselho Estadual de Desburocratização;
- Na Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho: Conselhos Estaduais do Trabalho, de Cooperativismo e de Economia Solidária; Conselho de Cidadania; Conselhos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTTT da Igualdade Racial e de Direitos Humanos;
- Na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, os Conselhos Estaduais do PROESPORTE, de Desporto e Lazer - CEDEL ;
- Na Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos: Conselhos Estaduais de Saneamento, do Meio Ambiente - CEMAm -, dos Recursos Hídricos - CERHI -.

Fica extinto as Secretárias Executivas dos seguintes conselhos:

- Conselho da Juventude;
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - CONESAN;
- Conselho Estadual de Turismo - CONTUR;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas;
- Conselho Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado de Goiás - CODEL/PROVITA-GO -;
- Conselho Estadual de Alimentação Escolar;
- Conselho Estadual de Saúde;
- Conselho Estadual de Trânsito de Goiás - CETRAN;
- Conselho Estadual de Segurança Pública;
- Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia - CODEMETRO;
- Conselho Estadual das Cidades.

CRIOU :

- O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agropecuário, composto das Câmaras Temáticas de Desenvolvimento Rural Sustentável,

Saúde Animal e Inspeção Agropecuária e de Agrotóxico;

- O Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEG -, composto das Câmaras Temáticas de Ciência e Tecnologia e de Meteorologia;
- O Conselho Estadual de Mineração, Recursos Minerais e Geologia, composto das Câmaras Temáticas Fomento à Mineração e de Geologia e Recursos Naturais;
- O Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado - PRODUZIR - e FOMENTAR, composto das Câmaras Temáticas de FCO, de PRODUZIR, de FOMENTAR e de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços;
- O Conselho Estadual de Trabalho e Cooperativismo e da Economia Solidária, composto pelas Câmaras Temáticas de Trabalho, de Cooperativismo e de Economia Solidária;
- O Conselho Estadual de Direitos Humanos e Combate ao Preconceito, composto das Câmaras Temáticas de LGBTTT, da Igualdade Racial e de Direitos Humanos;
- O Conselho Estadual de Esporte e Lazer, composto das Câmaras Temáticas de PROESPORTE e Desporto e Lazer;
- O Conselho Estadual de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, composto pelas Câmaras Temáticas de Saneamento, de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos.

REMANEJOU :

- Fica remanejado da Secretaria da Mulher do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho para a Secretaria da Saúde o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas;
- Fica remanejado da Secretaria da Mulher do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho para a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária o Conselho Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Estado de Goiás - CODEL/PROVITA-GO.

■ DECRETO Nº 8.859, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016.

SUBMETIDA A LIQUIDAÇÃO :

- É submetida a processo de liquidação ordinária a Indústria Química do

Estado de Goiás - IQUEGO.

■ LEI Nº 19.611, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

JURISDICIONOU :

- Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás - GOIÁS PARCERIAS e Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás - PREVCOM na Secretaria de Estado da Fazenda.

■ LEI Nº 19.621, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

CRIOU :

- Gabinete de Assuntos Estratégicos e o Conselho Estadual de Assuntos Estratégicos, na Governadoria;
- a Diretoria de Atendimento Institucional e Infraestrutura no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN;
- Diretoria de Investimentos na GOIÁS PREVIDÊNCIA -GOIASPREV.

■ LEI Nº 19.659, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

TRANSFERIU :

- Secretaria Executiva do Conselho de Gestão é transferida para o Conselho Deliberativo do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO.

■ LEI Nº 19.661, DE 06 DE JUNHO DE 2017.

CRIOU :

- Secretaria Executiva no Conselho Estadual da Juventude da Secretaria do Governo e no Conselho de Gestão da Agência Goiana de Transportes e Obras;
- Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR;
- Conselho Deliberativo do Fundo de Participação e Fomento à Indústria-

lização do Estado de Goiás - FOMENTAR;

- Conselho Superior de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços do Estado de Goiás.

D E N O M I N O U :

- Conselho Estadual de Desenvolvimento do Estado - PRODUZIR e FOMENTAR passa a denominar-se Conselho de Desenvolvimento do Estado -CDE/FCO da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação.

E X T I N G U I U :

- Ficam extintas as Câmaras Temáticas de FCO, de PRODUZIR, de FOMENTAR e de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços.

■ **LEI Nº 19.677, DE 13 DE JUNHO DE 2017.**

I N S T I T U I U :

- Fundo Constitucional de Transportes - FCT, na Agência Goiana de Transportes e Obras -AGETOP.

■ **LEI Nº 19.679, DE 13 DE JUNHO DE 2017.**

C R I O U :

- Na estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 40 unidades básicas de Coordenadoria Regional de Educação e a Superintendência de Coordenação dos Colégios Militares.

D E N O M I N O U :

- Na estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, a Gerência de Avaliação e Desenvolvimento de Pessoal passa a denominar-se Superintendência de Recursos Humanos.

■ **DECRETO Nº 8.948, DE 05 DE MAIO DE 2017.**

I N S T I T U I U :

- Fica instituído, junto ao Gabinete do Governador, o Conselho Consultivo de Competitividade e Inovação do Estado de Goiás, órgão integrante do Programa Goiás Mais Competitivo e Inovador.

■ **DECRETO Nº 8.951, DE 15 DE MAIO DE 2017.**

I N S T I T U I U :

- Fica instituído, junto ao Gabinete do Governador, o Conselho Executivo de Gestão e Governança Estratégica do Estado de Goiás, órgão consultivo e deliberativo do Programa Goiás Mais Competitivo e Inovador.

■ **LEI Nº 19.718, DE 07 DE JULHO DE 2017.**

C R I O U :

- As Secretarias Executivas do Conselho Penitenciário e do Conselho Estadual de Saúde;
- O Conselho de Gestão da Goiás Turismo -Agência Estadual de Turismo.

■ **LEI Nº 19.720, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

C R I O U :

- Fica criada, na estrutura organizacional da Agência Goiana de Transportes e Obras unidade básica denominada Diretoria de Fiscalização e Monitoramento de Obras.

■ **LEI Nº 19.728, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

C R I O U :

- Na estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:
- Superintendência de Infraestrutura;
- Superintendência de Integração Tecnológica da Informação;
- Superintendência de Gestão.

EXCLUIU :

Na estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

- Superintendência de Programas Educacionais Especiais;
- Superintendência de Acompanhamento dos Programas Institucionais;
- Superintendência de Coordenação dos Colégios Militares;
- Superintendência de Recursos Humanos.

TRANSFERIU :

- A Superintendência de Patrimônio Histórico e Artístico para Núcleo de Incentivo à Cultura;
- A Superintendência de Orquestra Filarmônica de Goiás para Núcleo de Eventos Culturais e Salas de Espetáculos.

DENOMINOU :

Na estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

- Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação para Superintendência de Gestão Pedagógica;
- Superintendência Administrativa de Atividades Culturais para Superintendência de Atividades Culturais.

■ LEI Nº 19.737, DE 17 DE JULHO DE 2017.

TRANSFORMOU :

Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda:

- A Superintendência da Receita, em Superintendência Executiva da Receita Estadual.

CRIOU :

Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Fazenda:

- A Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo dos Índices de Participação dos Municípios -COÍNDICE/ICMS;
- A Assessoria de Representação no CONFAZ e Relações Federativas;
- As Superintendências de Recuperação de Créditos, de Informações Fiscais, de Política Tributária e de Controle e Fiscalização;
- A Superintendência Executiva da Dívida Pública, Contabilidade e Tesouro.

■ LEI Nº 19.856, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

CRIOU :

Adida à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento:

- A Promotoria de Liquidação - PROLIQUIDAÇÃO, integrada por um Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico-Operacional e um Chefe de Gabinete.

■ DECRETO Nº 9.069, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017.

REGULAMEN TOU :

- O serviço de contabilidade públicas nos órgãos e nas entidades do Estado de Goiás

■ LEI Nº 19.865, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017.

CRIOU :

Na estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

- Superintendência de Preservação de Patrimônio Cultural;
- Superintendência de Segurança Escolar e Colégio Militar;
- Superintendência de Inclusão.

Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação:

- Superintendência de Economia Criativa e Solidária.

Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Governo:

- 6 cargos de Assessor Técnico.

TRANSFERIU :

- O Conselho de Excelência das Unidades Públicas Hospitalares Gerenciadas por Organizações Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil para a Secretaria de Estado da Saúde.

■ **DECRETO Nº 9.081, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017.**

I N S T I T U I U :

- Fica instituído, junto à Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, o Observatório Social de Goiás.

■ **DECRETO Nº 9.093, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.**

R E G U L A M E N T O U :

- A Promotoria de Liquidação - PROLIQUIDACÃO

■ **DECRETO Nº 9.098, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

R E V I G O R O U :

- O Conselho Estadual de Mineração, Recursos Minerais e Geologia - COMGEO.

■ **LEI Nº 19.895 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.**

C R I O U :

- O Fundo Estadual da Educação Infantil

■ **LEI Nº 19.907 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.**

C R I O U :

Ficam criadas, na estrutura organizacional da Delegacia-Geral da Polícia Civil:

- A Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Rurais -DERCR- e a Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Cibernéticos -DERCC, com subordinação direta à Superintendência de Polícia Judiciária;
- A Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência -DEAPD- de Goiânia, subordinada à 1ª Regional da Polícia Civil de Goiânia, a Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência -DEAPD- de Anápolis, subordinada à 3ª Regional da Polícia Civil de Anápolis,

e a Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência -DEAPD- e a Delegacia Especializada no Atend. ao Idoso -DEAI de Ap.de Goiânia ambas subordinadas à 2ª Reg. da Polícia Civil de Ap.de Goiânia.

■ **LEI Nº 19.962, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.**

D E N O M I N O U :

- A Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária passa a denominar-se Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- A Superintendência Executiva de Administração Penitenciária passa a denominar-se Diretoria-Geral de Administração Penitenciária;
- O Núcleo Administrativo passa a integrar o Gab. do Diretor-Geral de Adm. Penitenciária, com a denominação de Núcleo de Gestão e Finanças.

T R A N S F E R I U :

- O Conselho Penitenciário com a respectiva Secretaria Executiva e o correspondente cargo em comissão de direção superior, bem como o Fundo Penitenciário Estadual são transferidos para a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária;
- A Superintendência de Reintegração Social e Cidadania e a Superintendência de Segurança Penitenciária, juntamente com suas estruturas complementares, da Secretaria de Segurança Pública para a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária;

C R I O U :

- Fica criada na estrutura organizacional da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária o cargo de Assessor Técnico; uma Diretoria-Geral Adjunta, uma Advocacia Setorial e uma Comunicação Setorial.

T R A S N F O R M O U :

- Os cargos de Supervisor Administrativo Prisional, Supervisor de Unidade Prisional e Coordenador de Unidade Prisional em Diretor de Unidade Especial, Diretor de Unidade Regional, Diretor de Unidade, Supervisor de Segurança e Supervisor Administrativo de Cartório, Integração Social, Cadastro e Controle de Vaga na Diretoria-Geral de Adm. Penitenciária.



Relação Cronológica da Legislação Referente à Reforma Administrativa

2015 - 2018

LEIS

Lei nº 18.933, de 16 de julho de 2015.	Altera a Lei nº 13.591, de 18 de janeiro de 2000, que institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.
Lei nº 18.934, de 16 de julho de 2015.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, nas partes que especifica e dá outras providências.
Lei nº 18.956, de 16 de julho de 2015.	Autoriza o Poder Executivo a alienar ações da CELG Distribuição S.A. - CELG D -, e dá outras providências.
Lei nº 18.967, de 22 de julho de 2015.	Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências.
Lei nº 18.968, de 22 de julho de 2015.	Institui as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações -JARI-, vinculadas ao Departamento Estadual de Trânsito -DETRAN-GO-, e dá outras providências.
Lei nº 18.971, de 23 de julho de 2015.	Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual de Goiás.
Lei nº 18.990, de 27 de agosto de 2015.	Altera dispositivos da Lei nº 11.549, de 16 de outubro de 1991. (Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Lei nº 19.020, de 30 de setembro de 2015.	Retifica o Protocolo de Intenções para constituição de consórcio interestadual destinado a promover o desenvolvimento da Região do Brasil Central.
Lei nº 19.030, de 05 de outubro de 2015.	Altera a Lei nº 16.536, de 12 de maio de 2009, que institui o Fundo Penitenciário Estadual -FUNPES-, e dá outras providências.
Lei nº 19.064, de 14 de outubro de 2015.	Dispõe sobre nova denominação da Companhia de Distritos Industriais de Goiás -GOIAS-INDUSTRIAL-, altera seus objetivos e dá outras providências.
Lei nº 19.069, de 22 de outubro de 2015.	Introduz alterações e acréscimos na Lei nº 11.180, de 19 de abril de 1990, e revoga dispositivo da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1998. (Fundo de Participação e Fomento do Estado de Goiás).
Lei nº 19.071, de 22 de outubro de 2015.	Dispõe sobre a criação do Fundo Especial de Esporte e Lazer -Fundo de Esporte- e dá outras providências.
Lei nº 19.088, de 04 de novembro de 2015.	Introduz alteração no Anexo I da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.
Lei nº 19.156, de 29 de dezembro de 2015.	Promove acréscimos e alterações na Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988.
Lei nº 19.158, de 29 de dezembro de 2015.	Introduz alterações na Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.

Lei nº 19.170, de 29 de dezembro de 2015.	Dispõe sobre alterações na Lei nº 11.075, de 19 de dezembro de 1989. (Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia).	Lei nº 19.261, de 19 de abril de 2016.	Altera a Lei nº 14.469/03, que institui o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS, e a Lei nº 18.360/13, que prorroga o prazo de fruição dos incentivos dos Programas FOMENTAR e PRODUZIR.
Lei nº 19.195, de 07 de janeiro de 2016.	Institui o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Tesouro Estadual - FUNEFTE.	Lei nº 19.265, de 26 de abril de 2016.	Altera as Leis que especifica, quanto ao Controle Interno do Poder Executivo, e dá outras providências. (Ficam promovidas alterações na organização administrativa da Controladoria-Geral do Estado).
Lei nº 19.196, de 07 de janeiro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 19.274, de 28 de abril de 2016.	Cria a graduação de Soldado de 3ª Classe na Carreira de Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e altera dispositivos das leis que especifica.
Lei nº 19.218, de 11 de janeiro de 2016.	Altera dispositivos da Lei nº 14.910, de 11 de agosto de 2004. (Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Desestatização).	Lei nº 19.275, de 28 de abril de 2016.	Cria os cargos de Escrivão de Polícia Substituto e Agente de Polícia Substituto nas respectivas carreiras da Delegacia-Geral da Polícia Civil e altera a Lei nº 16.901, de 26 de janeiro de 2010.
Lei nº 19.220, de 11 de janeiro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 19.276, de 02 de maio de 2016.	Altera a Lei nº 10.067, de 30 de junho de 1986, que institui o Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria-Geral do Estado (FUNPROGE).
Lei nº 19.237, de 06 de abril de 2016.	Altera a denominação da unidade administrativa básica que especifica, da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.	Lei nº 19.285, de 04 de maio de 2016.	Promove alterações na organização administrativa da Universidade Estadual de Goiás.
Lei nº 19.247, de 13 de abril de 2016.	Altera dispositivo da Lei nº 15.109, de 02 de fevereiro de 2005. (Conselho Estadual de Cooperativismo -CECOOP).		
Lei nº 19.260, de 15 de abril de 2016.	Promove alterações na organização administrativa do Poder Executivo.		

Lei nº 19.286, de 04 de maio de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.
Lei nº 19.308, de 17 de maio de 2016.	Cria os Colégios da Polícia Militar de Goiás -CPMGO-, por transformação das Escolas Estaduais locais que menciona, e dá outras providências.
Lei nº 19.329, de 03 de junho de 2016.	Institui o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa -CEDPI/GO- e o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa -FEDPI/GO- e dá outras providências.
Lei nº 19.352, de 21 de junho de 2016.	Altera a Lei nº 17.297, de 26 de abril de 2011. (Fundo de Transportes - FT -).
Lei nº 19.357, de 21 de junho de 2016.	Dispõe sobre a instituição, competência, composição e estruturação do Conselho Estadual de Economia Solidária - CEES e dá outras providências.
Lei nº 19.376, de 30 de junho de 2016.	Dispõe sobre a autonomia da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER.
Lei nº 19.383, de 07 de julho de 2016.	Promove alterações na organização administrativa do Poder Executivo.
Lei nº 19.390, de 07 de julho de 2016.	Promove alterações na organização administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária e dá outras providências.

Lei nº 19.416, de 22 de julho de 2016.	Introduz alterações nos dispositivos que menciona da Lei nº 16.384, de 27 de novembro de 2008, modificada posteriormente, e dá outras providências. (Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás).
Lei nº 19.438, de 30 de agosto de 2016.	Promove alterações na organização administrativa da Procuradoria-Geral do Estado.
Lei nº 19.442, de 30 de agosto de 2016.	Cria as unidades administrativas básica e complementares e os correspondentes cargos de provimento em comissão que especifica, no Gabinete de Gestão do Centro Cultural Oscar Niemeyer, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.
Lei nº 19.445, de 08 de setembro de 2016.	Altera a Lei nº 19.179, de 29 de dezembro de 2015, que institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de Goiás, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o art. 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências.
Lei nº 19.465, de 27 de outubro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.

Lei nº 19.467, de 27 de outubro de 2016.	Promove alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento e dá outras providências.	Lei nº 19.492, de 10 de novembro de 2016.	Promove alterações na estrutura administrativa da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER.
Lei nº 19.468, de 27 de outubro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.	Lei nº 19.493, de 18 de novembro de 2016.	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.
Lei nº 19.470, de 27 de outubro de 2016.	Introduz acréscimos ao art. 10 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Estado de Goiás, baixado pela Lei nº 11.416, de 05 de fevereiro de 1991.	Lei nº 19.494, de 18 de novembro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, nas partes que especifica e dá outras providências.
Lei nº 19.475, de 03 de novembro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo.	Lei nº 19.512, de 02 de dezembro de 2016.	Dispõe sobre a criação, na Polícia Militar do Estado de Goiás, do Batalhão que especifica e dá outras providências.
Lei nº 19.477, de 03 de novembro de 2016.	Altera as Leis nºs 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, e 13.909, de 25 de setembro de 2001, e dá outras providências.	Lei nº 19.515, de 02 de dezembro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo.
Lei nº 19.481, de 10 de novembro de 2016.	Altera as Leis nºs 17.257, de 25 de janeiro de 2011, 13.802, de 19 de janeiro de 2001, e 19.260, de 15 de abril de 2016.	Lei nº 19.524, de 08 de dezembro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo.
Lei nº 19.488, de 10 de novembro de 2016.	Promove alterações na estrutura administrativa do Departamento Estadual de Trânsito.	Lei nº 19.525, de 13 de dezembro de 2016.	Cria o Núcleo Jurídico de Ações Ordinárias e o Núcleo Jurídico de Mandados de Segurança, vinculados à Advocacia Setorial, na estrutura complementar da Secretaria de Estado da Saúde.
Lei nº 19.489, de 10 de novembro de 2016.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências, na parte que especifica.		

Lei nº 19.538, de 14 de dezembro de 2016.	Promove alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária.
Lei nº 19.550, de 15 de dezembro de 2016.	Institui o serviço de contabilidade pública nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo e altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.
Lei nº 19.568, de 27 de dezembro de 2016.	Confere nova redação ao dispositivo que especifica da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.
Lei nº 19.574, de 29 de dezembro de 2016.	Dispõe sobre extinção de cargos em comissão, alteração de leis e dá outras providências com vistas à implementação do novo regime fiscal a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017.
Lei nº 19.576, de 06 de janeiro de 2017.	Institui o Fundo de Incentivo à Cultura da Soja - FICS - e dá outras providências.
Lei nº 19.578, de 06 de janeiro de 2017.	Dispõe sobre a criação dos Colégios da Polícia Militar de Goiás que especifica.
Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017.	Estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da Administração Pública Estadual.
Lei nº 19.598, de 13 de fevereiro de 2017.	Altera a Lei nº 16.333, de 26 de agosto de 2008, que institui a Política Estadual de Educação Alimentar e Nutricional.

Lei nº 19.611, de 24 de março de 2017.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo.
Lei nº 19.621, de 07 de abril de 2017.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, na parte que especifica e dá outras providências.
Lei nº 19.636, de 04 de maio de 2017.	Altera dispositivos da Lei nº 19.179, de 29 de dezembro de 2015. (Previdência complementar no âmbito do Estado de Goiás).
Lei nº 19.651 de 12 de maio de 2017.	Dispõe sobre a criação de Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás -CPMG- em Pirenópolis, por transformação do Colégio Estadual Comendador CHRISTÓVAM DE OLIVEIRA, e dá outras providências.
Lei nº 19.656, de 31 de maio de 2017.	Promove alterações na estrutura administrativa da Goiás Previdência -GOIASPREV- e dá outras providências.
Lei nº 19.657, de 01 de junho de 2017.	Cria a unidade de educação profissional e tecnológica que especifica e altera dispositivo da Lei nº 18.931, de 08 de julho de 2015.
Lei nº 19.659, de 01 de junho de 2017.	Dispõe sobre os cargos em comissão que especifica. (Criação de cargos e unidades básicas no estado).
Lei nº 19.661, de 06 de junho de 2017.	Promove alterações na estrutura administrativa da Agência Goiana de Transportes e Obras e dá outras providências.

Lei nº 19.663, de 09 de junho de 2017.	Institui jetom para servidores que prestam serviços no Departamento Estadual de Trânsito -DETRAN- e integram comissão examinadora de trânsito.	Lei nº 19.720, de 10 de julho de 2017.	Cria a unidade administrativa básica e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Agência Goiana de Transportes e Obras, e dá outras providências.
Lei nº 19.677, de 13 de junho de 2017.	Institui o Fundo Constitucional de Transportes - FCT - e dá outras providências.	Lei Complementar nº 130, de 11 de julho de 2017.	Dispõe sobre a Reorganização da Defensoria Pública do Estado de Goiás, estabelece atribuições e o funcionamento de seus órgãos e unidades, e dispõe sobre a Carreira de seus membros, observadas as regras gerais previstas na Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e suas alterações, bem como as regras atinentes previstas na Constituição Federal e dá outras providências.
Lei nº 19.679, de 13 de junho de 2017.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.	Lei nº 19.728, de 13 de julho de 2017.	Promove alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte e dá outras providências.
Lei nº 19.684, de 21 de junho de 2017.	Institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura em Goiás -CEPCT/GO- e dá outras providências.	Lei nº 19.731, de 13 de julho de 2017.	Altera a Lei nº 17.090, de 02 de julho de 2010, e dá outras providências. (Altera quantitativo de cargos na Sec. de Segurança Pública).
Lei nº 19.687, de 22 de junho de 2017.	Cria os Centros de Ensino em Período Integral, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, e dá outras providências.	Lei nº 19.737, de 17 de julho de 2017.	Altera as Leis nºs 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e 13.266, de 16 de abril de 1998, e dá outras providências.
Lei nº 19.700 de 23 de junho de 2017.	Institui as bases do Programa Goiás Sem Fronteiras (PGSF) e dá outras providências.	Lei nº 19.739, de 17 de julho de 2017.	Introduz acréscimos ao Anexo III e ao art. 13 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências.
Lei nº 19.702 de 23 de junho de 2017.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, nas partes que especifica e dá outras providências.		
Lei nº 19.718, de 07 de julho de 2017.	Dispõe sobre acréscimos de quantitativos e criação dos cargos em comissão e da unidade administrativa que especifica. (Altera a estrutura administrativa básica da Secretaria da Saúde, Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária e da Agência Goiana de Turismo).		

Lei nº 19.761, de 18 de julho de 2017.	Altera a Lei nº 14.186, de 27 de junho de 2002, que institui o incentivo Apoio ao Comércio Exterior no Estado de Goiás - COMEXPRODUZIR.	Lei Complementar nº 134, de 24 de novembro de 2017	Altera a Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009, e dá outras providências. (Promove alterações na GOIASPREV).
Lei nº 19.844, de 25 de setembro de 2017.	Introduz alteração na Lei nº 18.971, de 23 de julho de 2015, que dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual de Goiás.	Lei nº 19.895 de 07 de dezembro de 2017.	Cria o Fundo Estadual da Educação Infantil e dá outras providências.
Lei nº 19.856, de 09 de outubro de 2017.	Altera a Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e dá outras providências. (Cria Promotoria de Liquidação-PROLIQUIDAÇÃO).	Lei nº 19.905, de 14 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre a criação, na Gerência de Fiscalização e de Aplicação de Penalidades da Diretoria de Operações do Departamento Estadual de Trânsito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, dos órgãos colegiados de deliberação coletiva que especifica, e dá outras providências.
Lei nº 19.865, de 16 de outubro de 2017	Introduz alterações na organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. (Promove alterações na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Casa Civil, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria de Estado de Governo e Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos).	Lei nº 19.907 de 14 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre a criação da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Rurais -DERCR-, da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Cibernéticos -DERCC-, da Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência de Goiânia -DEAPD-, da Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência de Anápolis -DEAPD-, da Delegacia Especializada no Atendimento à Pessoa com Deficiência de Aparecida de Goiânia -DEAPD-, da Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso de Aparecida de Goiânia -DEAI-, e dá outras providências.
Lei nº 19.879, de 30 de outubro de 2017	Cria a unidade administrativa complementar e o correspondente cargo de provimento em comissão que especifica, na Agência Goiana de Transportes e Obras e dá outras providências.	Lei nº 19.910 de 14 de dezembro de 2017.	Altera dispositivo da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011 (Iquego).
Lei nº 19.880, de 1º de novembro de 2017	Altera a Lei nº 14.050, de 21 dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação, instalação e transferência de unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências.	Lei nº 19.951, de 29 de dezembro de 2017.	Institui o programa de auxílio-alimentação nos órgãos e nas entidades que especifica.

Lei nº 19.956, de 29 de dezembro de 2017.	Promove alterações na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação e dá outras providências.
Lei nº 19.962, de 03 de janeiro de 2018.	Introduz alterações na estrutura básica e complementar da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, altera a sua denominação para Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências.

DECRETOS

Decreto nº 8.307, de 08 de janeiro de 2015.	Introduz alterações nos Decretos nºs 7.792, de 15 de janeiro de 2013, e nº 8.070, de 30 de dezembro de 2013, nº 8.078, de 30 de janeiro de 2014, e dá outras providências. (Fica delegada ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA, competência para, na forma da lei, praticar os seguintes atos, no âmbito daquela Pasta, da Delegacia-Geral da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar).
Decreto nº 8.318, de 09 de fevereiro de 2015.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 7.634, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre a discriminação das Subsecretarias de Educação, de acordo com seus portes e respectivas jurisdições, e dá outras providências.
Decreto nº 8.321, de 19 de fevereiro de 2015.	Introduz no Decreto nº 8.307, de 08 de janeiro de 2015, o acréscimo que especifica. (Fica delegada ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA, competência para, na forma da lei, praticar os seguintes atos, no âmbito daquela Pasta, da Delegacia-Geral da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar).

Decreto nº 8.323, de 27 de fevereiro de 2015.	Regulamenta o Grupo Executivo de Comunicação -GECOM- e o Fundo Especial de Comunicação, criados nos termos dos arts. 14 e 16 da Lei nº 18.746, de 29 de dezembro de 2014.
Decreto nº 8.337, de 06 de março de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013, e no Decreto nº 8.037, de 18 de novembro de 2013. (Reorganiza e sistematiza as unidades administrativas finalísticas complementares descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde).
Decreto nº 8.353, de 30 de abril de 2015.	Acrescenta dispositivo ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás e ao Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.
Decreto nº 8.354, de 30 de abril de 2015.	Altera o Regulamento do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás -IPASGO-, aprovado pelo Decreto nº 7.456, de 08 de setembro de 2011.
Decreto nº 8.355, de 30 de abril de 2015.	Altera o Regulamento da Defensoria Pública do Estado de Goiás, aprovado pelo Decreto nº 7.636, de 05 de junho de 2012.
Decreto nº 8.358, de 08 de maio de 2015.	Delega ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos competência para a prática do ato que especifica.

Decreto nº 8.361, de 20 de maio de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 4.713, de 24 de setembro de 1996, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado de Goiás.
Decreto nº 8.364, de 20 de maio de 2015.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado do Governo e dá outras providências.
Decreto nº 8.369, de 27 de maio de 2015.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 7.963, de 13 de agosto de 2013, que autoriza o Secretário de Estado da Fazenda a praticar os atos que especifica.
Decreto nº 8.375, de 27 de maio de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 4.455, de 23 de maio de 1995, que cria o Conselho Estadual do Trabalho - CET/GO.
Decreto nº 8.377, de 02 de junho de 2015.	Delega competência para o ato que especifica e dá outras providências. (Ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, VILMAR DA SILVA ROCHA).
Decreto nº 8.378, de 02 de junho de 2015.	Dispõe sobre o Programa Governo Junto de Você e dá outras providências.
Decreto nº 8.379, de 02 de junho de 2015.	Introduz alterações nos Decretos nº 8.070, de 30 de dezembro de 2013, e 8.307, de 08 de janeiro de 2015. (Delega competência ao Secretário de Estado da Casa Civil para a prática dos atos que especifica).
Decreto nº 8.381, de 02 de junho de 2015.	Nomeia os Conselheiros do Conselho Estadual da Juventude e dá outras providências.

Decreto nº 8.390, de 10 de junho de 2015.	Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado -CDE-, previsto no item 10 da alínea “n” do Anexo I da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, alterada pelas Leis nºs 18.687 e 18.746, de 03 de dezembro de 2014 e 29 de dezembro de 2014, respectivamente, e dá outras providências.	Decreto nº 8.423, de 04 de agosto de 2015.	Altera dispositivo do Decreto nº 6.956, de 24 de julho de 2009. (Dispõe sobre o Conselho Estadual de Direitos Humanos).
Decreto nº 8.393, de 16 de junho de 2015.	Altera o art. 2º do Decreto nº 5.072, de 09 de julho de 1999, e dá outras providências. (Dispõe sobre as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás).	Decreto nº 8.425, de 04 de agosto de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 7.849, de 20 de março de 2013, que dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRUS.
Decreto nº 8.410, de 16 de julho de 2015.	Aprova o Regulamento do Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás -FREAP/PM- e dá outras providências.	Decreto nº 8.426, de 04 de agosto de 2015.	Altera o Decreto nº 7.674, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre o Comitê de Coordenação da Fiscalização das Parcerias, no âmbito do Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Desestatização.
Decreto nº 8.421, de 04 de agosto de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 6.855, de 31 de dezembro de 2008. (Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, o Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-LGBTB).	Decreto nº 8.430, de 13 de agosto de 2015.	Define os quantitativos das Funções Comissionadas de Coordenador/Supervisor - FCD-1, destinadas ao atendimento dos serviços regionalizados da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. Assuntos Metropolitanos, VILMAR DA SILVA ROCHA).
Decreto nº 8.422, de 04 de agosto de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 7.499, de 30 de novembro de 2011, alterado pelos de nos 7.591, de 03 de abril de 2012, e 8.038, de 18 de novembro de 2013, instituindo o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC - e dando outras providências.	Decreto nº 8.431, de 17 de agosto de 2015.	Aprova o Regulamento da Vice-Governadoria e dá outras providências.
		Decreto nº 8.437, de 21 de agosto de 2015.	Define os quantitativos das Funções Comissionadas de Coordenador/Supervisor-FCD-, destinadas ao atendimento dos serviços regionalizados dos órgãos que especifica, integrantes da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária e dá outras providências.

Decreto nº 8.438, de 21 de agosto de 2015.	Define os quantitativos das Funções Comissionadas de Coordenador/Supervisor -FCD-, destinadas ao atendimento dos órgãos e das entidades que especifica e dá outras providências.
Decreto nº 8.449, de 11 de setembro de 2015.	Introduz alterações no Decreto nº 6.999, de 17 de setembro de 2009, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos).
Decreto nº 8.450, de 11 de setembro de 2015.	Dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm - e dá outras providências.
Decreto nº 8.453, de 17 de setembro de 2015.	Altera o Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013, que reorganiza e sistematiza as unidades administrativas finalísticas complementares descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde, e o Decreto nº 8.037, de 18 de novembro de 2013, que institui a Rede de Hospitais de Urgências e Emergências do Estado de Goiás - Rede HUGO.
Decreto nº 8.456, de 21 de setembro de 2015.	Aprova o Regulamento da Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG - e dá outras providências.
Decreto nº 8.457, de 21 de setembro de 2015.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Casa Civil e dá outras providências.

Decreto nº 8.462, de 25 de setembro de 2015.	Introduz alterações no Regulamento da Controladoria-Geral do Estado, aprovado pelo Decreto nº 7.396, de 07 de Julho de 2011, e dá outras providências.
Decreto nº 8.463, de 29 de setembro de 2015.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - SEGPLAN - e dá outras providências.
Decreto nº 8.477, de 16 de novembro de 2015.	Institui o Conselho Superior de Inovação do Estado de Goiás e dá outras providências.
Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP - e dá outras providências.
Decreto nº 8.490, de 30 de novembro de 2015.	Remaneja as Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar (FCEM) que especifica.
Decreto nº 8.496, de 02 de dezembro de 2015.	Altera o Regulamento da Agência Brasil Central, aprovado pelo Decreto nº 7.420, de 11 de agosto de 2011, e dá outras providências.
Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos -AGR- e dá outras providências.
Decreto nº 8.515, de 23 de dezembro de 2015.	Dá nova denominação à unidade administrativa que especifica. (Na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde).

Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015.	Delega competência ao Secretário de Estado da Casa Civil para a prática dos atos que especifica.	Decreto nº 8.553, de 29 de janeiro de 2016.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA -, aprovado pelo Decreto nº 7.478, de 07 de novembro de 2011.
Decreto nº 8.533, de 13 de janeiro de 2016.	Substitui os Anexos III e IV do Decreto nº 8.437, de 21 de agosto de 2015, e dá outras providências. Define os quantitativos das Funções Comissionadas de Coordenador/ Supervisor-FCD-, destinadas ao atendimento dos serviços regionalizados dos órgãos que especifica, integrantes da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária.	Decreto nº 8.568, de 22 de fevereiro de 2016.	Altera o Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013, com a modificação introduzida pelo Decreto nº 8.453, de 17 de setembro de 2015, relativamente à unidade que especifica. (Reorganiza e sistematiza as unidades administrativas finalísticas complementares descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde).
Decreto nº 8.542, de 20 de janeiro de 2016.	Altera o quantitativo global das Funções Comissionadas de Coordenador/Supervisor - FCD-1 -, destinadas ao atendimento dos serviços regionalizados da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.437, de 21 de agosto de 2015.	Decreto nº 8.569, de 22 de fevereiro de 2016.	Altera dispositivo do Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP.
Decreto nº 8.549, de 29 de janeiro de 2016.	Regulamenta o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Tesouro Estadual - FUNEFTE - instituído pela Lei nº 19.195, de 07 de janeiro de 2016.	Decreto nº 8.578, de 24 de fevereiro de 2016.	Aprova o Regulamento da Agência Brasil Central e dá outras providências.
Decreto nº 8.550, de 29 de janeiro de 2016.	Altera o Regulamento da Secretaria de Estado do Governo, aprovado pelo Decreto nº 8.364, de 20 de maio de 2015.	Decreto nº 8.579, de 24 de fevereiro de 2016.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação e dá outras providências.
Decreto nº 8.551, de 29 de janeiro de 2016.	Altera o Regulamento do Grupo Executivo de Comunicação - GECOM -, aprovado pelo Decreto nº 8.323, de 27 de fevereiro de 2015.	Decreto nº 8.580, de 24 de fevereiro de 2016.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos.

Decreto nº 8.581, de 24 de fevereiro de 2016.	Aprova o Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária -EMATER-, e dá outras providências.	Decreto nº 8.617, de 28 de março de 2016.	Introduz alterações no Decreto nº 5.118, de 17 de setembro de 1999, e no Regimento Interno por ele aprovado, nas partes que especifica. (Dispõe sobre o Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Goiás, altera sua composição e estrutura organizacional, aprova seu regimento interno e dá outras providências).
Decreto nº 8.583, de 29 de fevereiro de 2016.	Introduz alterações no texto do Decreto nº 5.942, de 07 de maio de 2004, e dá outras providências. (Institui o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás e dá outras providências).	Decreto nº 8.620, de 31 de março de 2016.	Revoga o Decreto nº 8.549, de 29 de janeiro de 2016. (Revoga o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Tesouro Estadual).
Decreto nº 8.586, de 02 de março de 2016.	Modifica o Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013. (Reorganiza e sistematiza as unidades administrativas finalísticas complementares descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde).	Decreto nº 8.625, de 07 de abril de 2016.	Altera o Estatuto da Universidade Estadual de Goiás - UEG -, aprovado pelo Decreto nº 7.441, de 08 de setembro de 2011.
Decreto nº 8.588, de 04 de março de 2016.	Delega ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária competência para a prática dos atos que especifica.	Decreto nº 8.632, de 20 de abril de 2016.	Altera o anexo único do decreto nº 7.634, de 05 de junho de 2012, que dispõe sobre a discriminação das subsecretarias regionais de educação, cultura e esporte, de acordo com seus portes e respectivas jurisdições, e dá outras providências.
Decreto nº 8.590, de 09 de março de 2016.	Introduz alteração no Decreto nº 8.588, de 04 de março de 2016. (Delega ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária competência para a prática dos atos que especifica).	Decreto nº 8.644, de 11 de maio de 2016.	Introduz alteração no Decreto nº 8.588, de 04 de março de 2016. (Delega ao Secretário de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária competência para a prática dos atos que especifica).
Decreto nº 8.593, de 09 de março de 2016.	Adequa a nomenclatura das Unidades Complementares Descentralizadas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação que especifica e adota outras providências.	Decreto nº 8.647, de 13 de maio de 2016.	Introduz alterações no art. 6º do Decreto nº 886, de 12 de abril de 1976. (Dispõe sobre promoções dos oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado de Goiás).

Decreto nº 8.651, de 19 de maio de 2016.	Reconduz e nomeia os membros do Conselho Estadual da Juventude e dá outras providências.	Decreto nº 8.707, de 26 de julho de 2016.	Altera o Decreto nº 7.499 de 30 de novembro de 2011, que institui o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC - e dá outras providências.
Decreto nº 8.657, de 30 de maio de 2016.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER -, aprovado pelo Decreto nº 8.581, de 24 de fevereiro de 2016.	Decreto nº 8.709, de 26 de julho de 2016.	Aprova o Estatuto Social da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás - PREVCOM-GO - e dá outras providências.
Decreto nº 8.673, de 17 de junho de 2016.	Delega ao Secretário de Estado de Gestão e Planejamento competência para a prática dos atos que especifica.	Decreto nº 8.713, de 28 de julho de 2016.	Altera dispositivos do Decreto nº 5.101, de 24 de agosto de 1.999. (Cria o Conselho Estadual de Cidadania, fixa a sua competência e dispõe sobre a sua composição).
Decreto nº 8.685, de 30 de junho de 2016.	Dispõe sobre o processo de seleção por capacitação e mérito para o provimento do cargo em comissão de gerente especial e dá outras providências.	Decreto nº 8.731, de 23 de agosto de 2016.	Institui o Programa Goiás Mais Competitivo, o Conselho Executivo e o Conselho de Lideranças Regionais do Estado de Goiás, bem como dispõe sobre a Central de Resultados e dá outras providências.
Decreto nº 8.687, de 05 de julho de 2016.	Transfere unidades administrativas complementares de uma para outra Secretaria de Estado e dá outras providências.	Decreto nº 8.734, de 1º de setembro de 2016.	Altera o Decreto nº 8.685, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o processo de seleção por capacitação e mérito para o provimento do cargo em comissão de Gerente Especial.
Decreto nº 8.688, de 05 de julho de 2016.	Introduz alterações e acréscimos ao texto do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, Regulamento do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás -PROTEGE GOIÁS-, e dá outras providências.	Decreto nº 8.735, de 1º de setembro de 2016.	Altera o Decreto nº 8.089, de 04 de fevereiro de 2014. (Cria o Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes, institui o Fundo Especial de Apoio à Criança e ao Jovem - FCJ- e dá outras providências).
Decreto nº 8.690, de 12 de julho de 2016.	Altera dispositivos do Regimento Interno do Conselho Estadual de Direitos Humanos.	Decreto nº 8.742, de 1º de setembro 2016.	Aprova o Regulamento do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/GO.

Decreto nº 8.746, de 05 de setembro de 2016.	Altera o Regulamento da Agência Brasil Central - ABC -, aprovado pelo Decreto nº 8.578, de 24 de fevereiro de 2016, na parte que especifica.
Decreto nº 8.768, de 03 de outubro de 2016.	Altera o Decreto nº 7.558, de 23 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Conselho Estadual da Juventude - CONJUV - e dá outras providências.
Decreto nº 8.784, de 19 de outubro de 2016.	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 8.477, de 16 de novembro de 2015, e dá outras providências. (Institui o Conselho Superior de Inovação do Estado de Goiás e dá outras providências).
Decreto nº 8.801, de 10 de novembro de 2016.	Estabelece critérios para a indicação de membros do Conselho de Administração de empresas estatais em que o Estado de Goiás seja o acionista controlador e dá outras providências.
Decreto nº 8.808, de 25 de novembro de 2016.	Institui o Sistema Eletrônico de Informações -SEI- e dá outras providências.
Decreto nº 8.809, de 25 de novembro de 2016.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, aprovado pelo Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015.
Decreto nº 8.818, de 29 de novembro de 2016.	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONESAN-GO - e dá outras providências.

Decreto nº 8.840, de 08 de dezembro de 2016.	Introduz modificações no Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI -, da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP -, aprovado pelo Decreto nº 5.915, de 11 de março de 2004.
Decreto nº 8.842, de 08 de dezembro de 2016.	Promove alterações no Decreto nº 8.801, de 10 de novembro de 2016. (Estabelece critérios para a indicação de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal de empresas estatais em que o Estado de Goiás seja o acionista controlador e dá outras providências).
Decreto nº 8.859, de 29 de dezembro de 2016.	Autoriza a prática dos atos que especifica. (É submetida a processo de liquidação ordinária a Indústria Química do Estado de Goiás - IQUEGO).
Decreto nº 8.862, de 06 de janeiro de 2017.	Introduz alterações nos textos do Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR -, aprovado pelo Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000, e do Decreto de 5.515, de 20 de novembro de 2001, que regulamenta o incentivo da Lei nº 13.844, de 1º de junho de 2001, denominado Apoio à Instalação de Central Única de Distribuição de Produtos no Estado de Goiás - CENTROPRODUZIR - e dá outras providências.

Decreto nº 8.869, de 12 de janeiro de 2017.	Institui, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Goiás - SISP/GO.	Decreto nº 8.922, de 22 março de 2017.	Aprova o Regulamento do Fundo de Financiamento do Banco do Povo do Estado de Goiás - FUNBAN.
Decreto nº 8.893, de 17 de fevereiro de 2017.	Delega ao Superintendente Executivo da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, enquanto designado para exercer as atribuições inerentes ao cargo de Secretário de Estado da referida Pasta, competência para a prática dos atos que especifica.	Decreto nº 8.929, de 04 de abril de 2017.	Modifica o Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre as unidades administrativas finalísticas complementares descentralizadas da Secretaria de Estado da Saúde.
Decreto nº 8.895, de 17 de fevereiro de 2017.	Altera a denominação do Programa Goiás Mais Competitivo e institui medidas de priorização dos processos a ele relacionados.	Decreto nº 8.933, de 06 de abril de 2017.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, aprovado pelo Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015.
Decreto nº 8.902, de 24 de fevereiro de 2017.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 8.089, de 04 de fevereiro de 2014. (Institui o Sistema de Atendimento Socioeducativo Estadual e promove a sua regionalização).	Decreto nº 8.934, de 06 de abril de 2017.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SSPAP.
Decreto nº 8.908, de 24 de fevereiro de 2017.	Dispõe sobre a execução do Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás, de que trata o Decreto nº 8.610, de 22 de março de 2016.	Decreto nº 8.935, de 07 de abril de 2017.	Introduz alterações no Regulamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR -, aprovado pelo Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015.
Decreto nº 8.910, de 03 de março de 2017.	Revoga o inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.861, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre medidas de redução de gastos com pessoal.	Decreto nº 8.943, de 24 de abril de 2017.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS.
		Decreto nº 8.948, de 05 de maio de 2017.	Institui o Conselho Consultivo de Competitividade e Inovação e dá outras providências.

Decreto nº 8.951, de 15 de maio de 2017.	Institui o Conselho Executivo de Gestão e Governança Estratégica e dá outras providências.
Decreto nº 8.954, de 23 de maio de 2017.	Altera o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras, aprovado pelo Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015.
Decreto nº 8.957, de 23 de maio de 2017.	Dá nova redação ao § 11 do art. 42 do Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR - baixado pelo Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992.
Decreto nº 8.958 de 23 de maio de 2017.	Introduz alterações no texto do Decreto nº 8.390, de 10 de junho de 2015, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento do Estado -CDE).
Decreto nº 8.960 de 31 de maio de 2017.	Institui e Regulamenta o Programa Goiano de Parques Tecnológicos -PGTec- e dá outras providências.
Decreto nº 8.961 de 31 de maio de 2017.	Dispõe sobre a delegação para a prática do ato que especifica ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação.
Decreto nº 8.973 de 12 de junho de 2017.	Altera o Decreto nº 3.822, de 10 de julho de 1992, Regulamento do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás -FOMENTAR-.

Decreto nº 8.974 de 12 de junho de 2017.	Modifica o Estatuto Social da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás - PREVCOM-GO - e dá outras providências.
Decreto nº 8.975 de 20 de junho de 2017.	Delega competência ao Secretário de Estado da Casa Civil para a prática dos atos que especifica.
Decreto nº 8.976 de 21 de junho de 2017.	Altera o Decreto nº 8.908, de 24 de fevereiro de 2017.
Decreto nº 8.979 de 22 de junho de 2017.	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o triênio 2017-2019, da Superintendência Central de Tecnologia da Informação -SCTI-, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento -SEGPLAN-.
Decreto nº 8.996 de 18 de julho de 2017.	Altera o Anexo Único do Decreto nº 6.883, de 12 de março de 2009, que regulamenta o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás -PROTEGE GOIÁS-, e dá outras providências.
Decreto nº 9.025 de 16 de agosto de 2017.	Altera o Decreto no 7.499, de 30 de novembro de 2011, que institui o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC -, e dá outras providências.
Decreto nº 9.028 de 16 de agosto de 2017.	Introduz alterações no Regulamento da Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER -, aprovado pelo Decreto nº 8.581, de 24 de fevereiro de 2016.

Decreto nº 9.049, de 18 de setembro de 2017.	Altera dispositivo do Decreto nº 8.818, de 29 de novembro de 2016, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONESAN-GO.
Decreto nº 9.055, de 21 de setembro de 2017.	Altera o Decreto nº 5.686, de 02 de dezembro de 2002, regulamento do incentivo Apoio ao Comércio Exterior no Estado de Goiás -COMEXPRODUZIR-, Subprograma do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR.
Decreto nº 9.059, de 28 de setembro de 2017.	Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde.
Decreto nº 9.069, de 10 de outubro de 2017.	Regulamenta o Serviço de Contabilidade Pública nos órgãos e nas entidades do Estado de Goiás.
Decreto nº 9.070, de 16 de outubro de 2017.	Institui o Complexo Estadual de Serviços de Saúde de Goiás e padroniza a nomenclatura dos respectivo equipamentos públicos.
Decreto nº 9.081, de 31 de outubro de 2017	Institui o Observatório Social de Goiás junto à Secretaria de Estado da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho e dá outras providências.
Decreto nº 9.093, de 24 de novembro de 2017	Aprova o Regulamento da Promotoria de Liquidação -PROLIQUIDAÇÃO.

Decreto nº 9.094, de 24 de novembro de 2017.	Altera o Decreto nº 8.463, de 29 de setembro de 2015, que aprova o Regulamento da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e dá outras providências.
Decreto nº 9.098, de 30 de novembro de 2017.	Dispõe sobre o Conselho Estadual de Mineração, Recursos Minerais e Geologia - COMGEO - e dá outras providências.
Decreto nº 9.133, de 09 de janeiro de 2018.	Dispõe sobre a organização administrativa da comunicação da Administração Direta e Indireta do Estado de Goiás e dá outras providências.



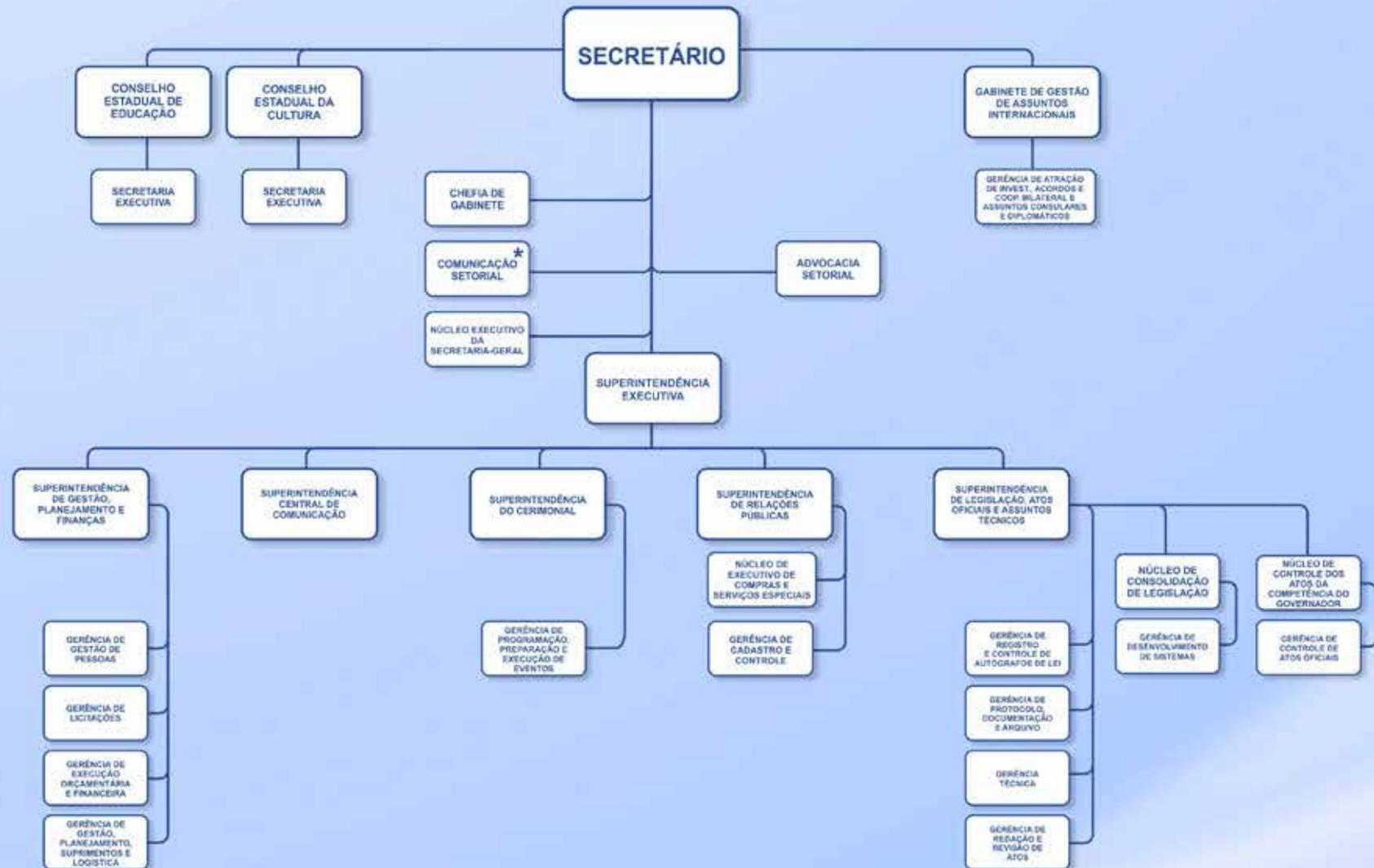


**Estruturas Organizacionais
vigentes da Administração
Direta, Autárquica
e Fundacional**



Administração Direta
Governadoria

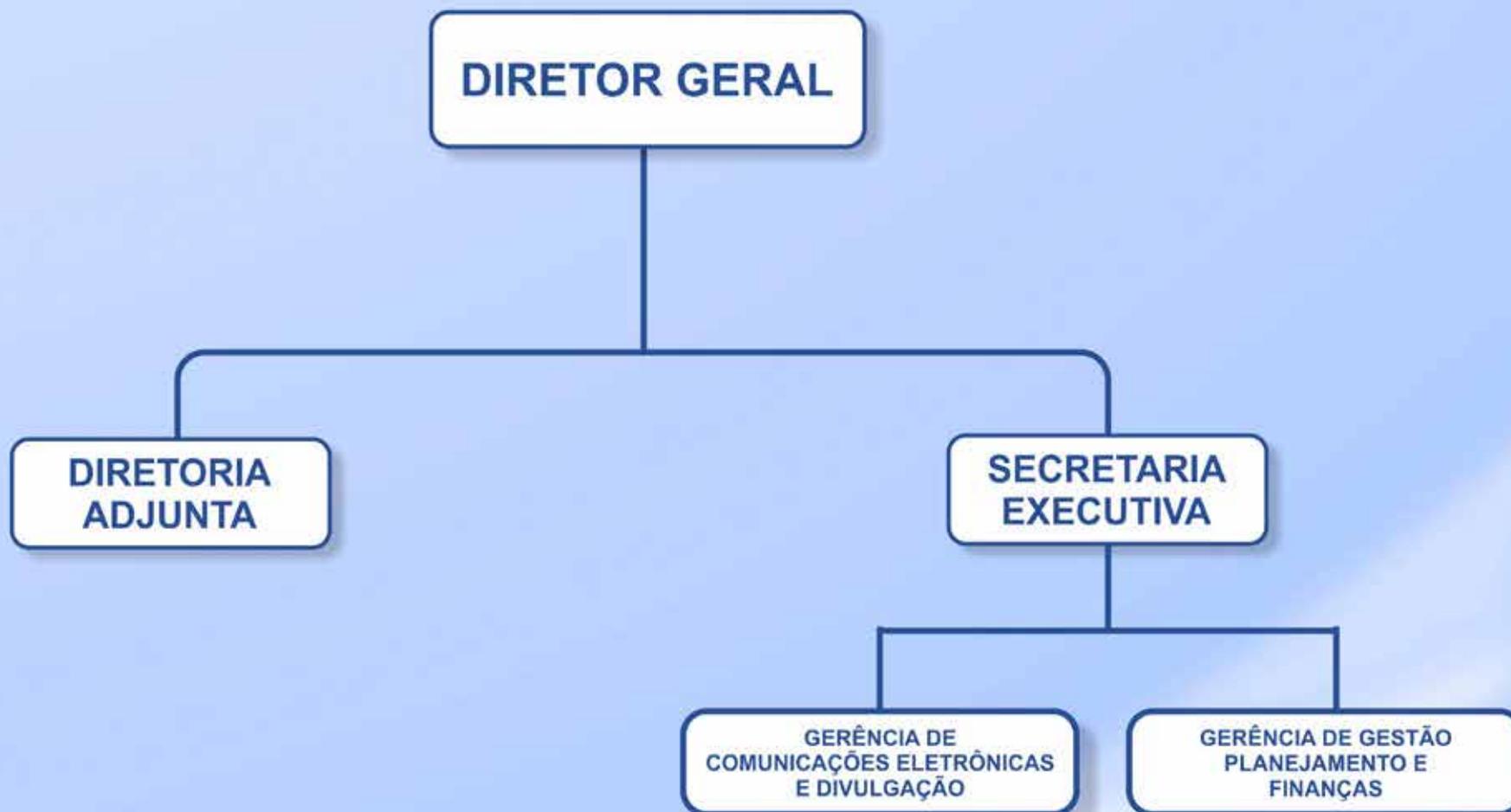
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL



* Subordinada ao Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, conforme Decreto nº 9.133, de 09/01/2018.

GRUPO EXECUTIVO DE COMUNICAÇÃO - GECOM

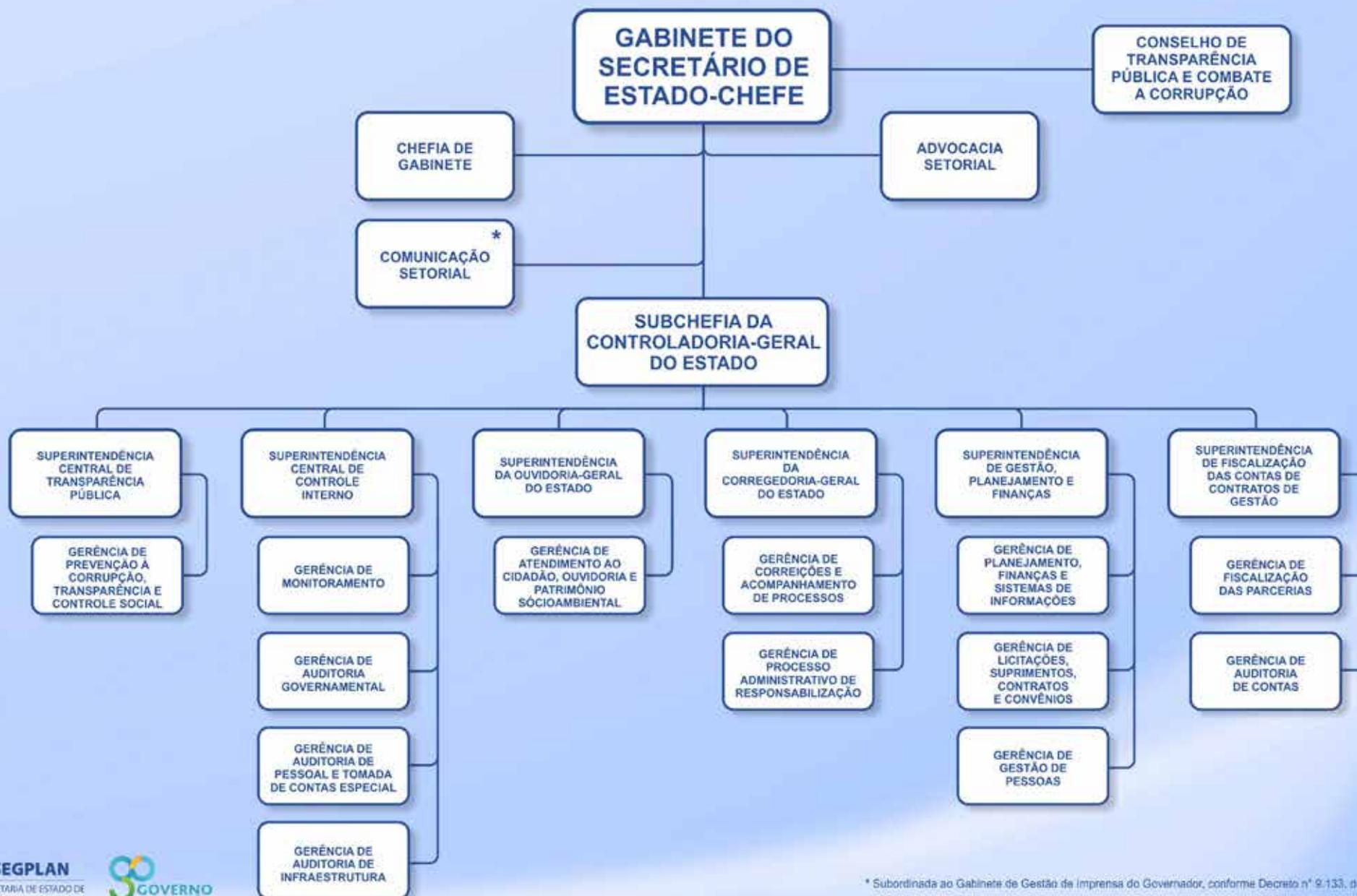
(Vinculado a Secretaria da Casa Civil)



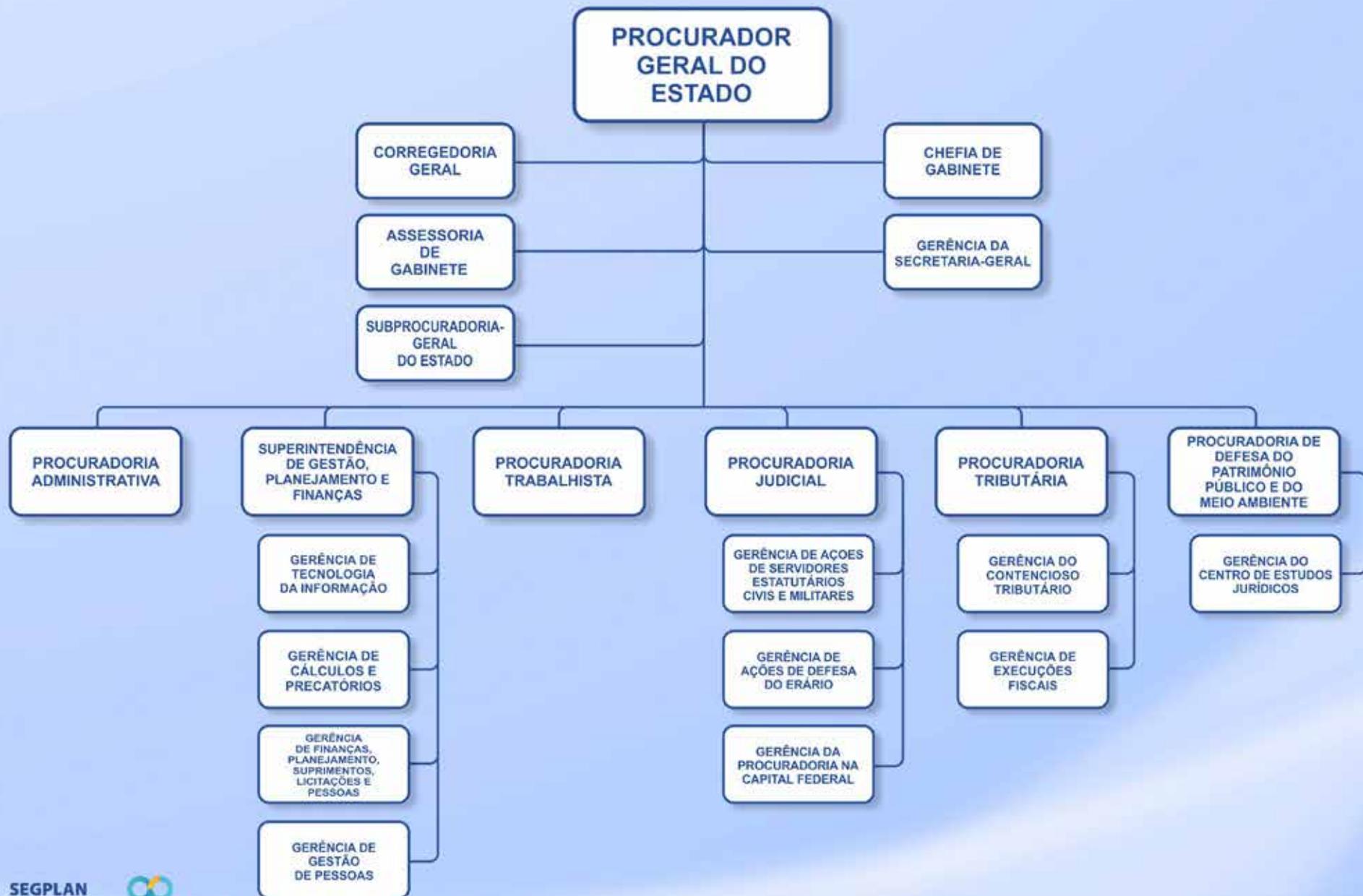
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR



CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS - CGE



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE



SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO - SEGOV



* Subordinada ao Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, conforme Decreto nº 9.133, de 09/01/2018.

VICE-GOVERNADORIA

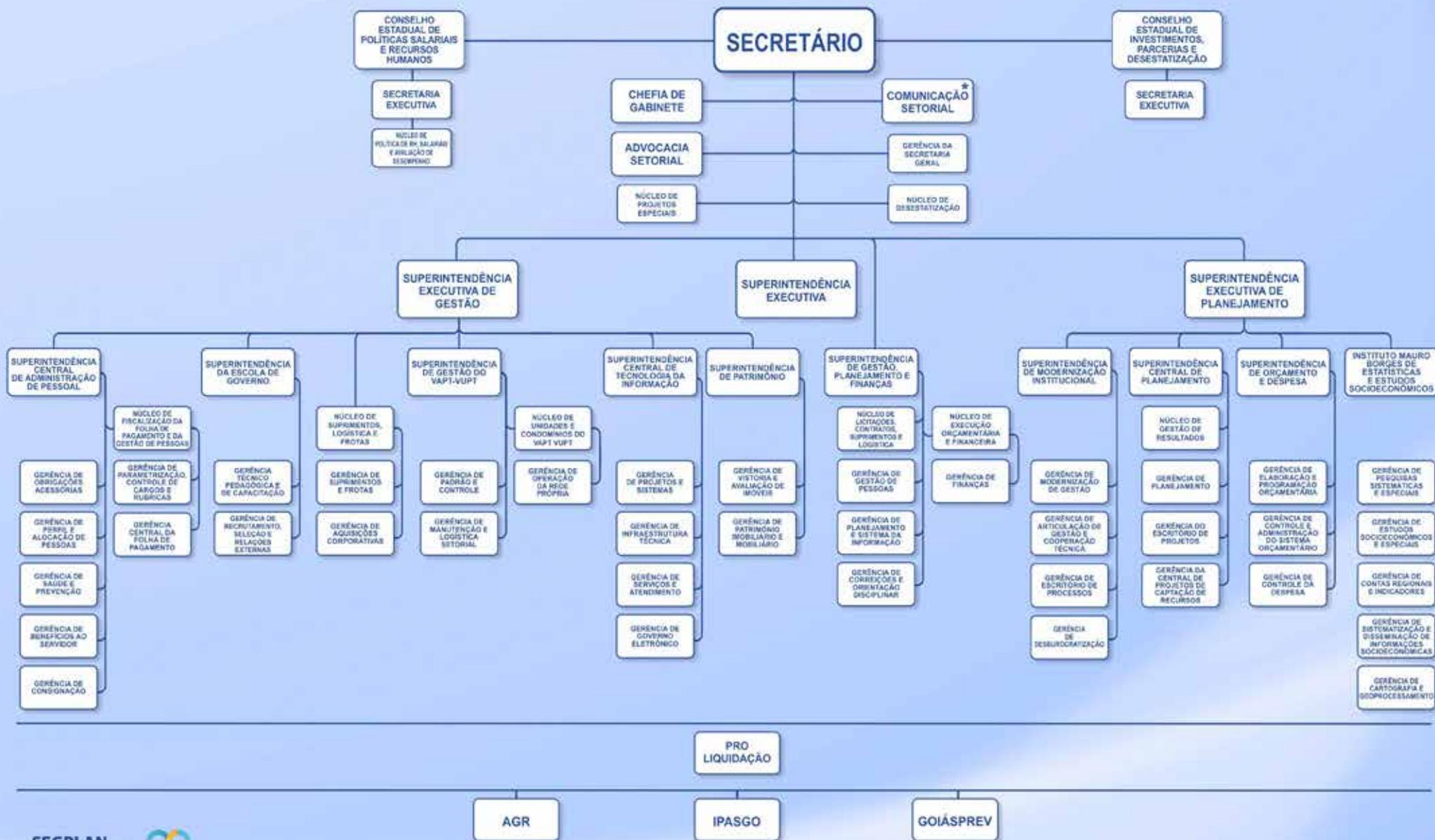


* Subordinada ao Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, conforme Decreto nº 9.133, de 09/01/2018.



Administração Direta
Demais Secretarias

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - SEGPLAN

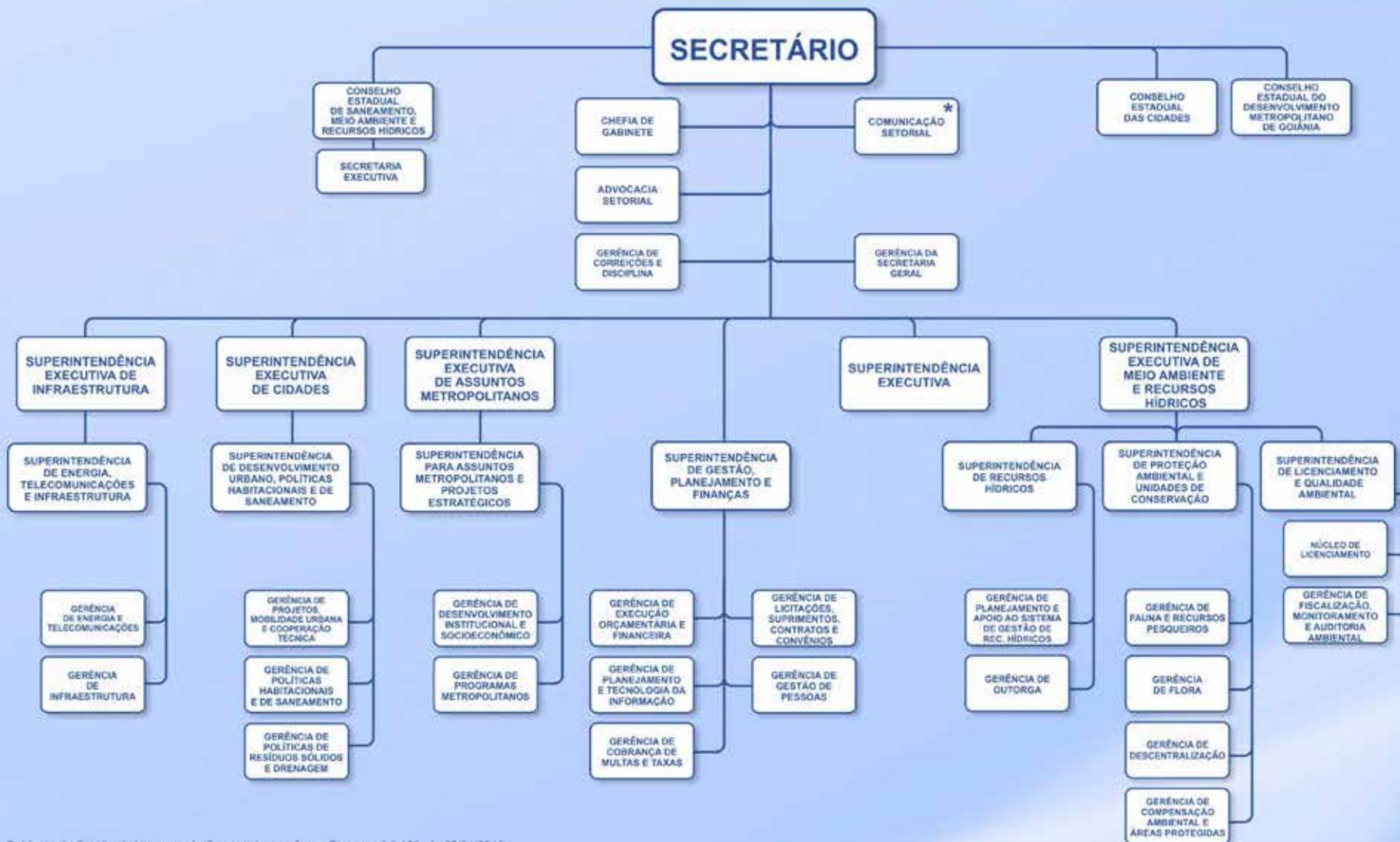


PROMOTORIA DE LIQUIDAÇÃO - PROLIQUIDAÇÃO

(ADIDA À SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO)



SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS - SECIMA



* Subordinada ao Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, conforme Decreto nº 9.133, de 09/01/2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEDUCE

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR



DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL - DGPC



POLÍCIA MILITAR - PM



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - CBM



GRUPO EXECUTIVO DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS - GEED

(VINCULADO À SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE)



GRUPO EXECUTIVO DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE - GECRIA

(VINCULADO À SECRETARIA DA MULHER, DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA IGUALDADE RACIAL, DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO)





Administração Autárquica e Fundacional

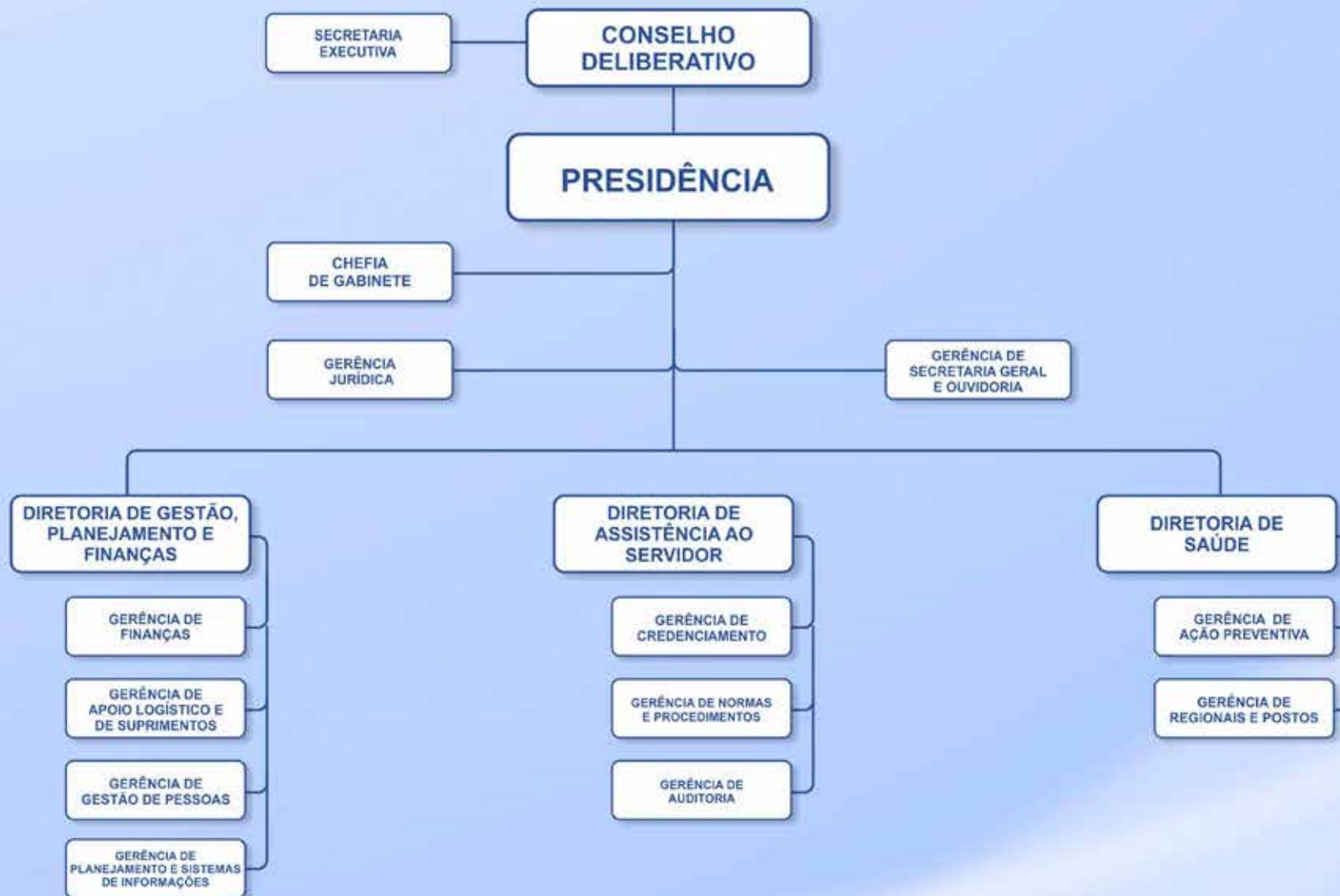
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS - DETRAN



* Subordinada ao Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, conforme Decreto nº 9.133, de 09/01/2018.

JUNTAS ADMINISTRATIVAS DE RECURSOS DE TRÂNSITO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS - IPASGO



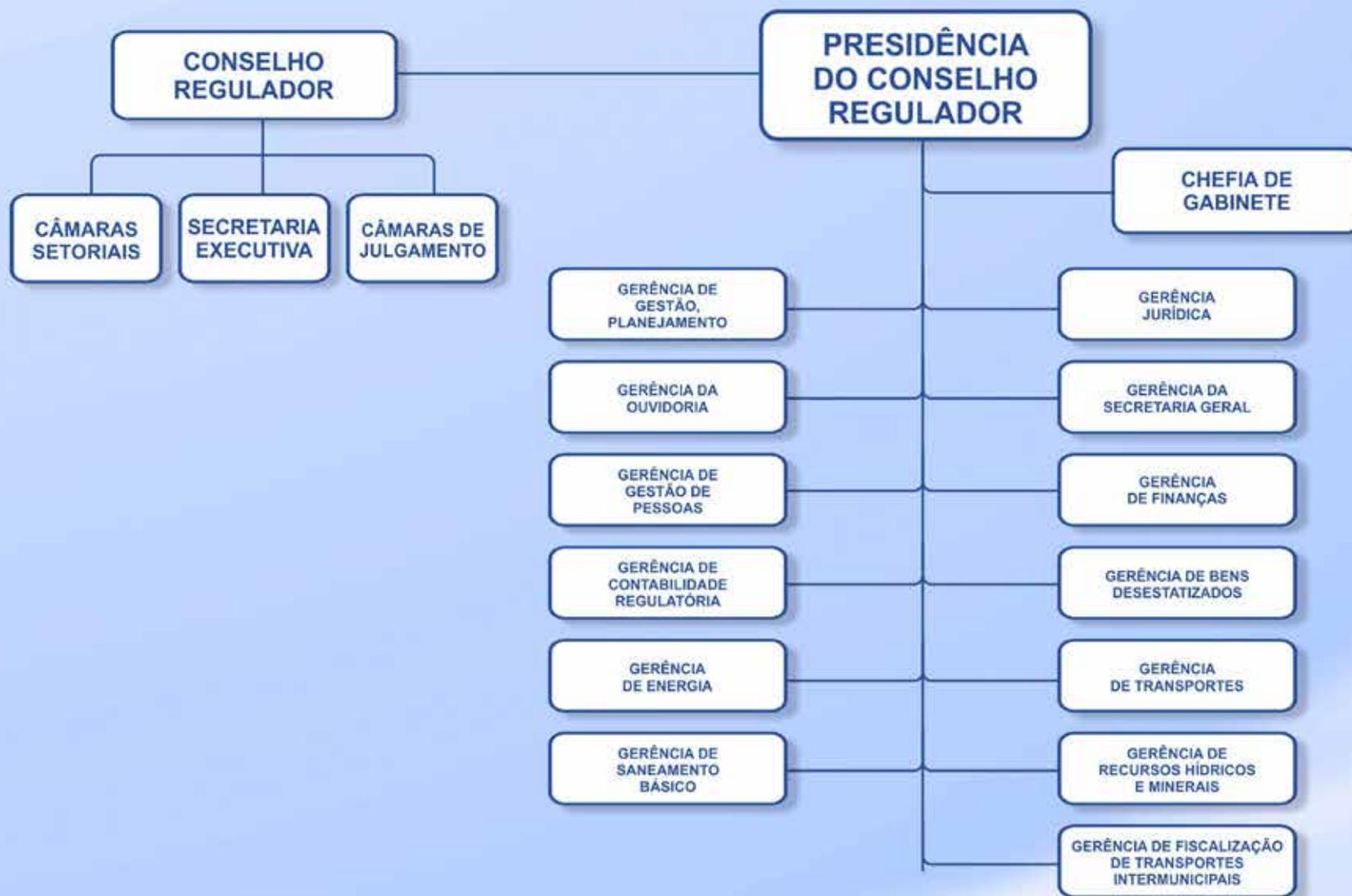
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS - JUCEG



AGÊNCIA BRASIL CENTRAL - ABC



AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - AGR



AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS - AGETOP



AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO - GOIÁS TURISMO



AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - AGRODEFESA



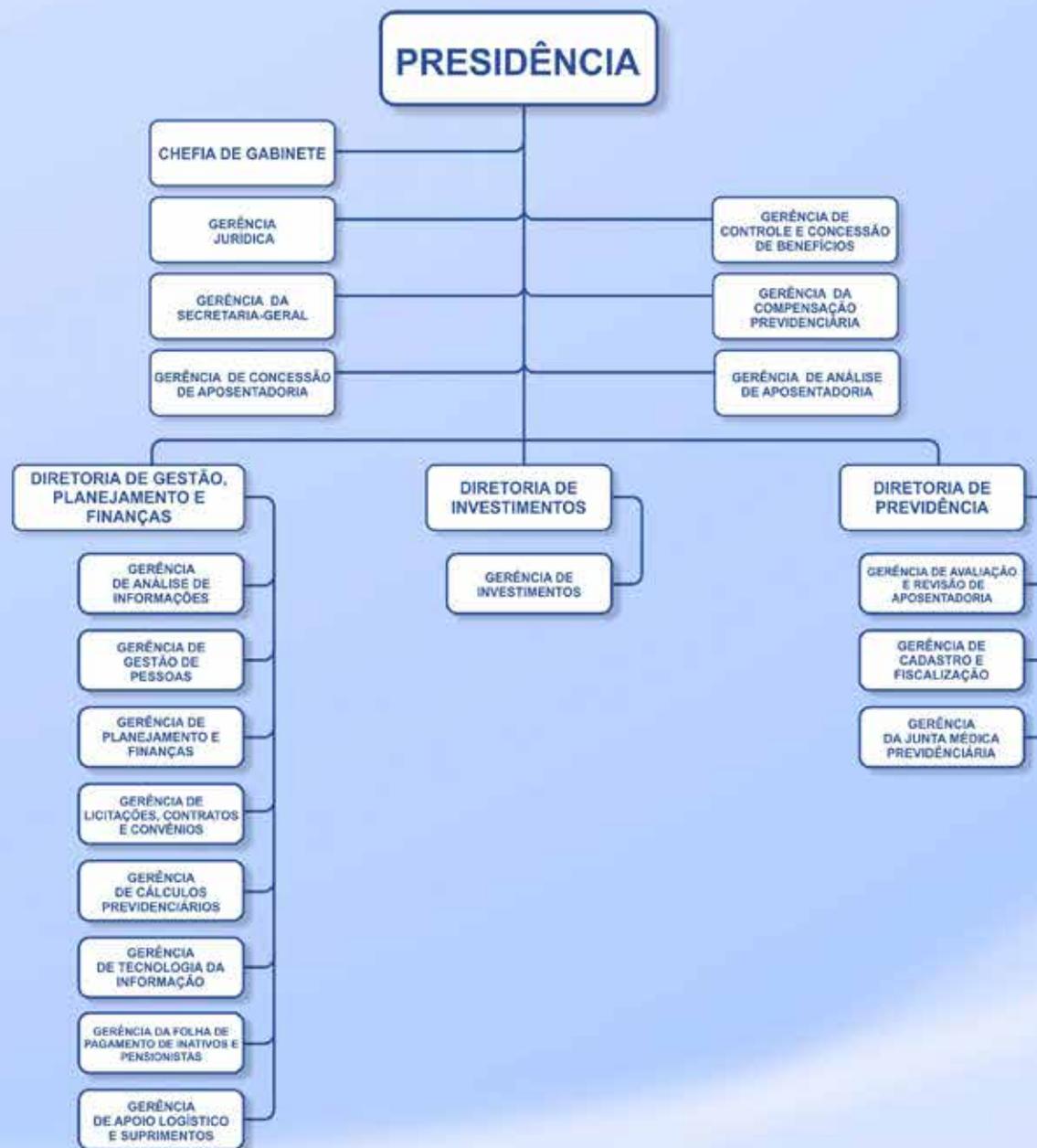
AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER



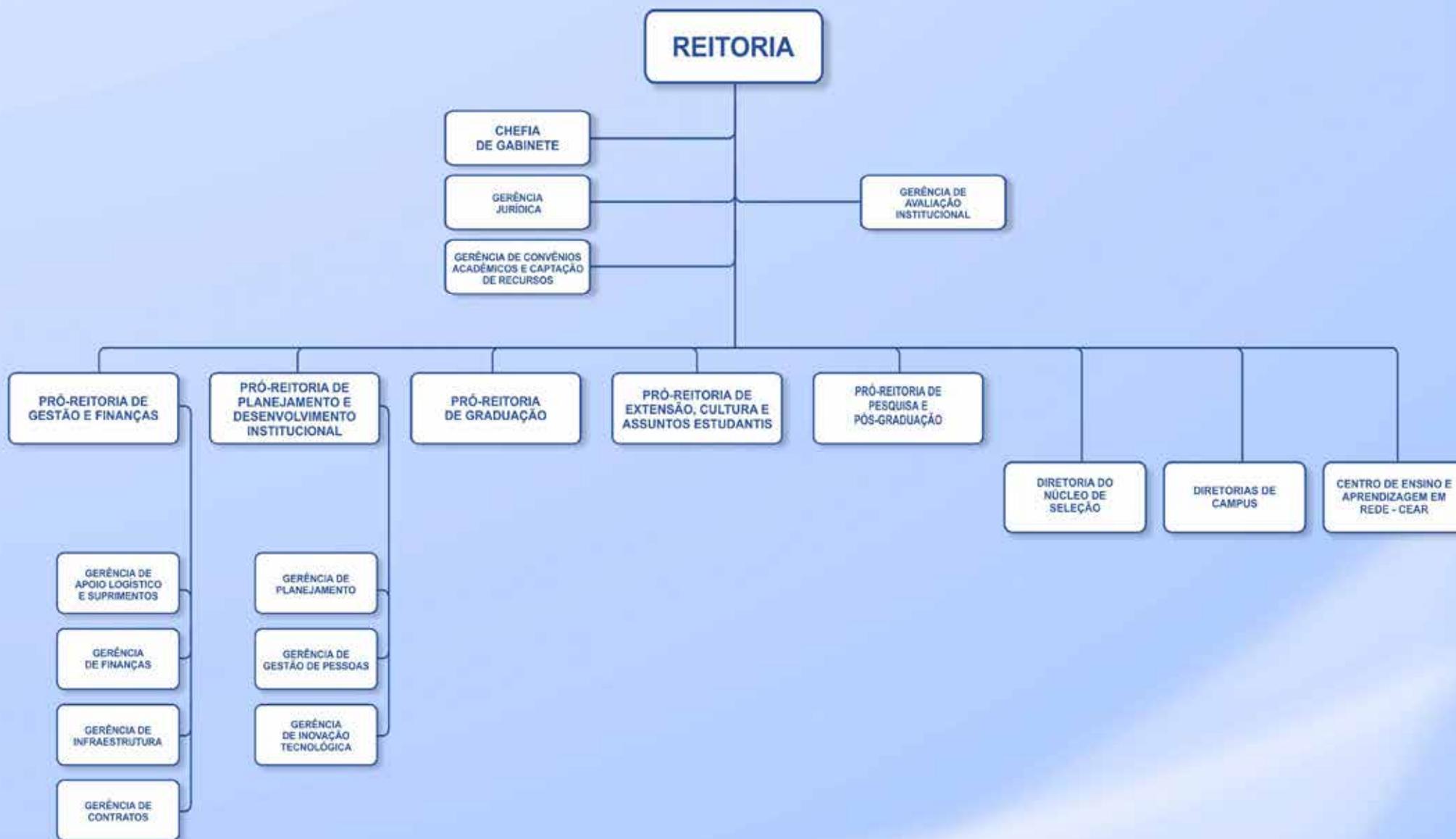
* Subordinada ao Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, conforme Decreto nº 9.133, de 09/01/2018.

GERÊNCIAS DE ESTAÇÃO EXPERIMENTAL
4

GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA - FAPEG





Glossário



Para melhor compreensão do tema, apresentamos a seguir os conceitos básicos possibilitando um maior envolvimento do leitor com a matéria tratada neste documento e as fontes utilizadas para o seu desenvolvimento.

Conceitos Básicos:

Administração direta - se constitui de serviços estatais dependentes encarregados das atividades típicas da Administração Pública, inerentes:

- aos órgãos de assessoramento e apoio, com subordinação direta ao Governador;
- às Secretarias de Estado, órgãos de primeiro nível hierárquico para o exercício do planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

Administração Estadual - é o conjunto das organizações administrativas criadas e/ou mantidas pelo Estado.

Administração indireta - compreende serviços instituídos sob a forma de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, para desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico ou social, usufruindo, para tanto, de independência funcional controlada.

Atribuição - é o poder decorrente da competência, conferida ao dirigente de um órgão e/ou entidade e das unidades administrativas básicas e complementares, para o desempenho específico de suas funções.

Autarquias - Entidades com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios e capacidade de auto-administração sob controle estatal, para executar atividades e serviços do Poder Público que, para melhor desempenho, requeiram gestão administrativa e financeira descentralizada.

Câmara Setorial - assembleia deliberativa constituída dos vários segmentos da sociedade, compreendendo representantes do setor público e privado, entidades de classe, empresariais e de trabalhadores, cuja missão é estabelecer diretrizes e definir políticas setoriais.

Competência - é o poder que se confere a um órgão e/ou entidade, bem como às unidades administrativas básicas e complementares, quanto ao campo de ação e limites que lhes são permitidos.

Conselho Estadual - é um órgão colegiado, aquele que atua e decide pela manifestação conjunta e majoritária da vontade de seus membros compostos por representantes do Poder Público e da sociedade civil. São de natureza normativa, deliberativa, consultiva ou fiscalizadora.

Decreto - é ato administrativo de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo (Governador), que o assina, juntamente com o(s) Secretário(s) de Estado da área interessada, que os referendas. Possui a finalidade de prover as situações gerais e individuais, abstratamente previstas pela lei, não podendo contrariá-la.

Dessa forma, poderá ser:

- a) geral, quando baixa algum regulamento ou disciplina alguma matéria de caráter genérico e impessoal. Sempre é numerado;
- b) individual ou coletivo, aquele que faz referência nominal a alguém, como nomeação ou exoneração de funcionário, sem estabelecer qualquer medida de caráter geral. Neste caso, necessariamente, não precisa ser numerado.

Empresa Pública - entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado e organizada sob qualquer forma em direito permitida, para a exploração de atividade econômica imposta por força de contingência ou conveniência administrativa, dotada de patrimônio próprio e a totalidade de capital pertencente ao Estado.

Estrutura Básica - é a denominação dada as unidades administrativas pertencentes ao nível de direção superior de apoio direto aos principais dirigentes (secretário, presidente, diretor geral etc) dos órgãos e entidades.

Estrutura Complementar - são as unidades administrativas pertencentes as demais níveis resultantes do desdobramento da estrutura Básica, que pode ser gerência, núcleo, coordenação e diretorias de unidades descentralizadas.

Fundação - entidade com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios e capacidade de auto-administração, sob controle estatal, para desenvolver atividades assistenciais, culturais, educacionais, de estudos e pesquisas, ou de apoio às referidas atividades.

Lei - é a regra de ordem geral, emanada do Poder Legislativo, na forma indicada pela constituição e tem por objetivo regular as situações sociais, através de comando geral, abstrato e imperativo. O esboço de lei, denominado anteprojeto, a ser objeto de estudo pelo Legislativo, após o que recebe a redação definitiva, transforma-se em projeto de lei. Os projetos de lei são submetidos à aprovação do Poder Executivo, que sanciona ou veta seus dispositivos, transformando-os em lei, quando sancionados.

Nível Hierárquico - é o posicionamento próprio de cada unidade administrativa, em relação ao conjunto da estrutura organizacional.

Organograma - é a representação gráfica da estrutura organizacional de um órgão e/ou entidade, configurando suas unidades administrativas, suas posições e respectivas interdependências, níveis hierárquicos e linha de autoridade.

Poder Executivo - compreende dois conjuntos organizacionais permanentes representados pela administração direta e administração indireta, denominados de Órgãos e Entidades, respectivamente.

Regimento Interno - é o documento que se destina à fixação de detalhes da estrutura organizacional, complementando as disposições regulamentadas das unidades administrativas complementares, definidas nos respectivos decretos de regulamentação. É aprovado pelo Secretário ou Autoridade equivalente, através de ato administrativo, com parecer técnico prévio da Secretaria de Gestão e Planejamento, através da Superintendência de Modernização Institucional/Gerência de Modernização de Gestão.

Regulamento - é o documento que se destina a estabelecer a estrutura dos órgãos e/ou entidades, bem como o âmbito da ação das unidades administrativas básicas que as compõem. É aprovado pelo Chefe do Poder Executivo, após parecer técnico da Secretaria de Gestão e Planejamento, através da Superintendência de Modernização Institucional/Gerência de Modernização de Gestão e apreciação legal da Secretaria da Casa Civil.

Secretarias de Estado - órgão central de coordenação, supervisão e articulação das atividades de sua área de atuação, cabendo-lhe especificamente, exercer dentro do seu espaço institucional, político e administrativo, a formulação das políticas e diretrizes e a coordenação de sua execução e, a supervisão geral das entidades jurisdicionadas.

Sociedade de Economia Mista - entidade instituída sob a forma de sociedade por ações, tendo em sua denominação “Companhia” ou “S.A.” (sociedade anônima), com o objetivo de realizar atividade econômica ou serviço de interesse coletivo.

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO

